

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2025**
**DESTAQUES FINANCEIROS**

**REALIZAÇÕES 2025**

**Mensagem da Diretoria Executiva**

O Relatório da Administração reafirma o compromisso do Serpro com a transparência e a responsabilidade, apresentando os principais resultados alcançados em 2025, os desafios superados e a relevância estratégica gerada pela Estatal para a administração pública e para a sociedade brasileira.

A Estratégia Institucional manteve elevada aderência às prioridades governamentais orientando investimentos, projetos e evolução do portfólio, consolidando o Serpro como referência em nuvem de governo, inteligência artificial e infraestrutura nacional de dados. A gestão por resultados assegurou monitoramento sistemático do desempenho e foco na geração de valor público.

Avançamos também em governança, integridade e sustentabilidade, incluindo metas relacionadas à agenda ESG, mantendo plena conformidade com a Lei das Estatais e com as diretrizes dos órgãos de controle.

O exercício foi marcado por entregas relevantes no ciclo estratégico 2025-2029. Consolidamos o protagonismo na soberania digital brasileira, com destaque para a Nuvem de Governo, cuja receita operacional líquida superou em 58% a meta prevista, alcançando mais de R\$ 89 milhões. Os serviços de multinuvem, por sua vez, registraram receita operacional bruta superior a R\$ 370 milhões, evidenciando crescimento sustentável e maturidade operacional.

A Empresa alcançou resultados econômico-financeiros excelentes, refletindo capacidade de crescimento e solidez de caixa. O Lucro Líquido atingiu R\$ 755 milhões, o maior da nossa história, enquanto a Receita Líquida chegou a R\$ 4,7 bilhões, superando com ampla margem o Gasto Total de R\$ 4,1 bilhões.

Além disso, o Caixa fechou o ano em R\$ 2,5 bilhões, demonstrando robustez financeira e sustentando nossa capacidade de investimento em inovação e expansão. A geração de caixa operacional foi suficiente para suportar todos os investimentos realizados, além de cobrir as demais despesas, sem necessidade de repasses de recursos públicos ou financiamentos de terceiros. Do total de investimentos, R\$ 256 milhões foram destinados a TIC, para ampliação de capacidade, segurança e modernização da infraestrutura. Por outro lado, R\$ 328 milhões foram aplicados em custeio de TI, assegurando atualização tecnológica e elevada disponibilidade dos serviços.

Esses recursos sustentaram projetos estruturantes, como a implementação da Reforma Tributária do Consumo, com entrega de arquitetura moderna, orientada à nuvem e preparada para alta disponibilidade e rastreabilidade. Avançamos também na modernização do legado tecnológico, racionalizando o uso de mainframe, reduzindo custos e mitigando riscos operacionais.

No eixo da cidadania digital, a Plataforma gov.br superou 170 milhões de contas ativas, ampliando integrações e serviços digitais e fortalecendo a inclusão e a simplificação do acesso a direitos. Já a expansão do Programa Prefeitura +Digital ampliou a transformação digital em estados e municípios.

Os resultados alcançados em 2025 refletiram disciplina estratégica, capacidade técnica e compromisso com o interesse público. Mais do que crescimento econômico-financeiro, consolidamos bases estruturais para um ciclo sustentável de expansão, inovação e geração de valor para o Estado e para a sociedade.

Ao encerrarmos o exercício, reafirmamos nossa convicção de que a tecnologia, quando orientada por propósito público, é instrumento de inclusão, desenvolvimento e soberania. Seguiremos firmes na missão de transformar soluções digitais em resultados concretos para o Brasil.

Diretoria Executiva do Serpro

**Administradores do Serpro**
**Conselho de Administração**

**Fernando Ferreira**  
Presidente do Conselho de Administração

**Daniel de Saboia Xavier**  
Conselheiro

**Ivan Tiago Machado Oliveira**  
Conselheiro

**Rogério Souza Mascarenhas**  
Conselheiro

**Renan Pinheiro do Egypto Guerra**<sup>4</sup>  
Conselheiro Representante dos Empregados

**Leonardo André Paixão**  
Conselheiro Independente

Cargo vago  
Conselheiro Independente

**Diretoria Executiva**

**Wilton Itaguara Gonçalves Mota**<sup>1</sup>  
Diretor-Presidente

**Alexandre Brandão Henriques Maimoni**<sup>2</sup>  
Diretor de Pessoas e Assuntos Jurídicos

**André Picoli Agatte**<sup>3</sup>  
Diretor de Novos Negócios e Inteligência de TI

**Ariadne de Santa Teresa Lopes Fonseca**  
Diretora de Negócios Econômico-fazendários

**Ermes Ferreira Costa Neto**<sup>5</sup>  
Diretor de Negócios Governamentais

**Osmar Quirino da Silva**  
Diretor de Administração e Finanças

**Wallysson Lemos dos Reis Oliveira**<sup>6</sup>  
Diretor de Infraestrutura

1 O Sr. Wilton Itaguara Gonçalves Mota foi eleito Diretor-Presidente em 18/11/2025 e manteve, de forma interina, as atribuições da Diretoria de Infraestrutura até a eleição do novo Diretor responsável.

2 O Sr. Alexandre Brandão Henriques Maimoni foi reconduzido para o segundo mandato como Diretor Jurídico, de Gestão e Riscos em 17/09/2024 e, a partir de 01/12/2025, com mudança na estrutura organizacional, ficou responsável pela Diretoria de Pessoas e Assuntos Jurídicos.

3 O Sr. André Picoli Agatte foi eleito Diretor de Negócios, Governos e Mercados em 25/02/2025 e, a partir de 01/12/2025, com mudança na estrutura organizacional, ficou responsável pela Diretoria de Novos Negócios e Inteligência de TI.

4 O Sr. Renan Pinheiro do Egypto Guerra foi eleito Conselheiro de Administração Representante dos Empregados em 19/04/2024 e tem mandato previsto até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.

5 O Sr. Ermes Ferreira Costa Neto foi eleito Diretor de Pessoas em 31/01/2025 e, a partir de 01/12/2025, com mudança na estrutura organizacional, ficou responsável pela Diretoria de Negócios Governamentais.

6 O Sr. Wallysson Lemos dos Reis Oliveira foi eleito Diretor de Infraestrutura em 30/01/2026. A Diretoria de Operações passou a ser designada Diretoria de Infraestrutura a partir de 01/12/2025, com mudança na estrutura organizacional.

Para saber mais sobre os administradores do Serpro e seus currículos acesse:  
[www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem](https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem)  
 O rol de responsáveis está disponível em:

<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/prestacao-de-contas/rol-de-responsaveis>

**Visão geral organizacional e ambiente externo**
**O Serpro**

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, criada para impulsionar a transformação digital do Estado brasileiro. Com mais de seis décadas de história, consolidou-se como a Empresa Nacional de Inteligência em Governo Digital e Tecnologia da Informação, desenvolvendo soluções inovadoras que fortalecem a gestão pública, promovem a cidadania digital e ampliam o acesso da população a serviços essenciais.

Seu propósito é prover soluções inteligentes para a transformação e inclusão digital, contribuindo diretamente para a modernização do país. Para tanto, o Serpro oferece serviços como desenvolvimento de sistemas, integração de plataformas, licenciamento de tecnologias, consultorias especializadas e tratamento seguro de dados e informações, sempre com foco na proteção da soberania nacional e na segurança da informação.

**Criação**  
Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964

**Regência**  
Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970

**Base Jurídica**  
<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/base-juridica>

**Conheça mais**  
<https://www.serpro.gov.br/menu/quem-somos>

Fundado em 1964, tem a visão de construir o melhor Governo Digital para o cidadão e é referência nacional em soluções de tecnologia da informação voltadas para o setor público, desempenhando um papel estratégico na garantia da inviolabilidade dos dados da Administração Pública Federal e atuando em áreas sensíveis à segurança nacional e ao interesse coletivo. Suas soluções apoiam políticas públicas, fortalecem a infraestrutura digital do governo e ajudam a combater fraudes, inclusive por meio de parcerias com o setor privado.

Além de sua forte presença no governo federal, vem ampliando sua atuação junto a estados e municípios, aplicando a tecnologia na inclusão social. A Estatal se aproxima do mercado privado, oferecendo soluções que ajudam empresas a validar dados, proteger informações e impulsionar negócios com responsabilidade e inovação, e avança no mercado internacional.

O Serpro é movido por valores que refletem seu compromisso com o Brasil e com os cidadãos: felicidade do cliente, inovação, soberania de dados, integridade, segurança da informação, bem-estar, sustentabilidade, diversidade e colaboração.

Constituído como uma sociedade anônima de capital fechado, seu capital social é de R\$ 1.786.196.057,07, totalmente subscrito e integralizado, dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com totalidade das ações de propriedade da União. O Serpro não participa do capital de outras organizações e, por ser uma empresa pública federal não dependente do Tesouro Nacional, não firmou contratos de gestão.

A Estatal mantém sua independência financeira, o que reforça sua capacidade de inovar e responder com agilidade às demandas do governo, da sociedade e do mercado. É um agente transformador, comprometido com o progresso do país e com a construção de um governo digital mais eficiente, transparente e acessível para todos os brasileiros e brasileiras.

Saiba mais sobre a geração de valor pelo Serpro:  
<https://www.serpro.gov.br/menu/quem-somos/certificacoes-e-reconhecimento>

**Estrutura Organizacional**

O Serpro observa dispositivos legais e boas práticas que fortalecem sua Governança Corporativa, dispo de uma Estrutura de Governança e Gestão<sup>7</sup> que disciplina como a Empresa se organiza, distribui responsabilidades e toma decisões.

Sua Estrutura Organizacional<sup>8</sup> é aprovada pelo Conselho de Administração (CA) e estabelece as competências da Presidência e das Diretorias, alinhando a atuação das áreas à Estratégia Institucional. Nos níveis táticos, as unidades subordinadas à Diretoria Executiva (Direx) têm funções especializadas, com atribuições distribuídas conforme sua responsabilidade na Cadeia de Valor, garantindo equilíbrio entre poderes e eficiência na gestão.

**Cadeia de Valor**

Ao longo de 2025, o Serpro trabalhou na internalização da Cadeia de Valor Integrada, que deverá ser refletida em normativos e sistemas corporativos em 2026 e que organiza os processos para garantir eficiência e foco no cliente, reunindo quatro elementos: Componentes Estratégicos (propósito, visão e valores), Macroprocessos (execução otimizada de processos gerenciais, primários e de suporte), Linhas de Negócio (seis categorias de soluções digitais) e Públicos-Alvo (órgãos públicos, empresas e cidadãos).

A gestão por processos é continuamente fortalecida, promovendo clareza sobre as atividades da Empresa e contribuindo para a efetividade do Modelo de Negócio.

7 <https://www.transparencia.serpro.gov.br/governanca/governanca-corporativa/modelo-de-governanca/estrutura-de-governanca>

8 <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional>



GOVERNO DO  
MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

## Modelo de Negócio

O Modelo Corporativo de Negócio do Serpro (MCNS) é guiado por seus Componentes Estratégicos (propósito, visão e valores) e alinhado a diretrizes governamentais e internacionais, como a Estratégia de Governo Digital, a *Business Ready* do Banco Mundial e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). A geração de valor ocorre por meio da mobilização de Capitais, Meios e Diferenciais que, orientados pela Estratégia de Negócio, resultam em entregas relevantes para o governo e para a sociedade.

O portfólio de serviços do Serpro está estruturado em seis Linhas de Negócio, cada uma com estratégias específicas voltadas para atender diferentes mercados e públicos. Essa organização permite apresentar de forma clara a diversidade de produtos disponíveis e oferecer uma abordagem diferenciada para clientes estruturantes<sup>9</sup>, otimizando a experiência e o valor entregue.



**Ambientes e Conectividade de TI:** serviços de computação em nuvem, redes de conectividade, infraestrutura, administração de ambientes de rede e suporte técnico especializado, de alta confiabilidade e disponibilidade, essenciais para os órgãos públicos operarem atividades de sua competência e cumprirem suas finalidades.



**Informação e Análise:** serviços que fomentam a atividade econômica, proporcionam relacionamentos de negócio mais confiáveis, processos mais seguros e tomada de decisão inteligente ao viabilizar canais de acesso e integração às informações de governo.



**Operações de Governo:** serviços públicos nos quais o Estado atua como regulador e o Serpro atua como executor, coordenando a operação e provendo-os diretamente à sua cadeia produtiva.



**Privacidade e Segurança:** soluções para promover segurança no uso de serviços e na identificação digital dos usuários, além de transparência e privacidade no uso de dados.



**Soluções sob Medida:** construção e sustentação de soluções digitais inteligentes para transformar digitalmente o Governo, capacitando-o a atender às mais exigentes necessidades do país e a tornar as políticas públicas mais eficientes e econômicas.



**Software:** produtos para atender necessidades internas ou finalísticas do negócio do cliente com soluções inovadoras para problemas complexos do mercado público e privado.

## Principais clientes e soluções

A carteira de clientes do Serpro é composta por órgãos públicos federais, dependentes ou não do Orçamento Geral da União (OGU), órgãos públicos estaduais e municipais, e por clientes privados nacionais e internacionais.

Os órgãos públicos são os principais clientes, dentre os quais encontram-se: Receita Federal do Brasil (RFB); Ministério da Fazenda (MF); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); Secretaria de Comércio Exterior (Secex); Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN); Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Supremo Tribunal Federal (STF); Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Desde 2024, o Serpro adota a Estratégia de Regionalização para alcançar mais estados e municípios e, já no primeiro semestre de 2025, em parceria com o MF e o governo federal, lançou o Programa Prefeitura +Digital, com foco em promover a modernização dos serviços e da gestão pública em pequenas cidades de todo o país. Durante a XXVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a Estatal celebrou o aumento da adesão ao Programa, que facilita o acesso a serviços digitais e a soluções de comunicação e de segurança da informação.

Em consonância aos seus Componentes Estratégicos, o Serpro prevê soluções inteligentes para transformação e inclusão digital, tornando a relação do cidadão com o poder público mais prática e transparente, garantindo segurança e integridade e inovando para viabilizar as políticas públicas.

Em 2025, alguns produtos e serviços destacaram-se por trazer inovações significativas e impulsionarem o avanço do Governo Digital:

### Plataforma gov.br

Com mais de 170 milhões de contas ativas, das quais mais de 76 milhões possuem selo ouro, a Plataforma, que unifica os canais digitais governamentais e oferece cerca de cinco mil serviços públicos online para o cidadão, continua evoluindo.

Em 2025, atingiu mais de quatro mil sistemas integrados, mais de 150 milhões de assinaturas eletrônicas, mais de três milhões de provas de vida, mais de 11 milhões de atendimentos pelo Balcão gov.br, e mais de dez milhões de documentos digitais emitidos na *wallet gov.br*.

Ainda, o site [www.gov.br](http://www.gov.br) passou a operar totalmente em IPv6, uma tecnologia que permite que todo dispositivo na infraestrutura governamental possua um endereço global exclusivo, o que representa um avanço significativo na proteção contra ataques e melhora a rastreabilidade e a capacidade de resposta a incidentes.

### Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF 2025)

Em 2025, foram transmitidas mais de 43 milhões de declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), um aumento de 1,1 milhão em relação ao ano anterior. Desse total, 50,3% das declarações foram enviadas por meio da modalidade pré-preenchida, percentual superior aos 41,5% registrados em 2024, o que evidencia a ampla adesão dos contribuintes a essa facilidade digital.

A partir de 2025, a Receita Federal passou a definir regras, alíquotas, domínios, validações de campos, mensagens e até a criação de telas automatizadas diretamente em um sistema interno de gestão, eliminando a necessidade de desenvolver novos códigos a cada atualização. Essa inovação representa um avanço significativo em agilidade, padronização e eficiência da administração pública.

Entre as melhorias disponibilizadas aos contribuintes, destacam-se:

- Inclusão de informações de Fundos Clube na Declaração Pré-Preenchida;
- Envio de notificações detalhadas sobre o processamento da declaração diretamente pelo aplicativo Receita Federal; e
- Implementação de cálculos compatíveis com a Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023, que regula o imposto de renda sobre ativos e rendimentos no exterior, permitindo a compensação de eventuais perdas.

Além disso, foi disponibilizada a Calculadora de Renda Variável, que simplifica a apuração do imposto sobre operações no mercado financeiro, oferecendo agilidade, precisão e segurança para os investidores.

### Portal do Simples Nacional

Ao longo de 2025, foram implementadas inovações voltadas aos optantes do Simples Nacional e aos Microempreendedores Individuais (MEI), que reforçam o compromisso de tornar a experiência do contribuinte mais simples, digital e eficiente, estimulando o cumprimento voluntário das obrigações e fortalecendo a relação de confiança entre o Fisco e os pequenos negócios:

- Geração de Documento de Arrecadação (DAS) único para mais de um período de apuração, que elimina a emissão de guias mensais separadas e torna o pagamento mais ágil e organizado;
- Maior flexibilidade no parcelamento de débitos, permitindo ao contribuinte definir o número de parcelas desejado na modalidade de parcelamento ordinário, conforme sua capacidade financeira;
- Prorrogação dos prazos de pagamento para optantes do Simples Nacional afetados pelas tarifas impostas pelos Estados Unidos, medida que proporcionou alívio temporário no fluxo de caixa das empresas exportadoras e de seus fornecedores;
- Possibilidade de antecipação de parcelas a vencer no Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos (Relp), contribuindo para a redução de encargos e a recuperação da regularidade fiscal; e
- Pagamento do DAS-MEI por meio de cartão de crédito, ampliando as opções disponíveis e oferecendo maior comodidade e acessibilidade ao microempreendedor.

### Cidades gov.br

A inovadora Plataforma Cidades gov.br possibilita fornecer não apenas serviços públicos aos cidadãos de cidades dos mais diversos tamanhos e realidades econômicas, como também ferramentas de apoio à máquina administrativa municipal.

Um dos principais avanços em 2025 foi a modularização da plataforma, que permite adaptá-la para atender às necessidades específicas de diferentes órgãos municipais, como secretarias, autarquias e fundações, além de possibilitar a contratação dos módulos individualmente, oferecendo maior flexibilidade e economia.

### Ecosistema do Compras.gov.br

O Compras.gov.br é uma plataforma moderna, segura e alinhada às melhores práticas que garantem maior agilidade, transparência e conformidade nas aquisições públicas.

Em 2025, a plataforma foi aprimorada com a inclusão do critério de desempate no Pregão, baseado no Programa de Integridade, reforçando práticas éticas nas contratações públicas. Foram disponibilizadas Interfaces de Programação de Aplicações (API) para integração com a solução Contrata+ Brasil, ampliando a interoperabilidade entre sistemas. Também houve ajustes no Novo Divulgação de Compras, com eventos de credenciamento e alterações em licitações, além de adequações à Resolução da Comissão Interministerial do Novo PAC, garantindo alinhamento às diretrizes estratégicas.

### Interesse Público, Políticas e Programas de Governo

Para cumprimento de suas finalidades, o Serpro orienta-se pelos valores e diretrizes do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, agindo em prol do interesse público e contribuindo com as políticas públicas e programas prioritários do Governo Federal.

Entre as diretrizes do PPA que são norteadoras para o Serpro estão: a promoção da gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital; a redução das desigualdades sociais e regionais; a equidade de gênero, raça, etnia com respeito à orientação sexual e a garantia da inclusão de idosos e pessoas com deficiência; e o apoio à transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação.

Com foco na inovação, simplificação de soluções e integração de bases de dados, o Serpro conecta e aprimora a qualidade das informações governamentais, reduz a necessidade de acesso ou atendimento presencial aos serviços públicos e garante a segurança e integridade das operações. Dessa forma, contribui para a eficiência do serviço público e melhoria da vida dos cidadãos.

Para viabilizar internamente a entrega das soluções voltadas às políticas públicas, as ações do Serpro estão vinculadas no PPA ao Programa 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, que é executado com recursos orçamentários provenientes da própria receita da Empresa, gerada pela prestação de serviços. Em 2025, no âmbito do Programa, a Estatal realizou investimentos de R\$ 272,21 milhões, representando 29,56% a mais que 2024, com maior concentração de recursos para adequação de ativos de informática.

A Empresa prioriza iniciativas que visam melhoria da eficiência operacional, garantia dos níveis de serviço e, principalmente, qualidade dos serviços oferecidos à sociedade brasileira, além da adequação dos ambientes produtivos e da infraestrutura ao seu modelo operacional.

Em 2025, a geração de caixa operacional se mostrou plenamente suficiente para suportar todos os investimentos realizados, além de cobrir as demais despesas das atividades empresariais e viabilizar o pagamento de dividendos, sem necessidade de repasses de recursos públicos ou financiamento por terceiros, evidenciando a solidez financeira e a autonomia da Empresa.

O Serpro realiza suas atividades em conformidade com suas finalidades e objeto social, de modo a contribuir para o interesse público que justificou sua criação, não tendo sido orientado pela União a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atua no mesmo mercado.

Todavia, em razão de sua natureza e objeto social, a Estatal se beneficia de prerrogativas legais que o diferenciam de empresas privadas do setor, apresentando-as no item “Condições específicas do Serpro” de suas Notas Explicativas. As duas condições identificadas incluem a possibilidade de contratação direta pela Administração Pública, realizadas por dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, e a imunidade tributária assegurada pelo Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658.

Norteadas pelas orientações da Secretaria de Governo Digital (SGD) e comprometido em impulsionar a transformação digital do governo, o Serpro investe em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias avançadas, que resultam na oferta de soluções que melhoram o atendimento ao cidadão, no aumento da eficiência dos órgãos públicos, em soluções de inteligência que reforçam a segurança dos serviços digitais governamentais e privados.

Observando a Estratégia Nacional de Governo Digital (2024-2027), o Serpro alinha tecnologia, segurança, inovação e experiência do usuário para entregar valor público ao oferecer soluções digitais mais eficientes e inclusivas, desenvolvidas com responsabilidade e ética, prezando pela proteção e privacidade dos dados, e suportadas por infraestruturas resilientes e equipes capacitadas que buscam a melhoria contínua dos processos de trabalho.

Direcionamentos sobre a Nuvem de Governo orientam a Estatal a prover um ambiente tecnológico seguro e escalável para hospedar serviços e dados do setor público, garantindo soberania digital, padronização e integração entre os órgãos. Adicionalmente, o desenvolvimento da Nuvem de Governo cria condições para atender às diretrizes da Infraestrutura Nacional de Dados (IND) e, assim, avançar no uso da Inteligência Artificial e contribuir com os desafios do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA).

Neste sentido, outro grande destaque foi a evolução da Nuvem de Governo<sup>10</sup>, lançada em 2023 como uma resposta à Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, para auxiliar os órgãos do Poder Executivo Federal a se adequarem ao novo marco legal.

9 Clientes públicos que atuam em ações estratégicas do Estado, responsáveis pela execução de políticas públicas.

10 <https://loja.serpro.gov.br/nuvem-de-governo>



GOVERNO DO

MINISTÉRIO DA  
FAZENDA

DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Em 2025, a Nuvem de Governo consolidou-se como um dos principais pilares estratégicos da Estatal. O ano foi marcado por crescimento expressivo, aumento consistente de receita e implementação de soluções estruturantes com tecnologia de provedores globais, em um modelo seguro e controlado pelo Serpro.



Esses avanços reforçaram a soberania digital, ampliaram a eficiência operacional e garantiram soluções escaláveis e de alto desempenho para o Estado brasileiro, como na execução da Reforma Tributária.

Foram firmados grandes acordos institucionais e 79 novos contratos, todos com possibilidade de uso da Nuvem de Governo, permitindo a adoção de nuvem para cargas sensíveis e sistemas críticos. Adicionalmente, 17 clientes já operam diretamente na plataforma, com destaque para órgãos da Administração Pública.

Do ponto de vista financeiro, os resultados são robustos:

- Receita operacional líquida da Nuvem de Governo: acima de R\$ 89 milhões (superando a meta estabelecida para 2025 em 58%);
- Receita operacional líquida do Serpro Multicloud: acima de R\$ 335 milhões;
- Receita operacional bruta consolidada dos serviços de multinuvem: acima de R\$ 370 milhões (superando a meta estabelecida para 2025 em 27,8%).

Dessa maneira, a Nuvem de Governo amadureceu como plataforma segura para dados críticos, garantindo conformidade regulatória e maior resiliência dos sistemas estruturantes. A automação de processos, evolução dos painéis de governança, aprimoramento da arquitetura multinuvem e uso de tecnologias analíticas trouxeram ganhos de eficiência, transparência e confiabilidade.

#### Soluções para o mercado privado e expansão do mercado internacional

Ainda em consonância ao seu propósito, o Serpro atende também empresas com serviços de inteligência e soluções que alavancam negócios digitais, resultando em benefícios para a sociedade, além de qualificar as relações do mercado com o Estado na prestação de serviços que acelerem o desenvolvimento do país.

Os esforços para ampliação da carteira de clientes privados em 2025 resultaram em um crescimento de 22% em relação a 2024. A receita operacional líquida junto a esses clientes em 2024 foi superada em 16,19%.

No mercado internacional, a Empresa tem a oportunidade tanto de comercializar suas soluções quanto de conhecer novas regras de negócios e aprender a partir da troca de experiências em viagens ao exterior e com as comitivas de outros países que vêm ao Serpro conhecer sua atuação.

Em 2025, a Estatal iniciou sua primeira prestação de serviço em consultoria de transformação digital com faturamento acima de US\$ 1 milhão e grande impacto no processo de modernização do Estado de Angola. Ao mesmo tempo, outras prospecções nos continentes africano e sul-americano mostraram o potencial das soluções e tecnologias do Serpro no mercado público global.

Em desdobramento à missão oficial do governo brasileiro na China, liderada pelo programa "Diplomacia da Inovação" do Ministério de Relações Exteriores (MRE) em parceria com o Consulado do Brasil em Xangai, o Serpro participou de agendas estratégicas com autoridades de tecnologia do governo chinês. E ainda, assinou um acordo de cooperação com a *China Academy of Information and Communications Technology* (CAICT), que marca um avanço na presença internacional da Empresa e estabelece um intercâmbio técnico para desenvolver soluções inovadoras e definir padrões de governança digital e uso de inteligência artificial no setor público.

A Empresa encerrou o exercício com 144 clientes em 46 países, somando 413 contratos.

#### Interação com o ambiente externo

Compreender o cenário externo é essencial para definir a Estratégia Institucional do Serpro. Esse processo envolve reunir informações relevantes para as partes interessadas e oferecer uma visão clara do contexto em que a Empresa atua.

Para isso, o Serpro realiza análise SWOT (forças e fraquezas, oportunidades e ameaças) e coleta dados de diversas fontes: estudos e tendências de mercado, palestras com especialistas, entrevistas com clientes, pesquisas internas com colaboradores, avaliação de concorrentes e levantamento das diretrizes governamentais.

Na análise do ambiente externo, são considerados fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, climáticos, legais e tecnológicos. Essa abordagem permite identificar oportunidades e riscos que podem impactar o negócio, garantindo decisões estratégicas mais seguras e alinhadas ao futuro.

#### Cenário macroeconômico<sup>11</sup>

Ao longo de 2025, o cenário macroeconômico global manteve trajetória de crescimento moderado, ainda abaixo das médias históricas, conforme apontado pelo *World Economic Outlook* do Fundo Monetário Internacional (FMI). A economia mundial avançou cerca de 3,2%, com desaceleração projetada para 2026 (3,1%), refletindo a manutenção de condições financeiras restritivas, tensões geopolíticas persistentes e níveis moderados de comércio e investimento. As economias avançadas apresentaram crescimento mais contido, impactadas por juros elevados, enquanto os mercados emergentes sustentaram expansão superior à média global, ainda que sujeitos a vulnerabilidades fiscais e inflacionárias.

Entre as principais economias, os Estados Unidos devem desacelerar de aproximadamente 2,6% em 2025 para perto de 2,1% em 2026, sinalizando moderação da demanda após um período de maior resiliência. A China permanece crescendo acima da média mundial, com expansão estimada em torno de 4,2% em 2025 e 4,0% em 2026, apoiada por estímulos fiscais e pela demanda interna, apesar dos desafios estruturais relacionados ao setor imobiliário. Para a América Latina e o Caribe, a expectativa é de crescimento estável ao redor de 2,5%, ainda limitado por restrições fiscais, inflação elevada em alguns países e maior exposição a choques externos.

No Brasil, o ambiente econômico permaneceu desafiador em 2025, caracterizado pela desaceleração gradual da inflação e por uma política monetária ainda restritiva. As projeções indicam crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 2,4% em 2025, com aceleração para aproximadamente 2,9% em 2026, sustentada principalmente pela demanda interna. Para os anos subsequentes, o Boletim Focus aponta expansão mais moderada, próxima de 1,8%, sinalizando perda de dinamismo da atividade econômica. A inflação segue em trajetória de convergência, com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) projetado em torno de 4,05% em 2026, enquanto a taxa Selic deve iniciar um ciclo gradual de flexibilização, com expectativa de queda para cerca de 12,25% ao ano.

Esse contexto combina o avanço do processo desinflacionário com condições financeiras ainda restritivas, exigindo maior disciplina fiscal e eficiência na alocação de capital. Ao mesmo tempo, a continuidade dos investimentos, a expansão da demanda por serviços digitais e o avanço da modernização tecnológica preservam oportunidades de crescimento em setores intensivos em tecnologia, favorecendo organizações capazes de diversificar receitas, elevar produtividade e adaptar-se a um ambiente econômico mais seletivo e competitivo.

#### Os desafios digitais, inovação e parcerias

O Serpro, como maior empresa pública de tecnologia da informação do Brasil, desempenha papel estratégico na transformação digital do Estado. Em um cenário marcado por mudanças aceleradas, novas demandas sociais e avanços tecnológicos, a Organização enfrenta desafios que exigem inovação contínua e parcerias sólidas para garantir serviços digitais seguros, eficientes e acessíveis.

A transformação digital deixou de ser tendência para se tornar uma exigência. No setor público, essa realidade é ainda mais desafiadora: não se trata apenas de acompanhar a evolução tecnológica, mas de garantir que ela seja aplicada de forma segura, eficiente e inclusiva.

A inovação não é opcional, é vital. No Serpro, isso significa apostar em tecnologias emergentes como inteligência artificial para análise de dados, *blockchain* para garantir integridade em processos, e computação em nuvem para escalabilidade. Um exemplo prático é o Serpro Cloud, que oferece infraestrutura segura e sob medida para órgãos públicos, permitindo maior flexibilidade e redução de custos.

Além da tecnologia, há um esforço para criar uma cultura interna de inovação. *Hackathons*, programas de ideação e laboratórios digitais têm estimulado a criatividade e a experimentação, aproximando o Serpro das práticas mais modernas do setor privado.

Nenhuma organização enfrenta a transformação digital sozinha. As parcerias são, hoje, um dos maiores ativos do Serpro. A colaboração com órgãos governamentais, empresas privadas e *startups* tem acelerado soluções e fortalecido o ecossistema digital brasileiro. Um exemplo é a parceria com os principais *players* de mercado, como AWS e Huawei para a criação da Nuvem de Governo.

#### Felicidade do Cliente

Reconhecida como valor estratégico do Serpro, a Felicidade do Cliente consolidou-se, em 2025, como um dos principais motores de geração de valor institucional, social, econômico e cultural. As iniciativas desenvolvidas no período reforçaram a centralidade do cliente como eixo orientador da transformação digital, do crescimento do negócio e do fortalecimento da reputação junto aos diversos públicos que se relacionam com a Empresa.

Ao longo do ano, o Serpro avançou significativamente na experiência do cliente, na melhoria contínua do atendimento, na escuta ativa e no reconhecimento das parcerias institucionais, ampliando a cultura organizacional de experiência do cliente (do inglês *Customer Experience* – CX) e fortalecendo a integração entre experiência e sustentabilidade. Esses avanços resultaram em mais confiança, transparência, agilidade e fortalecimento das relações comerciais e institucionais, alinhados ao propósito de servir ao Estado brasileiro e à sociedade com excelência.

Além disso, conquistou o Selo RA Verificada, uma certificação concedida pela plataforma Reclame Aqui (RA) que atesta a confiabilidade das empresas após um rigoroso processo de auditoria, e participou pela primeira vez do Prêmio Reclame Aqui 2025, que conta com votação popular, e foi o vencedor na categoria de tecnologia "Serviços digitais – Grandes operações".

#### Estratégia, Desempenho e Governança

##### Estratégia Institucional e seu desdobramento

O Serpro define sua Estratégia de longo prazo para um horizonte de cinco anos observando os direcionamentos e prioridades de negócio e de tecnologia, de curto, médio e longo prazo, os temas materiais priorizados pelas partes interessadas e a análise do ambiente em que está inserido.

Em 2025, a Arquitetura da Estratégia contemplou os componentes estratégicos (propósito, visão e valores, mencionados na seção "O Serpro") e os planos Estratégico, de Negócio e de Tecnologia. O Plano de Inovação e Parceira (PIP) foi suprimido, mas a inovação ganhou uma abordagem transversal que perpassou os três planos.

Quadro 1: Estratégia Institucional – Ciclo 2025-2029

PLANO ESTRATÉGICO
OE1 – Consolidar o Serpro como empresa estratégica na transformação digital para as esferas de governo
OE2 – Desenvolver pessoas como agentes públicos que entregam valor à sociedade
OE3 – Impulsionar a sustentabilidade ambiental, social e econômico-financeira
OE4 – Potencializar o portfólio de soluções centradas nas necessidades dos clientes
OE5 – Ser referência em nuvem de governo, inteligência artificial e infraestrutura nacional de dados
PLANO DE NEGÓCIO
ON1 – Expandir a atuação em estados, municípios, mercado privado e internacional
ON2 – Potencializar a atuação junto ao governo federal com soluções que melhorem a vida dos cidadãos
ON3 – Aprimorar a experiência e sucesso do cliente
ON4 – Ampliar a participação no mercado com soluções de nuvem, IA, tokenização e serviços de dados
PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC)
OT11 – Ampliar o uso de tecnologias emergentes para inovação e melhoria de eficiência
OT12 – Impulsionar a infraestrutura pública de dados
OT13 – Potencializar o uso de plataformas para nuvem de governo
OT14 – Prover soluções e ambientes modernos, seguros, resilientes, sustentáveis e soberanos

Fonte: Serpro (2025).

Com a metodologia de Objetivos e Resultados Chave (do inglês *Objectives and Key Results* – OKR), o Serpro concentra na gestão por resultados, traduzindo objetivos em resultados mensuráveis e acompanháveis, promovendo alinhamento, foco e engajamento entre equipes para conectar a Estratégia à entrega de valor público.

Para acompanhar o progresso em direção aos objetivos, foram estabelecidos indicadores conhecidos como Resultados Chave (do inglês *Key Results* – KR) e foi implantado um monitoramento integrado para avaliar a evolução das metas em termos de desempenho e tendência, considerando interdependências e identificando possíveis gargalos e pontos de atenção.

Dessa maneira, o desempenho da Estratégia Institucional 2025 pode ser assim resumido:

De 16 KR's Estratégicos, 14 (87,50%) foram alcançados, com destaque para: aumento da participação em municípios; lançamento de produtos para estados, municípios e mercado privado; e disponibilização de soluções estruturantes utilizando IA.

De 11 KR's de Negócios, 10 (90,91%) foram alcançados, com destaque para: ampliação da receita operacional líquida em todos os mercados; ampliação da receita operacional líquida com soluções de nuvem; ampliação do *Net Promoter Score* (NPS).

De 12 KR's de TI, 9 (75%) foram alcançados, com destaque para: realização de experimentos de IA do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA); implantação de *workloads* na Nuvem de Governo; redução do *score* de obsolescência das soluções.

O Serpro recebe direcionamentos institucionais do Ministério da Fazenda e considerando o Planejamento Estratégico e a perspectiva de atendimento aos clientes estratégicos do governo, adota práticas para assegurar a perenidade e sustentação de seus negócios por meio da evolução de seu parque tecnológico e demais tecnologias empregadas.

Ressalta-se, assim, que o PDTIC é um importante instrumento de orientação para as contratações de tecnologia, pois busca garantir que os investimentos propostos e a alocação de recursos estejam em conformidade com as prioridades estratégicas da Empresa.

As aquisições e contratações de TIC são um dos alicerces para a eficiência da execução da grande maioria dos processos do Serpro, tendo um papel fundamental no alcance das metas, nas iniciativas de inovação, na segurança cibernética, na melhoria da eficiência operacional, na garantia dos níveis de serviço e principalmente na qualidade dos serviços ofertados à sociedade brasileira.

A criticidade do processo e o envolvimento de quantias vultosas de recursos demandam observância e cumprimento da legislação vigente, alinhamento com os objetivos estratégicos do Serpro e utilização das melhores práticas de gestão pública.

Ano após ano, a Estatal destina montantes à infraestrutura de TIC, especialmente com tecnologias emergentes, garantindo a sustentabilidade de suas operações atuais e impulsionando novos projetos. A constante vigilância sobre o nível de obsolescência dos equipamentos de TI também é um ponto de atenção relevante, cuja importância não deve ser subestimada.

Em 2025, foram investidos R\$ 256 milhões em TIC, direcionados principalmente ao aumento da capacidade de processamento e armazenamento, indispensáveis para suportar o crescimento do volume de dados e a complexidade dos serviços oferecidos. Parte significativa desses investimentos também foi destinada ao fortalecimento da segurança da informação e das infraestruturas de rede, pilares essenciais para garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos serviços.

Além dos investimentos, foram alocados R\$ 328 milhões em recursos para Custeio de TI (excluindo o dispêndio com parcerias e codificação), voltados à contratação de serviços de tecnologia, subscrições, manutenção da infraestrutura e suporte operacional, entre outros. A contratação de serviços especializados de TIC garante a atualização tecnológica contínua e assegura, estrategicamente, flexibilidade e agilidade na entrega de soluções.

<sup>11</sup> Análise realizada com os dados dos indicadores econômicos disponíveis no momento da elaboração do relatório, pois a consolidação dos resultados pelos órgãos oficiais responsáveis ocorre no início de 2026.



GOVERNO DO  
MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



#### Destaques de ações implementadas

##### Projeto Estratégico RTB – Reforma Tributária Brasileira

O Projeto Estratégico RTB – Reforma Tributária Brasileira, alinhado à Estratégia Institucional do Serpro (OE1) e à Emenda Constitucional nº 132, tem como propósito viabilizar a implementação da Reforma Tributária do Consumo (RTC), cujo foco é entregar soluções digitais para a apuração assistida do novo modelo tributário, especificamente a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) que deverá compor o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual.

Com mais de 150 profissionais envolvidos com atuação integrada de diversas áreas, o Projeto cumpriu rigorosamente suas entregas possibilitando o alcance das seguintes realizações em 2025:

- Evolução da arquitetura tecnológica, tornando-a desacoplada, orientada à nuvem e tolerante a falhas, com alta disponibilidade e rastreabilidade;
- Integração com a Nuvem de Governo, assegurando soberania de dados e conformidade regulatória;
- Disponibilização da solução Reforma Tributária de Consumo (RTC) em ambiente denominado "produção restrita", permitindo testes por 500 empresas e coleta de *feedback* contínuo; e
- Entrega da versão 1.0 em ambiente produtivo para o lançamento da plataforma em Janeiro de 2026.

Seus benefícios e impacto podem ser assim definidos:

- Modernização dos processos tributários, alinhada às recomendações da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e ao conceito TAX 3.0, que visa tornar a tributação mais fluida, com foco nos contribuintes e aderente a boas práticas internacionais, por meio da otimização dos processos e da inovação;
- Maior eficiência e transparência na gestão tributária, com impacto direto para os contribuintes e a administração pública;
- Potencial para dobrar o faturamento com a Receita Federal a partir de 2026, além de abrir oportunidades para exportar a solução para outros países; e
- Fortalecimento da soberania digital e da capacidade do Serpro como parceiro estratégico do Estado brasileiro.

##### Projeto Estratégico Modele - Modernização do Legado

O Projeto Estratégico Modele visa modernizar os sistemas legados do Mainframe, migrando-os para plataformas de baixa tecnologia ou para a Nuvem de Governo. Essa iniciativa está alinhada à Estratégia Institucional do Serpro (OT14), que busca prover soluções modernas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Algumas realizações em 2025:

- Estagnação do consumo de recursos do Mainframe, evitando crescimento desnecessário e economizando cerca de R\$ 22,5 milhões em contratos de hardware;
- Redução da taxa de crescimento dos contratos de software de 11% para 7%, gerando economia de R\$ 2,7 milhões em 2025;
- Pregão para conversão automatizada de código com economia de cerca de 79%, reduzindo o custo estimado para cerca de R\$ 7,5 milhões;
- Desativação de 38 sistemas legados, diminuindo esforço de gestão e custos; e
- Capacitação de 130 profissionais para garantir a sustentação e otimização dos sistemas.

O Projeto Modele oferece benefícios estratégicos e operacionais importantes para o Serpro. Ele contribui para reduzir custos com infraestrutura e contratos de software, além de diminuir a dependência tecnológica do Mainframe, garantindo maior sustentabilidade econômico-financeira. A migração para plataformas modernas e para a Nuvem de Governo proporciona escalabilidade, segurança e soberania dos dados, melhorando a experiência dos clientes e usuários.

Além disso, o Projeto fortalece a continuidade do negócio, mitiga riscos relacionados à falta de profissionais especializados em tecnologias legadas e promove capacitação interna, preservando conhecimento crítico. Esses avanços aumentam a eficiência operacional, otimizam processos e posicionam o Serpro para atender às demandas futuras com agilidade e inovação.

A seguir são apresentadas informações sobre como a Governança atua em prol dos objetivos organizacionais.

##### Governança integrada para apoiar o alcance de objetivos

O Serpro observa as determinações legais sobre Governança das empresas estatais, as Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), as diretrizes de Governo e as melhores práticas de mercado recomendadas pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), e pelo Referencial Básico de Governança Aplicável à Administração Pública, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os princípios direcionadores de sua Governança são a integridade, a equidade, a prestação de contas, a sustentabilidade e a transparência. A partir deles, a Empresa adota mecanismos visando a consecução das políticas públicas, a prestação de serviços de interesse da sociedade com geração de valor público<sup>12</sup>, além do fortalecimento da confiança das partes interessadas e da imagem institucional.

O Serpro dispõe de um Modelo de Governança e Gestão Corporativas<sup>13</sup> que define as funções exercidas pela governança e pela gestão e seu inter-relacionamento, sendo composto pela Estrutura e Arquitetura de Governança e Gestão.

Suas instâncias de governança internas e de apoio são consideradas necessárias, suficientes e apropriadas ao desempenho eficaz de suas funções. As práticas adotadas e os instrumentos elaborados para promoção da Governança no Serpro fortalecem todo o sistema organizacional, permitindo a conexão entre as instâncias e as partes interessadas, a atuação transversal com as temáticas social e ambiental, e o fluxo adequado para que a gestão seja efetiva e o desempenho empresarial seja favorável.

Em complemento, o Serpro afere periodicamente seu nível de Maturidade em sua Governança e Gestão<sup>14</sup>, visando instituir e manter mecanismos, práticas e instrumentos que favoreçam sua evolução no tema.

Desde a entrada em vigor da Lei das Estatais, o Serpro mantém conformidade com as políticas e instâncias de governança previstas nas regulações aplicáveis e no Estatuto Social e se empenha em aprimorar continuamente os elevados padrões de governança, o que lhe conferiu sucessivos reconhecimentos em avaliações do Governo e do mercado.

Comprometido, ainda, em fortalecer sua atuação em Sustentabilidade, a Empresa estabeleceu a meta de conquistar a certificação ESG da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), baseada na Prática Recomendada 2030, referência nacional em práticas de sustentabilidade corporativa e alinhamento aos ODS.

Dentre as ações implementadas para alcançar tal objetivo, instituiu a Política de Relacionamento e Engajamento com Partes Interessadas, cuja implementação garante que o Serpro ouça e considere as expectativas de clientes, sociedade, governo e colaboradores, promova transparência, reduza riscos e aumente a legitimidade institucional e ainda integre perspectivas e expectativa na estratégia e nos processos decisórios, alinhando-se aos princípios ESG.

##### Gestão de Riscos e Controles Internos

Para o Serpro, gestão de riscos é uma prática de governança essencial para garantir a segurança, a continuidade dos serviços e a proteção dos dados que o Serpro administra, principalmente considerando seu papel fundamental no setor público e sua responsabilidade sobre sistemas e informações sensíveis do governo.

A Empresa identifica e trata riscos estratégicos e corporativos com foco na preservação da capacidade institucional de entrega, na continuidade dos serviços e na manutenção da confiança dos clientes e da sociedade. Os riscos são monitorados de forma contínua, com ações preventivas e corretivas alinhadas às melhores práticas de governança. Entre os fatores críticos monitorados estão a capacidade de inovação e evolução tecnológica, a conformidade regulatória e a segurança da informação.

Em contrapartida, há oportunidades estratégicas, como o fortalecimento da imagem em inteligência artificial no setor público, que são tratados por meio de planos de ação, definição de apetite e tolerância ao risco, e monitoramento contínuo com base em indicadores-chave de riscos (do inglês *Key Risk Indicator* – KRI).

##### Compliance Institucional

O Sistema de *Compliance* Institucional do Serpro (SCI) contempla atividades voltadas à gestão da Integridade e da Conformidade.

Em 2025, o Serpro renovou sua adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) e aderiu ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, reafirmando o seu compromisso com a ética, a integridade, a transparência e a governança corporativa.

Além disso, atualizou e consolidou o processo de *Due Diligence* de Integridade (DDI), agora dispensado para as contratações com órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional nas esferas federal, estadual, municipal e distrital, além dos órgãos vinculados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e ao Ministério Público. Já para as empresas privadas e empresas estatais, permanece a sua obrigatoriedade em cumprimento à Lei das Estatais e à Lei Anticorrupção.

Com a atualização da Política de Conformidade Institucional, o Serpro avançou no direcionamento sobre a assunção de riscos decorrentes do não saneamento de não conformidades e definiu procedimentos para reporte à Ouvidoria sobre indícios de irregularidades graves que possam comprometer a sustentabilidade, o negócio, a imagem ou a reputação da Empresa.

##### Correição

A Corregedoria do Serpro atua para garantir a legalidade, a legitimidade e o uso adequado dos recursos públicos. Sua missão é prevenir riscos disciplinares, orientar gestores, esclarecer dúvidas sobre condutas e, quando necessário, investigar fatos e aplicar sanções previstas em normas internas e na legislação vigente.

No início de 2025, foi aprovada a reforma do Estatuto Social do Serpro, que passou a expressar formalmente as atribuições desta instância. Adicionalmente, a área executou seu Plano Anual de Trabalho com foco no fortalecimento da integridade e na aplicação efetiva das normas internas, destacando-se algumas realizações: o atingimento do nível 2 do IDECOR, indicador da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre a desempenho e execução da atividade correccional, e a instituição do Fórum Nacional das Corregedorias Estatais, com assinatura de Protocolo de Intenções.

##### Governança e Integridade fortalecidas

A Governança e a Integridade são fortalecidas, ainda, pela atuação da Ouvidoria e da Comissão de Ética do Serpro (CES).

A Ouvidoria do Serpro é o canal que garante voz ao cidadão e fortalece a transparência na maior empresa pública de tecnologia do país. Além de acolher manifestações, atua como espaço de diálogo e melhoria contínua dos serviços prestados pela Estatal.

Em 2025, foi lançado o Programa Corporativo de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação (PCPEAD), que visa promover ambientes de trabalho livres de assédio, discriminação e demais tipos de violência no trabalho. E ainda, o Serpro foi premiado com o Selo Diamante na Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública – Ciclo 2025.

Com igual importância, um dos principais papéis da CES é atuar com caráter consultivo, educativo e preventivo, buscando dirimir dúvidas, prevenir irregularidades e fortalecer o compromisso com a integridade.

Em 2025, além de tratar todas as denúncias recebidas dentro dos prazos regulamentares, com encaminhamentos adequados às áreas competentes quando cabível, a CES atuou de maneira integrada com políticas internas, como o PCPEAD e o Programa de Integridade, assegurando abordagem coordenada entre ética, diversidade, integridade e direitos humanos.

##### Gestão de Pessoas

Interagir bem com os seus públicos é essencial para o Serpro alcançar resultados que beneficiam o Estado e a sociedade. Nas relações com o público interno, é fundamental investir continuamente no aperfeiçoamento das práticas de gestão e de desenvolvimento de pessoas, considerando as necessidades dos profissionais, das equipes, das lideranças e da Empresa.

##### Perfil e distribuição do quadro profissional<sup>15</sup>

O Serpro encerrou 2025 com 7.332 empregados<sup>16</sup>, uma diminuição de cerca de 3% em relação ao ano anterior. A maioria dos empregados ocupa o cargo de analista (58%), possui nível superior ou pós-graduação (75%) e compõe o quadro interno (83%).

A admissão no quadro de pessoal ocorre mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a legislação vigente e as normas internas. Observam-se as seguintes distribuições: por gênero, 67% masculino e 33% feminino; por raça/cor, 65% branca, 33% parda e preta, 2% amarela e 0,3% indígena. Quanto à faixa etária, há maior incidência entre 45 e 54 anos (26%), seguida da faixa 55 a 64 anos (23%). Há 3% de pessoas com deficiência (PcDs).

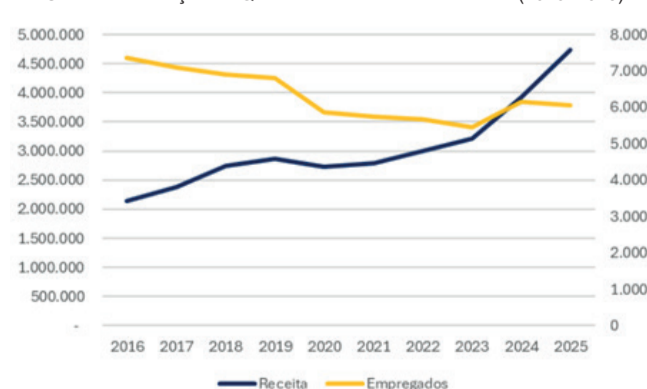
Em 2025, a força de trabalho permaneceu concentrada nas Regionais São Paulo e Rio de Janeiro, seguidas pela Sede e pela Regional Brasília. Reforçando o foco na execução de atividades essenciais, 81% dos empregados do quadro interno estavam lotados em áreas finalísticas.

##### Evolução de eficiência e capacidade de entrega: Receita x Empregados (2016-2025)

Entre 2016 e 2025, o Serpro passou por uma combinação relevante de redução do quadro próprio e expansão da receita, indicando um movimento consistente de ganhos de escala e eficiência. Nesse período, o quantitativo de pessoal<sup>17</sup> caiu de 7.354 para 6.056 (redução de cerca de 18%), enquanto a Receita evoluiu de R\$ 2,14 bilhões para R\$ 4,74 bilhões, uma variação nominal de 122% – que, em termos reais, corresponde a um crescimento de 43%.

A leitura conjunta dessas duas variáveis sugere que a Empresa conseguiu ampliar o volume de negócios e a capacidade de entrega sem uma expansão proporcional da força de trabalho, o que é típico de organizações que elevam produtividade sistêmica por meio de padronização, automação e transformação tecnológica.

Gráfico 1: Evolução do Quadro de Pessoal e da Receita (2016-2025)



\* Receita em milhares de Reais.

Fonte: Serpro (2025).

12 <https://www.transparencia.serpro.gov.br/aceso-a-informacao/prestacao-de-contas>

13 <https://www.transparencia.serpro.gov.br/governanca/governanca-corporativa/modelo-de-governanca>

14 <https://www.transparencia.serpro.gov.br/governanca/governanca-corporativa/maturidade-em-governanca>

15 Saiba mais em <https://www.transparencia.serpro.gov.br/aceso-a-informacao/servidores/quadro-de-pessoal>

16 Não foram incluídos os Diretores e os Assessores de natureza especial.

17 Considera o quadro interno e Assessores de natureza especial.



MINISTÉRIO DA FAZENDA



Um indicador útil para evidenciar esse “desacoplamento” é a receita por empregado (receita *per capita*), que funciona como indicador aproximado de escala e produtividade econômica do modelo operacional. Em 2016, a receita por empregado era de aproximadamente R\$ 291 mil/ano. Em 2025, esse indicador alcançou cerca de R\$ 783 mil/ano, o que representa um aumento nominal próximo de 169%. Considerando o crescimento real da receita e a redução do quadro, o ganho real aproximado de receita por empregado fica na ordem de 74%, reforçando a indicação de aumento de eficiência e capacidade de entrega. É importante registrar que esse indicador não deve ser interpretado como “produtividade individual” de forma direta; ainda assim, ele é altamente relevante para monitorar se a organização está conseguindo gerar mais valor e ampliar escala com uma estrutura mais enxuta.

No contexto do Serpro, essa trajetória é compatível com a incorporação de tecnologias emergentes, a ampliação de soluções em nuvem, a automação de processos, a revisão de arquiteturas tecnológicas e o redesenho de fluxos operacionais. A adoção de modelos de plataforma e serviços em nuvem, combinada com automações (provisionamento, observabilidade, resposta a incidentes, esteiras de entrega, rotinas operacionais e de segurança), tende a reduzir o custo marginal por unidade entregue e aumentar a capacidade de atendimento sem crescimento equivalente de equipes.

Da mesma forma, a modernização e padronização arquitetural – com maior reutilização, integração por APIs, redução de complexidade do legado e fortalecimento de práticas de engenharia e operação – diminui retrabalho, acelera ciclos de entrega e melhora a confiabilidade, liberando energia organizacional para iniciativas de maior valor agregado. O redesenho de fluxos ponta a ponta, reduzindo *handoffs* e gargalos entre áreas, complementa esse efeito ao elevar a produtividade sistêmica e a previsibilidade das entregas.

Em síntese, os dados apontam para uma evolução estrutural: o Serpro ampliou sua geração de receita e sua capacidade de entrega em um horizonte de dez anos ao mesmo tempo em que reduziu o quadro próprio, sinalizando ganhos de escala sustentados por transformação tecnológica e operacional. A elevação expressiva da receita *per capita* reforça essa interpretação e pode ser utilizada como evidência objetiva de que os avanços em nuvem, automação, modernização arquitetural e redesenho operacional contribuíram para aumentar eficiência e competitividade, permitindo expandir negócios sem expansão proporcional da força de trabalho.

**Diretos Humanos e Diversidade, Equidade e Inclusão**

O Serpro declara seu compromisso de respeitar os direitos humanos, reconhecidos na Carta Internacional de Direitos Humanos, e os princípios e direitos fundamentais no trabalho, estabelecidos na Declaração da Organização Internacional do Trabalho. Por meio de sua Política de Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão estabelece diretrizes para uma atuação pautada pelo respeito a esses temas no desenvolvimento de suas atividades e em toda a sua cadeia produtiva.

A Empresa integra o Pacto das Estatais pela Diversidade, Equidade e Inclusão, junto a 34 empresas públicas, promovendo diagnósticos, eventos e boas práticas. Participa, ainda, da sétima edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, contando com um plano de ações até o início de 2026. Além disso, tornou-se signatário do Pacto pela Igualdade Racial, assumindo ações antirracistas, formações continuadas, incentivo à liderança negra e projetos sociais voltados à equidade racial.

**Cumprimento à Lei nº 15.177/2025**

A Lei nº 15.177, de 23 de julho de 2025, estabelece participação mínima de 30% de mulheres em Conselhos de Administração das empresas estatais. Por ter sido promulgada quando os mandatos dos administradores se encontravam em andamento, o Serpro está comprometido com a implementação da Lei e segue monitorando a composição de seus órgãos de administração e adotando medidas para alinhamento progressivo às exigências legais e às boas práticas de governança, inclusive para divulgação das informações previstas na legislação.

Considerando que seu Conselho de Administração (CA) é composto por sete membros, a meta estabelecida é a ocupação de, no mínimo, duas dessas vagas por lideranças femininas. A Empresa atua junto ao seu Ministério Supervisor para que, à medida que os prazos de gestão vigentes expirem, os novos atos de indicação e de eleição priorizem essa composição, garantindo a conformidade legal e o fortalecimento da governança corporativa.

Em 2025, o Conselho de Administração da Estatal não contou com participação feminina, sendo composto exclusivamente por homens. Na Diretoria Executiva, houve a participação de uma mulher no período: Ariadne de Santa Teresa Lopes Fonseca conduz a Diretoria de Negócios Econômico-fazendários.

Nos diversos níveis hierárquicos, as mulheres representam: 33% do quadro total de empregados; 33% dos ocupantes de funções de confiança; 20% dos Assessores de natureza especial; 52% de estagiárias; e 54% de menores aprendizes.

Quadro 2: Distribuição de mulheres por cargo

Cargo	Quantidade	Percentual
Analista	915	38%
Técnico	337	14%
Auxiliar	1.157	48%
<b>Total</b>	<b>2.409</b>	<b>100%</b>

\* Considerado o quadro total de empregados.

Fonte: Portal da Transparência e Governança do Serpro (2025).

Quadro 3: Distribuição dos ocupantes de funções de confiança

Função de Confiança	Total	Mulheres		Homens	
		Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Grupo I	6	1	17%	5	83%
Grupo II	45	17	38%	28	62%
Grupo III	172	56	33%	116	67%
Grupo IV	542	175	33%	367	67%
Grupo V	77	27	35%	50	65%
Grupo VI	121	38	31%	83	69%
<b>Total</b>	<b>963</b>	<b>314</b>	<b>33%</b>	<b>649</b>	<b>67%</b>

\* Os ocupantes de funções de confiança integram o quadro interno de empregados.

Fonte: Portal da Transparência e Governança do Serpro (2025).

Considerando a remuneração global média, verificou-se que as mulheres recebem valores ligeiramente superiores aos homens que ocupam os mesmos cargos: variação de cerca de R\$ 3.000,00 dentre analistas, de R\$ 1.500,00 dentre técnicos(as) e de R\$ 200,00 dentre auxiliares.

Quadro 4: Comparativo da remuneração global média

Exercício	Mulheres			Homens		
	Analista	Técnica	Auxiliar	Analista	Técnico	Auxiliar
2025	23.700,00	15.500,00	7.500,00	20.700,00	14.000,00	7.300,00
2024	24.000,00	15.000,00	7.000,00	21.000,00	14.000,00	7.000,00
<b>Variação</b>	<b>- 300,00</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>	<b>- 300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>300,00</b>

\* Em Reais. Fonte: Portal da Transparência e Governança do Serpro (2025).

Outras informações sobre a participação feminina e sobre a remuneração de empregados e dirigentes podem ser consultadas em:

- Relatórios Anuais: <https://www.transparencia.serpro.gov.br/ acesso-a-informacao/contas-anuais>
- Remuneração de Empregados: <https://www.transparencia.serpro.gov.br/@@remuneracao>
- Remuneração de Dirigentes e Conselheiros: <https://www.transparencia.serpro.gov.br/ acesso-a-informacao/servidores/relacao-de-agentes-publicos/remuneracao-dos-dirigentes-e-conselheiros>

**Saúde, Bem-estar e Segurança no trabalho**

Em 2025, o Serpro atuou na melhoria do ambiente e das condições de trabalho, principalmente por meio de controles técnicos, inspeções e conformidade regulatória, contribuindo para a mitigação de riscos e o suporte a decisões. Atento à saúde, bem-estar e segurança de seus profissionais, passou a oferecer acesso a uma plataforma que reúne academias, estúdios e serviços voltados ao cuidado físico e mental. Os mais de 2.500 assinantes ativos reconhecem a iniciativa como uma das que mais impactaram positivamente o ambiente organizacional.

Os empregados também dispõem do Plano de Assistência à Saúde (PAS/Serpro), benefício que visa assegurar a assistência à saúde e o bem-estar físico, social e mental dos beneficiários, que inclui o convênio de reciprocidade com a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI). Ao longo do ano, visando a sustentabilidade econômico-financeira do PAS, a Estatal retomou a cobrança da coparticipação em consultas médicas e iniciou estudos para identificar alternativas viáveis para aplicação de reajuste nas mensalidades.

**Gestão do Desempenho dos Empregados**

O Processo de Identificação e Desenvolvimento da Maturidade Profissional (Prisma) conquistou o primeiro lugar, na modalidade “Desenvolvimento”, do “Prêmio Ser Humano 2025”, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos, seção Distrito Federal (ABRH-DF). A ferramenta de gestão do desempenho de pessoas foi reconhecida por ser uma prática essencial para maximizar o potencial humano dentro do Serpro, beneficiando tanto os profissionais quanto a Empresa como um todo, e por estimular que gestor e empregado exerçam seu papel com comprometimento e engajamento para a otimização dos resultados empresariais.

**Educação Corporativa**

Em 2025, o Serpro reforçou seu compromisso com a educação corporativa, alinhado ao Objetivo Estratégico “OE2 – Desenvolver pessoas como agentes públicos que entregam valor à sociedade”. Com um orçamento de treinamento de R\$ 11,3 milhões, foram realizadas mais de 286 mil horas de capacitação, resultando em mais de 55 mil aprovações em cursos, que alcançaram 99,3% do quadro interno de empregados. Diversos programas e iniciativas contribuíram para esse resultado, incluindo ações voltadas aos gestores, que participaram de um programa estruturado para fortalecer a liderança humanizada.

**Informações orçamentárias, financeiras e contábeis<sup>18</sup>**

A Superintendência de Controladoria (SUPCO), vinculada ao Diretor-Presidente, é responsável pela geração, consolidação e análise das informações relativas ao desempenho econômico-financeiro, orçamentário e de custos da Empresa. Atua, ainda, na gestão dos riscos associados aos processos e na adoção de mecanismos de controle que asseguram a confiabilidade na coleta, mensuração, classificação, registro e divulgação dos eventos e transações econômico-financeiras.

Em 2025, a SUPCO passou por uma reestruturação estratégica: antes vinculada à Diretoria de Administração e Finanças (Diraf) e acumulando funções analíticas e operacionais, a área passou a se reportar diretamente à Presidência, com foco exclusivo em análises, projeções e assessoramento à alta gestão e órgãos estatutários. As funções operacionais foram transferidas para a nova Superintendência de Gestão Financeira e Fiscal (SUPFF), vinculada à Diraf, que assumiu papel técnico-operacional especializado, garantindo maior eficiência e controle nos processos financeiros e fiscais.

As demonstrações financeiras são elaboradas pela Diretoria Executiva (Direx), com apoio técnico da área de Controladoria, e submetidas à avaliação dos controles internos pela Auditoria Interna (Audin). Adicionalmente, são analisadas e apreciadas regularmente pelos Conselhos de Administração (CA) e Fiscal (CF), pelo Comitê de Auditoria (Coaud) e pela Auditoria Independente, reforçando a transparência, a credibilidade e a segurança das informações financeiras da Estatal.

Para assegurar um nível adequado e eficiente de controle interno, o Serpro adota práticas como segregação de funções, conciliação de contas e dupla conferência das atividades, o que permite detecção tempestiva e correção de eventuais divergências. A Audin avalia continuamente a eficácia desses controles no contexto do processo de prestação de contas.

De acordo com o Relatório dos Auditores Independentes (RAI), as demonstrações contábeis apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Serpro em 31 de dezembro de 2025, bem como o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa encerrados nessa data, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Conformidade Legal das Informações Financeiras**

A gestão econômico-financeira do Serpro está integralmente em conformidade com as normas aplicáveis e a legislação vigente estabelecida para empresas públicas de direito privado qualificadas como empresas de grande porte.

A elaboração das demonstrações financeiras observou as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e seguiu a legislação pertinente, incluindo, entre outros normativos aplicáveis: a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007; a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações; o Estatuto Social do Serpro vigente; as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC); bem como as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) relativas à escrituração e à elaboração das demonstrações financeiras, inclusive quanto à obrigatoriedade de auditoria independente.

A Taticca Auditores Independentes, desde o exercício 2022, é a empresa responsável pela prestação de serviços de auditoria independente ao Serpro, com contrato vigente e prorrogável até as demonstrações do exercício de 2026. Conforme previsto no Estatuto Social, o Coaud supervisiona as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação desses serviços às necessidades da Empresa.

As Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes podem ser encontrados na sua integralidade nos endereços:

<https://www.transparencia.serpro.gov.br/ acesso-a-informacao/contas-anuais>

<https://www.transparencia.serpro.gov.br/ acesso-a-informacao/demonstracoes-financeiras>

**Desempenho econômico-financeiro**

Em 2025, o Serpro registrou lucro líquido de R\$ 755,07 milhões, crescimento de 10,20% em relação a 2024, período em que o resultado foi R\$ 685,16 milhões. O resultado reflete a expansão das receitas e a maior demanda por soluções tecnológicas, ainda que em um contexto de elevação dos custos operacionais.

O desempenho foi sustentado pelo avanço das operações, pela ampliação da base de contratos e pela gestão financeira voltada à preservação do caixa e ao controle da inadimplência. Em conjunto, esses fatores contribuíram para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e para a continuidade da capacidade de geração de resultados da Empresa.

O Quadro 5 apresenta os principais indicadores econômico-financeiros de 2025 em comparação com 2024, permitindo observar a evolução do desempenho da Estatal no período.

<sup>18</sup> Como consequência de arredondamentos, a soma dos números nos quadros e gráficos pode não ser exata, assim como a soma dos percentuais pode não totalizar cem por cento. Pelo mesmo motivo, pode haver pequena variação entre valores apresentados.



Quadro 5: Resultados econômico-financeiros – Comparativo 2025 x 2024

Indicadores		2025	2024***	Varição 2025 x 2024
<b>DRE</b>	Lucro Líquido *	755,07	685,16	10,20%
	Receita Líquida *	4.739,08	3.925,71	20,72%
	Gasto Total *	4.124,15	3.314,55	24,43%
<b>Desempenho</b>	Margem Líquida [1]	15,93%	17,45%	- 1,52 p.p.
	Margem EBITDA [2]	19,94%	21,36%	- 1,41 p.p.
	Investimento / Receita Líquida [3]	6,03%	5,80%	+ 0,23 p.p.
	Retorno Sobre Investimento (ROI) [4]	10,63%	12,57%	- 1,94 p.p.
	Índice de Eficiência Operacional [5]	87,02%	84,43%	+ 2,59 p.p.
	Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido [6]	26,08%	29,38%	- 3,30 p.p.
<b>Balanco</b>	Total de Ativos *	6.645,48	4.928,83	34,83%
	Caixa e Equivalentes de Caixa *	2.523,50	1.924,58	31,12%
	Patrimônio Líquido *	3.063,01	2.727,90	12,28%
	Total do Passivo *	3.582,48	2.200,93	62,77%
	Liquidez Corrente [7]	2,20	2,54	- 0,34 p.p.
<b>Pessoal</b>	Liquidez Imediata [8]	1,51	1,56	- 0,05 p.p.
	Quantidade de empregados **	6.056	6.159	- 103
	Receita per capita ****	782,54	637,39	22,77%
	Gasto com pessoal *	2.588,96	2.257,94	14,66%
Gasto com pessoal / Receita Líquida		54,63%	57,52%	- 2,89 p.p.

\* Valores expressos em milhões de Reais.

\*\* Considera o quadro interno e os Assessores de natureza especial.

\*\*\* Para base de comparabilidade, os indicadores afetados por reclassificações já estão recalculados.

\*\*\*\* Valores expressos em milhares de Reais.

Fonte: Serpro (2025).

[1] Margem Líquida: em 2025 foi registrada redução de 1,52 p.p. em relação ao exercício anterior. Embora o lucro líquido tenha crescido 10,20%, esse avanço ocorreu em ritmo inferior ao da receita líquida (20,72%), refletindo a expansão de 24,43% do gasto total, especialmente em custeio associado à nuvem, depreciação e resultado com ações judiciais. Soma-se a esse cenário o efeito não recorrente registrado em 2024, quando a recuperação de créditos ligados à imunidade tributária elevou o resultado, ampliando a base comparativa e contribuindo para a retração do indicador em 2025.

[2] Margem EBITDA: apresentou redução de 1,41 p.p., passando de 21,36% em 2024 para 19,94% em 2025, refletindo o desempenho das atividades operacionais, desconsiderando efeitos essencialmente financeiros, como a depreciação de ativos e resultado financeiro.

[3] Investimento / Receita Líquida: aumentou de 0,23 p.p., de 5,80% em 2024 para 6,03% em 2025, decorrente do crescimento superior dos investimentos realizados (25,5%) em relação à evolução da receita líquida (20,72%).

[4] Retorno sobre Investimento (ROI): redução de 1,94 p.p., de 12,57% em 2024 para 10,63% em 2025, influenciada principalmente pela diminuição de 2,59 p.p. na margem operacional, em função da elevação dos gastos operacionais no exercício.

[5] Índice de Eficiência Operacional: aumento de 2,59 p.p., passando de 84,43% em 2024 para 87,02% em 2025, resultado do crescimento dos gastos (24,43%) em ritmo superior ao da receita operacional líquida (20,72%). Ressalta-se que, para esse indicador, quanto menor o valor, melhor o desempenho.

[6] Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido: decréscimo de 3,30 p.p., reduzindo de 29,38% em 2024 para 26,08% em 2025, em razão do crescimento do lucro líquido (10,20%) ter sido inferior ao aumento do patrimônio líquido médio (24,16%).

[7] Liquidez Corrente: redução de 0,34 p.p., passando de 2,54 em 2024 para 2,20 em 2025, em função do crescimento do passivo circulante em ritmo superior ao do ativo circulante. Enquanto o ativo circulante avançou 17,80%, o passivo circulante cresceu 35,91%, pressionado principalmente pelo reconhecimento do arrendamento dos equipamentos destinados à Reforma Tributária, que elevou o passivo circulante em R\$ 315,96 milhões.

[8] Liquidez Imediata: redução de 0,05 p.p., passando de 1,56 em 2024 para 1,51 em 2025, em decorrência do crescimento do caixa (31,12%), puxado pelo maior nível de recebimento e de receitas financeiras e queda de inadimplência, em patamar inferior ao passivo circulante (35,91%), impactado pelo reconhecimento de arrendamento de equipamentos para Reforma Tributária.

#### Evolução da Receita per capita em termos nominais e reais

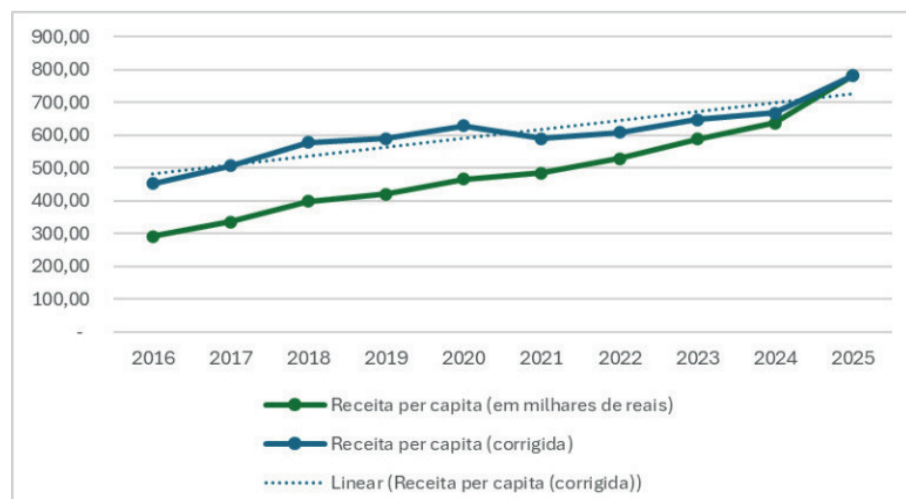
A Receita per capita apresentou evolução expressiva ao longo dos últimos exercícios, refletindo ganhos consistentes de produtividade econômica e maior alavancagem operacional da Empresa.

Em termos nominais, o indicador evoluiu de R\$ 290,77 mil em 2016 para R\$ 782,54 mil em 2025, representando crescimento acumulado de aproximadamente 169% no período.

Quando analisado em termos reais, expurgando os efeitos inflacionários, o indicador apresentou expansão superior a 73%, evidenciando que o crescimento observado decorreu de ganhos efetivos de eficiência operacional.

A trajetória do indicador demonstra que, ao longo do período analisado, a geração de receitas evoluiu em ritmo superior à variação do quadro de pessoal, caracterizando ganho estrutural de produtividade econômica.

Gráfico 2: Evolução da Receita per capita (2016–2025)



\* Os valores reais foram atualizados monetariamente pelo IPCA.

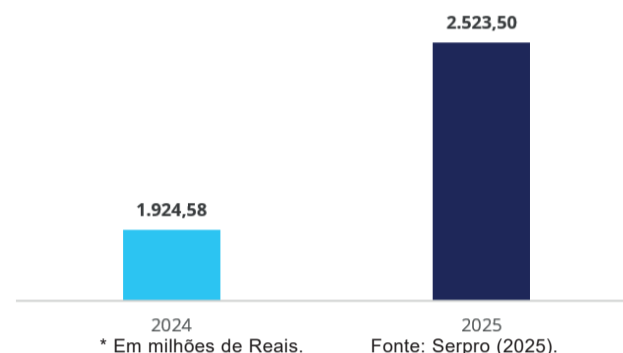
Fonte: Serpro (2025).

O comportamento da Receita per capita reforça a sustentabilidade econômico-financeira do Serpro, ao indicar ampliação da capacidade de geração de valor com disciplina na utilização dos recursos organizacionais.

#### Execução Financeira e Fluxo de Caixa

Em 2025, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou crescimento de 31,12%, passando de R\$ 1.924,58 milhões para R\$ 2.523,50 milhões, refletindo, principalmente, a forte geração de caixa operacional no período.

Gráfico 3: Evolução de Caixa e Equivalentes de Caixa



\* Em milhões de Reais.

Fonte: Serpro (2025).

O desempenho do Caixa observado no Gráfico 3 foi sustentado pelo aumento do caixa líquido das atividades operacionais, que alcançou R\$ 1.402,70 milhões, frente a R\$ 354,53 milhões em 2024, representando crescimento de R\$ 1.048,17 milhões. Esse resultado decorreu, sobretudo, da elevação dos recebimentos de clientes, que somaram R\$ 4.535,85 milhões, com aumento de R\$ 1.313,38 milhões (40,76%) em relação a 2024.

Adicionalmente, observou-se crescimento no rendimento das aplicações financeiras, que atingiu R\$ 215,57 milhões, incremento de R\$ 74,10 milhões (52,38%) frente ao exercício anterior, contribuindo positivamente para a geração de caixa. Em sentido oposto, os desembolsos com pessoal e encargos totalizaram R\$ 2.723,02 milhões, aumento de R\$ 257,53 milhões (10,44%) em relação a 2024, enquanto os pagamentos a fornecedores alcançaram R\$ 785,83 milhões, acréscimo de R\$ 236,21 milhões (42,98%), refletindo a ampliação do nível de atividade da empresa.

Gráfico 4: Demonstração do Fluxo de Caixa (por atividade)



\* Em milhões de Reais.

Fonte: Serpro (2025).

Nas atividades de investimento, registrou-se saída líquida de R\$ 272,52 milhões, ante R\$ 141,54 milhões em 2024, representando um aumento de R\$ 130,98 milhões (92,54%), associado à intensificação dos investimentos em ativo imobilizado e intangível, em consonância com a estratégia de expansão e modernização da infraestrutura.

Já nas atividades de financiamento, o fluxo líquido negativo totalizou R\$ 531,25 milhões, frente a R\$ 263,60 milhões em 2024, variação de R\$ 267,65 milhões, explicada, principalmente, pelo maior volume de pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio, além das amortizações de passivos de arrendamento (R\$ 130,06 milhões).

Como resultado desses movimentos, a movimentação líquida positiva de caixa atingiu R\$ 598,92 milhões, revertendo o fluxo negativo de R\$ 50,61 milhões observado em 2024 e reforçando a solidez financeira do Serpro.

O aumento do saldo de caixa, associado à redução da inadimplência de clientes estratégicos, permitiu a manutenção de níveis elevados de liquidez e assegurou adequada capacidade de cumprimento das obrigações de curto prazo.

Em 2025, a liquidez corrente alcançou 2,20, demonstrando que os recursos de curto prazo são suficientes para cobrir as obrigações no mesmo período, enquanto a liquidez imediata, de 1,51, evidencia a eficiência na gestão das disponibilidades de curtíssimo prazo, conferindo segurança para a realização dos desembolsos correntes.

#### Balanco Patrimonial

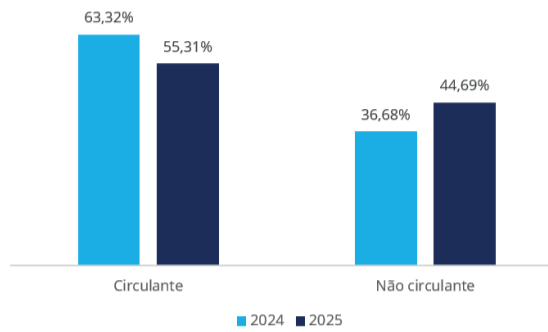
Em 31 de dezembro de 2025, o Ativo Total do Serpro alcançou R\$ 6,65 bilhões, representando crescimento de 34,83% (+ R\$ 1,72 bilhão) em relação a 2024. A expansão do ativo reflete, principalmente, a combinação entre o fortalecimento da posição de caixa, a melhora na qualidade dos créditos a receber e a intensificação dos investimentos em infraestrutura tecnológica.

Embora o Ativo Circulante tenha apresentado crescimento nominal, sua participação relativa no Ativo Total foi reduzida, conforme representado no Gráfico 5, em função da expansão mais intensa do Ativo Não Circulante, refletindo especialmente o reconhecimento de bens arrendados.

O Ativo Circulante totalizou R\$ 3,68 bilhões, aumento de 17,80% (+ R\$ 555,32 milhões) frente a 2024, impulsionado, sobretudo, pelo crescimento de 31,12% no saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, que atingiu R\$ 2,52 bilhões, em linha com a forte geração de caixa operacional ao longo do exercício. Paralelamente, os créditos a receber apresentaram redução de 8,01%, refletindo a diminuição da inadimplência e maior eficiência nos processos de cobrança.

O Ativo Não Circulante somou R\$ 2,97 bilhões, registrando expansão de 64,23% (+ R\$ 1,16 bilhão) em relação a 2024. Esse crescimento decorre, principalmente, do aumento do imobilizado, que alcançou R\$ 2 bilhões, avanço de 144,27%, associado aos investimentos em modernização tecnológica, expansão da infraestrutura e ao reconhecimento de bens arrendados, em consonância com as demandas operacionais e com a execução de projetos estruturantes, sobretudo a Reforma Tributária.

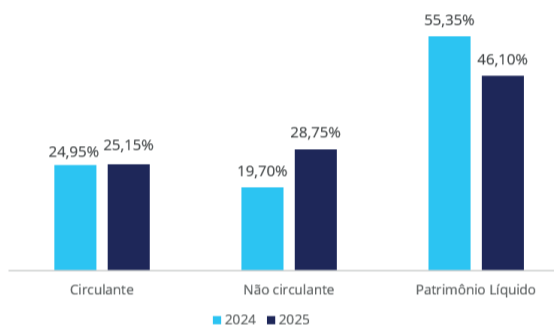
Gráfico 5: Composição do Ativo Total



Fonte: Serpro (2025)

Com relação ao passivo, observa-se evolução compatível com a expansão das operações e com a estratégia de financiamento adotada pelo Serpro.

Gráfico 6: Composição do Passivo Total



Fonte: Serpro (2025).

O Passivo Circulante atingiu R\$ 1,67 bilhão, crescimento de 35,91% (+ R\$ 441,64 milhões) frente a 2024, explicado, principalmente, pelo aumento das obrigações a pagar, que somaram R\$ 1,13 bilhão, refletindo maior volume de despesas operacionais e compromissos de curto prazo decorrentes da expansão da atividade.

O Passivo Não Circulante totalizou R\$ 1,91 bilhão, praticamente dobrando em relação a 2024 (+ R\$ 939,91 milhões ou 96,79%). Esse movimento decorre, sobretudo, do reconhecimento de R\$ 773,19 milhões em arrendamentos a longo prazo, além do crescimento das provisões trabalhistas, fiscais, cíveis e ambientais, que atingiram R\$ 770,47 milhões (+ R\$ 103,57 milhões ou 15,53%), acompanhando a expansão das operações e a atualização das estimativas de risco.

O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 3,06 bilhões, crescimento de 12,28% (+ R\$ 335,11 milhões) em relação a 2024, refletindo a geração de resultados no exercício e a política de retenção de lucros adotada pelo Serpro. As reservas totais somaram R\$ 1,26 bilhão, com aumento de 37,91% (+ R\$ 346,92 milhões), reforçando a base patrimonial e a capacidade de financiamento dos investimentos estratégicos.

#### Indicadores e Metas

Em 2025, os principais indicadores econômico-financeiros do Serpro evidenciaram desempenho sólido, ainda que marcado por pressões estruturais de custos associadas à expansão das operações e à intensificação dos investimentos estratégicos. A análise integrada dos indicadores demonstra capacidade de geração de resultados, preservação da liquidez e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mesmo em um contexto de maior complexidade operacional.

A margem líquida atingiu 15,93%, superando a meta estabelecida de 15,54%, refletindo a combinação entre crescimento da receita e contribuição relevante do resultado financeiro. Embora tenha sido observada redução em relação a 2024, o indicador permaneceu acima do patamar planejado, evidenciando a capacidade do Serpro de sustentar a rentabilidade em um cenário de expansão dos gastos operacionais, especialmente em custeio, depreciação e serviços associados à agenda de modernização tecnológica.

O índice de caixa alcançou 6,74, posicionando-se confortavelmente dentro da faixa-meta definida para o exercício (entre 3 e 8), o que confirma a robustez da posição de liquidez. Esse resultado foi sustentado pela forte geração de caixa operacional e pela expressiva redução da inadimplência, reforçando a capacidade do Serpro de honrar seus compromissos de curto prazo sem pressão financeira, ao mesmo tempo em que preserva flexibilidade para financiar suas operações e investimentos.

Por outro lado, o índice de eficiência operacional encerrou o exercício em 87,02%, acima do limite estabelecido como meta, refletindo maior pressão dos gastos sobre a receita líquida. Em linha com esse comportamento, a Margem EBITDA atingiu 19,94%, situando-se abaixo da meta de 21,30%. O desempenho combinado dos indicadores está diretamente associado à aceleração dos custos operacionais, em especial aqueles vinculados à nuvem, aos serviços contratados e à ampliação do parque tecnológico. Ainda assim, quando desconsiderados efeitos não recorrentes observados em 2024, verifica-se evolução positiva do resultado operacional recorrente, indicando que a piora dos indicadores não compromete a sustentabilidade econômica de longo prazo.

A produtividade *per capita* alcançou R\$ 101.541,13, correspondente a 98,17% da meta estabelecida para o exercício. Apesar do avanço em relação a 2024, o indicador ficou ligeiramente abaixo do planejado, refletindo o crescimento dos gastos operacionais em ritmo superior ao do resultado operacional. O desempenho, entretanto, permanece consistente com a trajetória de crescimento da receita e sinaliza oportunidades adicionais de captura de eficiência à medida que os investimentos realizados passem a gerar maior escala operacional.

Quadro 6: Indicadores – comparativo meta 2025 x realizado 2025

Dimensão	Indicador	Sinal	Meta 2025	Realizado 2025	Meta atingida
Planejamento Estratégico	Margem Líquida	+	15,54%	15,93%	Sim
	Índice de Caixa	+	entre 3 e 8	6,74	Sim
Governança	Margem EBITDA	+	21,30%	19,94%	Não
	Índice de Eficiência Operacional	-	85,23%	87,02%	Não
Econômico-financeiro	Produtividade <i>per capita</i> *	+	103.427,78	101.541,13	Não

\* Valores expressos em Reais.

Fonte: Serpro (2025).

Apesar de algumas metas não terem sido alcançadas, em conjunto, os indicadores econômico-financeiros apresentaram um comportamento em 2025 que demonstra a preservação da liquidez e a resiliência do desempenho econômico-financeiro do Serpro, ao mesmo tempo em que evidenciam desafios relevantes na gestão de custos, que orientam as prioridades para os próximos ciclos de planejamento.

#### Gestão orçamentária e financeira

O orçamento do Serpro observa as diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), que estabelece o Programa de Dispêndios Globais (PDG) como instrumento de gestão e controle orçamentário das empresas estatais federais. Dessa forma, as informações apresentadas neste relatório estão alinhadas ao PDG aprovado para o exercício.

Os processos orçamentários e financeiros do Serpro são acompanhados de forma sistemática pela Auditoria Interna (Audin), pelo Comitê de Auditoria (Coaud) e pelo Conselho Fiscal (CF), além de serem submetidos à fiscalização da Auditoria Independente e dos órgãos de controle externo, como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), assegurando transparência, conformidade e robustez na gestão dos recursos.

A gestão orçamentária da Empresa é fundamentada em planejamento criterioso. No exercício de 2025, tornou-se necessária a adequação da Proposta Orçamentária por meio de medidas de ajuste, incluindo cortes de despesas e contingenciamentos, com o objetivo de compatibilizar a execução dos gastos com o fluxo de caixa e garantir o cumprimento das metas fiscais estabelecidas.

Essas ações foram consolidadas no **Plano de Ajuste e Otimização de Gastos**, que orientou a priorização das despesas, a revisão de contratos e a implementação de iniciativas voltadas à eficiência e à sustentabilidade financeira da Empresa.

Outro ponto relevante para assegurar a efetividade da gestão orçamentária, alinhada às metas fiscais e ao planejamento estratégico, foi a ampliação e o fortalecimento das competências do **Comitê Tático de Orçamento e Contratos**. Entre suas atribuições, incluem-se analisar e recomendar medidas de ajuste, acompanhar ações de otimização de recursos, emitir pareceres à Diretoria Executiva (Direx), propor diretrizes para o planejamento das contratações e garantir a conformidade com os normativos internos, a Resolução CGPAR nº 45/2022 e o Plano de Ajuste e Otimização de Gastos, promovendo maior governança e eficiência na gestão orçamentária e contratual.

O orçamento da Empresa foi definido pelo **Decreto nº 12.280, de 29 de novembro de 2024**, que aprovou o **PDG 2025** e fixou os gastos iniciais em **R\$ 5.106,63 milhões**, sendo **R\$ 4.648,64 milhões** destinados a dispêndios correntes e **R\$ 457,99 milhões** a dispêndios de capital. A dotação consolidada para investimentos em ativos imobilizados (bens, hardware e obras) foi aprovada pela **Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 15.121, de 10 de abril de 2025**, no valor de **R\$ 274,07 milhões**.

O Grupo de Dispêndios de Capital compreende dividendos, juros sobre capital próprio (JCP), depósitos judiciais e investimentos em ativos imobilizados e intangíveis (software). A dotação inicial foi de **R\$ 457,99 milhões**, distribuída em **R\$ 132,61 milhões** para dividendos, **R\$ 24,32 milhões** para software, **R\$ 26,99 milhões** para depósitos judiciais e **R\$ 274,07 milhões** para ativos imobilizados.

A **reprogramação orçamentária** foi analisada e aprovada pela **Sest**, conforme **Portarias Sest/MGI nº 3.642/2025, de 14 de maio de 2025 e nº 11.032/2025, de 5 de dezembro de 2025**, resultando em acréscimo de **10,39% em relação aos gastos inicialmente aprovados**.

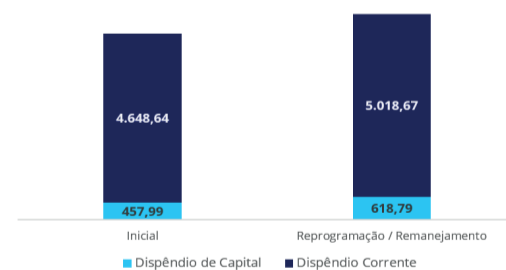
Os valores apresentados na reprogramação do **PDG** refletem a reavaliação das despesas e a revisão das estimativas de receitas, com o objetivo de adequá-los à realidade do exercício e às diretrizes do Planejamento Estratégico 2025.

Esse aumento decorreu, principalmente, de fatores não previstos na proposta inicial, como a **reoneração da folha de pagamento**, que impactou diretamente os encargos sociais, e a incorporação do **Projeto da Reforma Tributária do Consumo (RTC)**, que demandou a contratação de serviços especializados para assegurar a operação, o suporte, a segurança e a conectividade da plataforma tecnológica da RTC.

Adicionalmente, avançou-se na **expansão da Nuvem de Governo** e arquitetura **Multicloud**, exigindo novas contratações e investimentos em infraestrutura. Também foram realizados **ajustes tributários** em função do aumento da previsão de receitas e da desoneração de clientes com imunidade tributária, bem como a **atualização das políticas de distribuição de resultados**, contemplando dividendos, programas de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e de Remuneração Variável Anual (RVA), alinhadas às novas projeções de desempenho da Empresa.

Com a **reprogramação**, o orçamento consolidado atingiu **R\$ 5.637,46 milhões**, sendo **R\$ 5.018,67 milhões** destinados a dispêndios correntes (pessoal, custeio e impostos) e **R\$ 618,79 milhões** a dispêndios de capital (dividendos e investimentos). O Gráfico 7 apresenta a comparação entre a estrutura do **orçamento inicial** e a estrutura resultante após a **reprogramação e os remanejamentos** efetuados em novembro de 2025.

Gráfico 7: Estrutura Orçamentária – Inicial x Reprogramada



\* Em milhões de Reais. Fonte: ERP Web Manager (2025).

O Quadro 7 apresenta o percentual de execução em relação ao orçamento atualizado, com detalhamento por grupos orçamentários de dispêndios correntes e de capital. A classificação segue a natureza das despesas, permitindo análise transparente da aplicação dos recursos, da aderência ao planejamento e da eficiência na alocação orçamentária, reforçando as práticas de governança e controle.

Quadro 7: Estrutura dos Grupos Orçamentários

Contas	2025		Realização em relação ao aprovado (%)
	Aprovado (R\$) Considerado o valor da reprogramação/remanejamento	Realizado (R\$)	
<b>Dispêndios de capital</b>	<b>618.789.311</b>	<b>622.232.410</b>	<b>100,56%</b>
Investimentos	308.995.137	285.816.703	92,50%
- Imobilizado	284.674.913	272.209.192	95,62%
- Intangível	24.320.224	13.607.511	55,95%
Outras despesas de capital (Dep. Judicial, Arrendamento e Perdas)	192.778.335	156.796.994	81,34%
Distribuição de lucros aos acionistas	117.015.839	179.618.713	153,50%
<b>Dispêndios correntes</b>	<b>5.018.671.887</b>	<b>4.940.305.902</b>	<b>98,44%</b>
Despesas de pessoal	3.101.115.110	3.073.159.512	99,10%
Materiais e produtos	11.120.001	7.002.889	62,98%
Serviços de terceiros	825.329.153	720.223.027	87,26%
Medidas compensatórias	230.356.331	233.087.553	101,19%
Tributos	547.682.000	579.165.956	105,75%
Despesas financeiras	45.596.135	61.452.837	134,78%
Abatimentos concedidos nas vendas	187.052.634	184.937.404	98,87%
Outras despesas correntes	70.420.523	81.276.724	115,42%
<b>Total</b>	<b>5.637.461.198</b>	<b>5.562.538.312</b>	<b>98,67%</b>

Fonte: ERP Web Manager (2025).



MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



A execução orçamentária de 2025 totalizou **R\$ 5.562,54 milhões**, correspondendo a **98,67%** do limite aprovado, já considerados os valores reprogramados e remanejados ao longo do exercício. As despesas com **pessoal** permaneceram como o principal grupo de dispêndios, dentro da execução orçamentária, abrangendo salários, encargos, benefícios, capacitação, demais gastos com pessoal, demandas trabalhistas, desligamentos, pós-emprego, ressarcimento de pessoal requisitado, além de despesas com dirigentes e conselheiros. Essas despesas totalizaram **R\$ 3.073,16 milhões**, o que representa **55,25%** do total executado.

Após os ajustes e movimentações orçamentárias decorrentes de reprogramações e remanejamentos, observou-se **incremento nominal de 10,54%** na execução total das despesas em relação a 2024, conforme demonstrado no Quadro 8. Esse crescimento decorreu, principalmente, dos impactos do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025, da reatualização da folha de pagamento, das adequações exigidas pelo Projeto da Reforma Tributária do Consumo (RTC), da expansão das capacidades da Nuvem de Governo e da arquitetura Multicloud, bem como de ajustes tributários e da atualização das políticas de distribuição de resultados, fatores que impactaram no nível de execução orçamentária do exercício.

Quadro 8: Comparativo da Realização Orçamentária – 2024 e 2025

Contas	Realizado		
	2024 (R\$)	2025 (R\$)	Varição (%)
<b>Dispêndios de capital</b>	<b>792.285.365</b>	<b>622.232.410</b>	<b>-21,46%</b>
Investimentos	227.745.459	285.816.703	25,50%
- Imobilizado	210.105.365	272.209.192	29,56%
- Intangível	17.640.094	13.607.511	-22,86%
Outras despesas de capital (Dep. Judicial e Perdas)	22.889.075	156.796.994	585,03%
Distribuição de lucros aos acionistas	541.650.831	179.618.713	-66,84%
<b>Dispêndios correntes</b>	<b>4.240.079.156</b>	<b>4.940.305.902</b>	<b>16,51%</b>
Despesas de pessoal	2.726.826.792	3.073.159.512	12,70%
Materiais e produtos	5.097.548	7.002.889	37,38%
Serviços de terceiros	557.269.102	720.223.027	29,24%
Medidas compensatórias	199.307.250	233.087.553	16,95%
Tributos	564.327.761	579.165.956	2,63%
Despesas financeiras	29.207.268	61.452.837	110,40%
Abatimentos concedidos nas vendas	81.600.762	184.937.404	126,64%
Outras despesas correntes	76.442.673	81.276.724	6,32%
<b>Total</b>	<b>5.032.364.521</b>	<b>5.562.538.312</b>	<b>10,54%</b>

Fonte: ERP Web Manager (2025).

#### Dispêndios de Capital

Os dispêndios de capital autorizados em 2025 compreenderam a **distribuição de lucros aos acionistas**, as **despesas judiciais e perdas**, bem como os **investimentos** realizados no exercício, incluindo a aquisição de **ativos de Tecnologia da Informação** (hardware e software), de **bens permanentes** e de **serviços de obras**.

Incluem-se também os **arrendamentos de equipamentos de TI** vinculados aos projetos da **Reforma Tributária do Consumo (RTC)** e da **Nuvem de Governo**, adotados para assegurar **flexibilidade operacional**, **atualização tecnológica** contínua e **otimização do capital**. Essa modalidade mitiga o risco de obsolescência e oferece maior adequação às demandas variáveis e de evolução, sobretudo aquelas de alta complexidade e rápida evolução tecnológica.

#### Investimentos – Imobilizado + Intangível

Os investimentos totalizaram **R\$ 285,82 milhões**, representando um crescimento de **25,50%** em relação a 2024. As aquisições de **hardware** e **software** permaneceram como principal componente do **Plano de investimentos**, correspondendo a **89,75%** do total aplicado e refletindo a aderência aos **objetivos estratégicos** da Empresa.

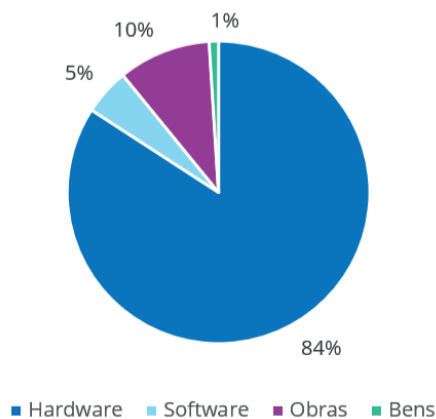
Entre as **principais contratações**, no segmento de **hardware**, destacaram-se investimentos voltados ao fortalecimento da **segurança**, à **ampliação das capacidades do mainframe** e do **armazenamento** e à **modernização da infraestrutura de rede**. Em **software**, sobressaíram contratações direcionadas à **modernização da plataforma tecnológica**, incluindo a adoção de nova **solução de integração** e a aquisição de **licenças para expansão do processamento** e reforço da **segurança**.

Os investimentos em **Obras** contemplaram a modernização dos sistemas elétricos e de climatização, além de melhorias gerais de infraestrutura, com destaque para intervenções no **Centro de Dados Modular da Regional São Paulo**, assegurando instalações mais eficientes, seguras e alinhadas às melhores práticas de gestão predial.

Em **Bens** incluíram-se aquisições de mobiliário, geradores, equipamentos de climatização e itens de apoio logístico, organizados para atender de forma integrada às demandas operacionais da Empresa. Todas essas contratações foram conduzidas com foco no atendimento às metas ESG, priorizando eficiência energética, sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da infraestrutura, em consonância com as diretrizes de governança institucional.

O Gráfico 8 apresenta a distribuição percentual desses investimentos, que alinhados ao esforço contínuo de inovação, aumento da eficiência operacional, manutenção dos níveis de serviço e aprimoramento da qualidade dos serviços oferecidos à sociedade brasileira.

Gráfico 8: Estrutura dos Investimentos Realizados



Fonte: ERP Web Manager (2025).

#### Distribuição de Lucros aos Acionistas

Para o exercício de 2025, está prevista a distribuição de **25% do lucro líquido**, correspondente ao **mínimo obrigatório**, totalizando **R\$ 179,62 milhões**. Esse valor representa redução de **66,84%** em relação ao montante distribuído em 2024, quando, além do dividendo mínimo obrigatório, foram pagos **dividendos adicionais**, atingindo **35% adicionais** do lucro líquido da Empresa. Com isso, a distribuição total em 2024 somou **R\$ 541,65 milhões**.

#### Dispêndios Correntes

Os dispêndios correntes cresceram **16,51%** em relação a 2024, variação atribuída principalmente aos impactos do **Projeto da Reforma Tributária do Consumo (RTC)** e à **expansão das capacidades da Nuvem de Governo e da arquitetura Multicloud**, que elevaram os custos operacionais e os serviços associados ao ambiente tecnológico da Empresa.

#### Despesas de Pessoal

As despesas de **pessoal**, que englobam remuneração, encargos sociais, benefícios, desligamentos e obrigações pós-emprego, demandas trabalhistas, ações de capacitação, bem como despesas com empregados, membros da Direx, CA, CF e Coaud, apresentaram aumento de **12,70%** em relação a 2024. Esse crescimento decorre do efeito combinado do **crescimento vegetativo da folha**, da aplicação do **Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)** e da **reatualização da folha de pagamento**.

#### Materiais e Produtos

As despesas com **Materiais e Produtos**, relacionadas tanto à **aquisição de materiais** de consumo quanto a itens destinados à produção, registraram aumento de **37,38%** em comparação a 2024. Esse crescimento decorre, principalmente, da elevação do volume de insumos necessários ao **processo produtivo da Empresa**, em função da expansão das demandas operacionais e dos serviços prestados.

#### Serviços de Terceiros

As despesas com **Serviços de Terceiros** abrangem contratações relacionadas à Tecnologia da Informação, consultoria, auditoria, vigilância e segurança, publicidade e propaganda, além de outros serviços especializados. Em 2025, esse grupo apresentou aumento de **29,24%** em relação a 2024. Essa variação decorre, principalmente, da ampliação dos gastos com **Tecnologia da Informação** necessários para atender às demandas do **Projeto da Reforma Tributária do Consumo (RTC)** e para suportar a **expansão das capacidades da Nuvem de Governo e da arquitetura Multicloud**, fatores que elevaram significativamente o volume de serviços contratados no período.

#### Medidas compensatórias

As Medidas Compensatórias correspondem a valores devolvidos pelo Serpro a determinados clientes em razão da exploração de serviços que utilizam bases de dados de propriedade desses clientes. Contabilmente, tais valores são registrados como custo dos serviços prestados e no PDG Orçamentário são registrados em custeio de serviços de terceiros administrativos na conta "Outros Serviços de Terceiros". Em 2025, o montante apurado apresentou crescimento de **16,95%** em relação ao exercício de 2024.

#### Tributos

As despesas tributárias abrangem tributos incidentes sobre a venda de serviços, sobre o lucro e demais obrigações fiscais da Empresa. No exercício, registrou-se um crescimento de **2,63%**, em relação a 2024, influenciado pelo aumento da **receita operacional** e pela elevação de **outros tributos decorrentes de pagamentos em moeda estrangeira**, relacionados aos projetos de **nuvem** e da **reforma tributária**.

#### Despesas Financeiras

Correspondem às despesas decorrentes de descontos financeiros concedidos a clientes, bem como às multas, juros moratórios e demais encargos incidentes sobre faturas inadimplidas ou parcialmente liquidadas, além de outras despesas de natureza financeira. Observou-se um aumento de **110,40%** em relação a 2024.

#### Abatimentos concedidos nas vendas

Os abatimentos concedidos nas vendas aumentaram **126,64%** em relação a 2024, decorrente, sobretudo, pelo **cancelamento de vendas**, materializado por meio de **notas fiscais canceladas** no período. Esse comportamento ao longo do exercício, impactou diretamente o montante registrado nesse grupo de contas.

#### Outras Despesas Correntes

As despesas com publicidade, viagens, estagiários e aprendizes, multas e distribuição de lucros e resultados apresentaram crescimento de **6,32%** em relação a 2024, impulsionado, principalmente, pelos gastos com viagens, pela expansão no número de estagiários e aprendizes e, sobretudo, pela maior distribuição de lucros e resultados, decorrente do desempenho positivo da Empresa.

#### Gestão de Custos

O Serpro não utiliza o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC). Desde 2011, a Empresa adota metodologia do Custeio Baseado em Atividades (ABC) para a apuração dos gastos (custos e despesas), assegurando informações gerenciais adequadas às características do negócio e à sua operação. O Sistema de Custos é estruturado a partir dos lançamentos contábeis extraídos diretamente no sistema ERP (do inglês *Enterprise Resource Planning*). A automatização desse processo está em andamento, o que proporcionará maior agilidade e precisão na apuração dos custos.

Em 2025, foram implementadas melhorias no processo de apuração. Além da classificação tradicional entre custos e despesas, baseada na análise por subprocessos, passou-se a utilizar também a classificação dos códigos de serviços, tornando a apuração mais precisa e alinhada às especificidades das atividades executadas.

#### Custos Realizados 2024 x 2025

A evolução dos custos e despesas operacionais em 2025 reflete a expansão do nível de atividade e a execução da estratégia de modernização tecnológica do Serpro. Para fins de análise gerencial, os gastos são classificados por tipo de processo – finalísticos, viabilizadores e contratos diretos e gastos corporativos.

Quadro 9: Gastos por tipo de processo 2024 x 2025

Tipo de Processo	Realizado 2024	Realizado 2025
Finalístico	2.352.512,92	2.671.099,48
Viabilizador	637.133,52	704.436,60
Contratos Diretos e Gastos Corporativos	352.807,43	746.668,74
<b>Total</b>	<b>3.342.453,87</b>	<b>4.122.204,82</b>

\* Em milhares de Reais.

Fonte: Sollus ABM (2025).

A partir dos dados apresentados no Quadro 9, observa-se que os gastos totais cresceram **23,32%**, passando de **R\$ 3.342,45 milhões** em 2024 para **R\$ 4.122,20 milhões** em 2025. Esse crescimento, entretanto, não foi homogêneo entre os tipos de processo.

Os processos finalísticos, diretamente associados à prestação de serviços aos clientes, totalizaram **R\$ 2.671,10 milhões** em 2025, aumento de **13,54%** em relação a 2024. Esse crescimento está alinhado à expansão da **Receita Operacional Líquida**, ao maior volume de serviços prestados e à intensificação do uso de infraestrutura tecnológica, especialmente no contexto da ampliação dos serviços digitais e da nuvem.

Os processos viabilizadores, responsáveis pelas atividades de suporte à operação, alcançaram **R\$ 704,44 milhões**, crescimento de **10,56%**. A variação reflete a ampliação moderada das estruturas administrativas, tecnológicas e de apoio necessárias à sustentação do crescimento operacional, sem alteração relevante no peso relativo desses processos na estrutura de custos.

Já os contratos diretos e gastos corporativos apresentaram crescimento significativamente superior aos demais, totalizando **R\$ 746,66 milhões** em 2025, acréscimo de **111,64%** frente a 2024. Essa rubrica concentrou os principais vetores de pressão de custos do exercício, notadamente aqueles associados a serviços profissionais e contratados, depreciação e amortização decorrentes da ampliação do parque tecnológico e resultados com ações judiciais, incluindo efeitos não recorrentes registrados no período.

#### Estrutura dos gastos finalísticos e viabilizadores

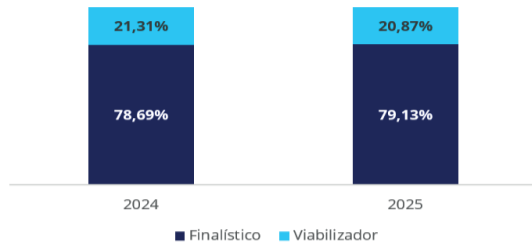
Conforme evidenciado no Gráfico 9, a estrutura dos gastos manteve-se estável entre 2024 e 2025. A participação dos processos finalísticos passou de **78,69%** para **79,13%**, enquanto os processos viabilizadores apresentaram leve redução relativa. Esse comportamento indica que a pressão de custos observada no exercício não decorre de deterioração da eficiência dos processos finalísticos, mas sim da concentração de despesas em rubricas específicas de natureza corporativa e estratégica.



MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



Gráfico 9: Classificação dos Gastos em finalísticos e viabilizadores

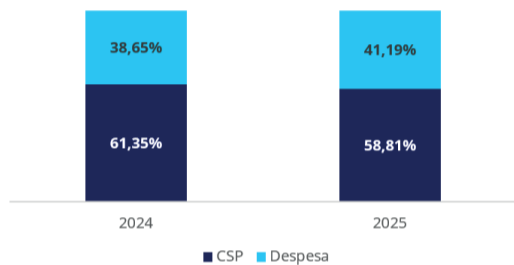


\* Os percentuais acima desconsideram os gastos de contratos diretos e corporativos, pois estes não são considerados como finalísticos ou viabilizadores.  
Fonte: Sollus ABM (2025).

#### Composição do Gasto realizado em 2025

Sob a ótica funcional da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), o Custo dos Serviços Prestados (CSP) totalizou R\$ 2.424,08 milhões em 2025, crescimento de R\$ 390,62 milhões (+19,21%) em relação a 2024. Em termos relativos, contudo, o CSP apresentou redução de participação frente à Receita Operacional Líquida, evidenciando ganhos de escala operacional compatíveis com a forte expansão da receita no período.

Gráfico 10: Composição dos Gastos – 2024 x 2025



\* 2024 republicado conforme demonstrações financeiras 2025.  
Fonte: Sollus ABM (2025).

As despesas operacionais, por sua vez, atingiram R\$ 1.700,06 milhões, aumento de R\$ 418,99 milhões (+ 24,63%), refletindo maior pressão sobre a estrutura de custos, especialmente em função da ampliação dos gastos com serviços contratados, depreciação de ativos tecnológicos e eventos de natureza jurídica, concentrados majoritariamente nos contratos diretos e gastos corporativos.

O aumento da participação das despesas operacionais na estrutura de gastos do Serpro em 2025 decorre, principalmente, dos seguintes fatores, que alteraram de forma relevante a composição das despesas em relação a 2024:

- 1) Resultado com ações judiciais: observou-se aumento do impacto das despesas relacionadas a ações judiciais, elevando esse grupo em cerca de R\$ 128,10 milhões em relação a 2024. Esse movimento decorre, principalmente, da reversão de efeitos favoráveis registrados no exercício anterior, bem como do reforço de provisões trabalhistas, o que ampliou significativamente a participação dessa rubrica no conjunto das despesas operacionais de 2025.
- 2) Tributos incidentes sobre operações no exterior: as despesas com tributos relacionados a operações no mercado internacional cresceram aproximadamente R\$ 7,5 milhões, refletindo a expansão da atuação do Serpro nesse segmento e o aumento da complexidade tributária associada a essas operações. Esse crescimento contribuiu para elevar o peso relativo das despesas tributárias no período, ainda que em linha com a diversificação das fontes de receita.
- 3) Resultado com créditos a receber: o resultado com créditos a receber apresentou impacto negativo aproximado de R\$ 35,97 milhões em 2025, quando comparado a 2024. Essa variação está associada, sobretudo, à ausência de eventos extraordinários positivos observados no exercício anterior, como recuperações relevantes de créditos antigos, o que elevou a participação dessa rubrica no total das despesas, sem indicar deterioração da qualidade da carteira.
- 4) Depreciação e amortização: as despesas corporativas de depreciação e amortização aumentaram em torno de R\$ 88,24 milhões, em decorrência da ampliação do parque tecnológico e da implementação da estratégia de Nuvem de Governo. Esses gastos passaram a ter maior representatividade na estrutura de despesas, embora não tenham sido classificados como custo dos serviços prestados, por ainda não estarem diretamente vinculados à geração de receita em 2025.

Em síntese, o aumento da participação das despesas operacionais em 2025 está diretamente associado à execução de iniciativas estratégicas estruturantes, com destaque para a operacionalização da Nuvem de Governo, a ampliação da arquitetura Multicloud e a implementação de demandas relacionadas à Reforma Tributária do Consumo (RTC). Esses movimentos implicaram maior peso de gastos com serviços especializados, depreciação de ativos tecnológicos e efeitos pontuais de natureza jurídica e contábil, alterando a composição das despesas no curto prazo. Ainda assim, tais dispêndios refletem investimentos necessários à modernização da infraestrutura, à expansão da capacidade produtiva e ao fortalecimento da escala operacional, com potencial de sustentação do crescimento da receita e de recomposição da eficiência nos exercícios subsequentes.

#### Perspectivas

Desde sua criação, o Serpro tem sido protagonista da modernização do Estado brasileiro. Ao completar 61 anos, a Estatal reafirmou seu papel na criação de soluções digitais inovadoras, com segurança, ética e impacto social. Essa trajetória de realizações reforça o compromisso com a transformação digital e o desenvolvimento sustentável do país.

A Estratégia Institucional 2026 aponta para um futuro orientado por quatro vetores: soberania digital, inteligência artificial (IA), expansão de mercado e sustentabilidade (ESG). O objetivo é manter a liderança em soluções para o governo federal e ampliar a atuação para estados, municípios, setor privado e mercado internacional.

As prioridades incluem consolidar a Nuvem de Governo como plataforma soberana, expandir a infraestrutura nacional de dados com a construção de novos centros de dados e tratar a IA como pilar estratégico, criando soluções para políticas públicas e novos modelos de negócio.

A execução desse ambicioso plano traz desafios significativos, pois envolve projetos de alta complexidade e elevado custo, gestão da continuidade operacional, competição em novos mercados, agilidade comercial, transformação cultural, capacitação intensa e superação de barreiras na governança de dados e IA. Sem esquecer os esforços para a sustentabilidade, que incluem a adoção de práticas certificadas e a migração para o mercado livre de energia.

A superação desses desafios implicará profundas mudanças no Serpro, que passará a ter seu desempenho futuro medido não só pelo impacto nas políticas públicas, mas pela diversificação da receita, pela eficiência operacional e pela consolidação de sua relevância estratégica para a soberania digital do Brasil.

Apesar disso, o Serpro está preparado para superá-los com foco estratégico, colaboração e criatividade. A experiência acumulada, aliada à capacidade técnica e determinação de seus profissionais, impulsionará a Empresa a continuar evoluindo e entregando soluções relevantes. O futuro é desafiador, mas também repleto de oportunidades para transformar a tecnologia em valor para a sociedade.

#### Expediente

Endereço da Sede do Serpro  
SGAN Quadra 601 Módulo "V"  
Brasília/Distrito Federal  
CEP: 70.836-900  
CNPJ: 33.683.111/0001-07  
<https://www.serpro.gov.br>

#### Coordenação

Diretoria de Pessoas e Assuntos Jurídicos  
Superintendência de Controles, Riscos e Conformidade  
Departamento de Governança Corporativa  
Divisão de Gestão da Governança Corporativa

#### Edição

Divisão de Gestão da Governança Corporativa  
Auditoria Interna  
Ouvidoria  
Corregedoria  
Presidência  
Assessoramento Executivo  
Diretoria de Negócios Econômico-fazendários  
Diretoria de Negócios Governamentais  
Diretoria de Novos Negócios e Inteligência de TI  
Diretoria de Infraestrutura  
Diretoria de Administração e Finanças  
Diretoria de Pessoas e Assuntos Jurídicos  
Publicação em Março de 2026 (versão 1)

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

### Balancos Patrimoniais

Ativo	NE	Dez/2025	Dez/2024
<b>Circulante</b>		<b>3.675.940</b>	<b>3.120.617</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.523.497	1.924.576
Créditos a receber		1.081.449	1.175.562
Clientes	5	786.156	811.358
Créditos tributários	16	191.781	235.463
Ressarcimento de pessoal	24.2.3	55.303	54.374
Créditos diversos a receber	6	48.209	74.367
Outros Ativos		90	348
Ativos mantidos para venda	8	20.131	20.131
Despesas Antecipadas	7	50.773	0
<b>Não Circulante</b>		<b>2.969.540</b>	<b>1.808.210</b>
Realizável a longo prazo		903.075	910.354
Depósitos judiciais e recursais	19	376.162	419.620
Ressarcimento de pessoal	24.2.3	290.725	277.972
Créditos tributários diferidos	23.5.4	106.379	90.259
Créditos realizáveis a longo prazo	11	129.766	122.179
Outros ativos		43	324
Investimento		228	988
Imobilizado	9	1.996.815	817.478
Bens Móveis		671.224	638.953
Bens Imóveis		202.336	178.525
Bens Arrendados	21	1.123.255	0
Intangível	10	69.422	79.390
<b>Total do Ativo</b>		<b>6.645.480</b>	<b>4.928.827</b>

Passivo	NE	Dez/2025	Dez/2024
<b>Circulante</b>		<b>1.671.512</b>	<b>1.229.876</b>
Consignações	11	106.318	81.133
Tributos e encargos sociais	17	120.335	98.460
Depósitos diversas origens		1.158	2.252
Obrigações a pagar		1.127.743	1.048.031
Fornecedores	12	409.619	391.306
Pessoal	13	470.594	430.752
Benefícios a empregados	20.1	15.544	15.200
Participação nos lucros ou resultados	14	46.241	43.043
Juros sobre capital próprio	15	179.619	163.237
Outras obrigações		6.126	4.493
Arrendamentos a Curto Prazo	21	315.958	0
<b>Não Circulante</b>		<b>1.910.964</b>	<b>971.052</b>
Obrigações tributárias	18	67.943	59.646
Provisões trabalhistas, cíveis, admin e fiscais	19	770.467	666.897
Benefícios pós-emprego	20.2	298.866	244.013
Outras obrigações		496	496
Arrendamentos a Longo Prazo	21	773.192	0
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>3.063.004</b>	<b>2.727.899</b>
Capital		1.786.196	1.786.196
Reservas		1.261.989	915.072
Reservas de reavaliação	22	89.717	90.877
Reservas de lucros	22	200.483	162.730
Reservas de retenção	22	971.789	432.933
Dividendos adicionais propostos	22	0	228.532
Outros resultados abrangentes	22	14.819	26.631
Lucros/Prejuízos acumulados		0	0
<b>Total do Passivo</b>		<b>6.645.480</b>	<b>4.928.827</b>



MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



### Demonstrações dos Resultados

	em R\$ mil		
	NE	Dez/2025	Dez/2024
Receita operacional líquida	23.2	4.739.080	3.925.711
Custo dos serviços prestados	23.3.1	(2.424.083)	(2.033.467)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.314.997</b>	<b>1.892.244</b>
Despesas/Receitas operacionais		(1.700.064)	(1.281.078)
Despesas com vendas	23.3.2	(112.237)	(85.610)
Despesas gerais e administrativas	23.3.2	(1.586.812)	(1.213.944)
Perdas Líquidas com créditos a receber	23.3.2	3.911	40.340
Outras despesas e receitas operacionais	23.3.2	(4.926)	(21.864)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>614.933</b>	<b>611.166</b>
Resultado financeiro líquido		242.893	183.994
Receitas financeiras	23.4	326.127	211.902
Despesas financeiras	23.4	(83.234)	(27.908)
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>857.826</b>	<b>795.160</b>
Imposto de renda e contribuição social		(102.758)	(110.002)
Correntes	23.5.1	(116.745)	(17.817)
Diferidos	23.5.4	13.987	(92.185)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>755.068</b>	<b>685.158</b>

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	em R\$ mil	
	Dez/2025	Dez/2024
<b>Lucro antes da tributação do IR e CS</b>	<b>857.826</b>	<b>795.158</b>
Depreciação e amortização	330.191	227.237
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.591	(40.340)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	89.573	(18.985)
Provisões benefício pós-emprego	41.668	44.405
Resultado de softwares desenvolvidos	(7.099)	(1.938)
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)	(32.114)	(7.738)
Receitas Financeiras	(7.587)	(8.120)
<b>Resultado com provisões administrativas da imunidade tributária</b>	<b>100.130</b>	<b>120.493</b>
Juros e variações cambiais de arrendamento	8.052	0
Provisão para perda esperada com outros créditos	12.502	0
Resultado na alienação e baixa de imobilizado	4.892	21.812
<b>Lucro ajustado</b>	<b>1.406.625</b>	<b>1.131.984</b>
<b>Variação em ativos e passivos operacionais</b>	<b>17.534</b>	<b>(704.372)</b>
Contas a Receber	54.637	(159.699)
Pessoal a Pagar	41.143	59.181
Fornecedores	20.553	107.127
Provisões administrativas da imunidade tributária	(103.091)	(529.298)
Outras variações do imobilizado	(13.674)	(65.972)
Outras variações patrimoniais	17.966	(115.711)
Obrigações tributárias, líquidas	(743)	(64.724)
Depósitos Judiciais e Recursais	43.458	(2.040)
Ativos Mantidos para Venda	0	(18.470)
Despesas antecipadas e outros	(24.749)	(30.477)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(30.887)	(79.739)
Juros Pagos	9.425	6.657
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>1.402.697</b>	<b>354.530</b>
Imobilizado	(260.105)	(125.912)
Intangível	(12.419)	(15.632)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>(272.524)</b>	<b>(141.544)</b>
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(401.194)	(263.598)
Arrendamentos	(130.058)	0
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(531.252)</b>	<b>(263.598)</b>
Variação de caixa e equivalentes de caixa no período	598.921	(50.612)
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.924.576	1.975.185
<b>Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.523.497</b>	<b>1.924.573</b>

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	em R\$ mil							
	Capital	Reavaliação	Legal	Retenção	Divid. Adic.	Acumulados	Abrangentes	Líquido
Saldo em 31 de dez/2023	1.786.196	92.926	128.472	321.636	0	-	(393.012)	1.936.218
Lucros/Prejuízos Líquidos	0	0	0	0	0	685.156	0	685.156
Dividendos adicionais requeridos	0	0	0	(149.882)	0	0	0	(149.882)
Realização de Res. de reavaliação	0	(2.049)	0	0	0	2.049	0	0
Constituição de reservas	0	0	34.258	261.179	0	(295.437)	0	0
Dividendos e JCP Creditados	0	0	0	0	0	(163.236)	0	(163.236)
Dividendos adic. Propostos	0	0	0	0	228.532	(228.532)	0	0
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	419.644	419.644
<b>Saldo em 31 de Dez/2024</b>	<b>1.786.196</b>	<b>90.877</b>	<b>162.730</b>	<b>432.933</b>	<b>228.532</b>	<b>0</b>	<b>26.632</b>	<b>2.727.899</b>
	Capital	Reservas	Legal	Retenção	Divid. Adic.	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dez/2024	1.786.196	90.877	162.730	432.933	228.532	0	26.632	2.727.899
Lucro Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	755.068	0	755.068
Realização de Res. de Reavaliação	0	(1.160)	0	0	0	1.160	0	0
Constituição de reservas	0	0	37.753	538.856	0	(576.609)	0	0
Dividendos e JCP Creditados	0	0	0	0	0	(179.619)	0	(179.619)
Dividendos adic. Propostos pagos	0	0	0	0	(228.532)	0	0	(228.532)
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	(11.813)	(11.812)
<b>Saldo em 31 de Dez/2025</b>	<b>1.786.196</b>	<b>89.717</b>	<b>200.483</b>	<b>971.789</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14.819</b>	<b>3.063.004</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1. Contexto operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis atualizados.

Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado

### Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	em R\$ mil	
	Dez/2025	Dez/2024
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>755.068</b>	<b>685.156</b>
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(11.813)	419.644
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(760)	(51)
Tributos Diferidos sobre instrumentos financeiros	238	0
Passivo Atuarial - EFPC Serpros	0	540.079
Tributos Diferidos sobre EFPC Serpros	(87)	(75.135)
Passivo Atuarial - PAS/Serpro	(14.759)	(44.516)
Tributos Diferidos sobre PAS/Serpro	2.205	7.429
Passivo Atuarial - Programa de Demissão	1.574	(9.538)
Tributos Diferidos sobre Programa de Demissão	(224)	1.376
<b>Resultado Abrangente no Período</b>	<b>743.255</b>	<b>1.104.800</b>

### Demonstrações dos Valores Adicionados

	em R\$ mil	
	Dez/2025	Dez/2024
<b>Geração do Valor Adicionado</b>		
Receitas	5.208.125	4.413.875
Receita Operacional Bruta	5.391.012	4.458.139
Resultado com créditos a receber	3.911	40.340
Descontos Concedidos	(1.861)	(3.003)
Vendas Canceladas	(184.937)	(81.601)
Outros valores (AEA e Realiz. Reservas)	0	0
Insumos adquiridos de terceiros	(977.116)	(764.900)
Valor adicionado bruto	4.231.009	3.648.975
Retenções	(516.887)	(285.794)
Depreciações e Amortizações	(330.191)	(227.237)
Resultados com Ações Judiciais	(186.696)	(58.557)
Valor adicionado líquido	3.714.122	3.363.181
Recebido de terceiros	326.127	211.902
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>4.040.249</b>	<b>3.575.083</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios)	2.386.597	2.161.740
Governo (Impostos e Contribuições)	790.998	670.845
Capitais de Terceiros	107.585	57.342
Capitais de Próprio	755.069	685.156
Dividendos e JCP anterior ano atual	179.619	163.237
Dividendos Adicionais Propostos	0	228.532
Demais valores - Realização da Reserva	(1.160)	(2.049)
Lucros Retidos	576.610	295.436
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>4.040.249</b>	<b>3.575.083</b>

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	em R\$ mil							
	Capital	Reavaliação	Legal	Retenção	Divid. Adic.	Acumulados	Abrangentes	Líquido
Saldo em 31 de dez/2023	1.786.196	92.926	128.472	321.636	0	-	(393.012)	1.936.218
Lucros/Prejuízos Líquidos	0	0	0	0	0	685.156	0	685.156
Dividendos adicionais requeridos	0	0	0	(149.882)	0	0	0	(149.882)
Realização de Res. de reavaliação	0	(2.049)	0	0	0	2.049	0	0
Constituição de reservas	0	0	34.258	261.179	0	(295.437)	0	0
Dividendos e JCP Creditados	0	0	0	0	0	(163.236)	0	(163.236)
Dividendos adic. Propostos	0	0	0	0	228.532	(228.532)	0	0
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	419.644	419.644
<b>Saldo em 31 de Dez/2024</b>	<b>1.786.196</b>	<b>90.877</b>	<b>162.730</b>	<b>432.933</b>	<b>228.532</b>	<b>0</b>	<b>26.632</b>	<b>2.727.899</b>
	Capital	Reservas	Legal	Retenção	Divid. Adic.	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dez/2024	1.786.196	90.877	162.730	432.933	228.532	0	26.632	2.727.899
Lucro Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	755.068	0	755.068
Realização de Res. de Reavaliação	0	(1.160)	0	0	0	1.160	0	0
Constituição de reservas	0	0	37.753	538.856	0	(576.609)	0	0
Dividendos e JCP Creditados	0	0	0	0	0	(179.619)	0	(179.619)
Dividendos adic. Propostos pagos	0	0	0	0	(228.532)	0	0	(228.532)
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	(11.813)	(11.812)
<b>Saldo em 31 de Dez/2025</b>	<b>1.786.196</b>	<b>89.717</b>	<b>200.483</b>	<b>971.789</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14.819</b>	<b>3.063.004</b>

com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. É o protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital. Este direcionamento norteia a inovação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade superior e acessíveis a qualquer hora e lugar, com o menor custo para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, o SERPRO acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.



MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



A estrutura patrimonial do SERPRO é um reflexo direto de sua atuação estratégica. Por operar data centers 24/7 e desenvolver tecnologias próprias para o Estado, a empresa concentra seu patrimônio em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, a necessidade de manter essa infraestrutura e garantir a segurança da informação gera despesas operacionais significativas, que moldam a composição de suas demonstrações contábeis.

#### Desempenho Empresarial no Setor Público

Ao avaliar o desempenho das empresas públicas tendo por referência indicadores fiscais, como *superávit* ou *déficit*, é necessário cautela para não incorrer em erro na análise, interpretando conceitos diferentes como se sinônimo fossem, onde *déficit* é facilmente associado a "prejuízo". Conforme Nota oficial divulgada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o resultado primário (*superávit* ou *déficit*) das empresas estatais federais não dependentes (o caso do Serpro) é calculado a partir da diferença entre suas receitas e suas despesas (incluindo investimentos) dentro de um determinado período. Ele não contabiliza os recursos que as empresas já traziam em seus caixas de períodos anteriores, nem eventuais receitas de financiamentos, por exemplo.

O resultado primário, nesse sentido, não é uma medida adequada de saúde financeira da companhia. É comum empresas registrarem *déficit* primário mesmo com aumento do lucro se estiverem acelerando seus investimentos, na expansão/modernização dos negócios.

Em 2025, o Serpro manteve posição patrimonial e financeira sólida, com estrutura de ativos, passivos e patrimônio líquido compatível com a natureza e a escala de suas operações. Apresentou resultado econômico positivo, com apuração de lucro, conforme demonstrado na Demonstração do Resultado, e superávit financeiro, evidenciado pelo aumento da posição de caixa e equivalentes de caixa ao final do período. Esses resultados refletem não apenas a geração de valor pelas operações, mas também a adequada gestão financeira, evidenciando sua capacidade de continuidade e sustentabilidade operacional.

#### Sazonalidade do Fluxo Financeiro

É importante considerar que a dinâmica financeira do setor público possui especificidades, como prazos diferenciados para execução orçamentária e fluxos de pagamento que podem impactar momentaneamente os resultados financeiros do Serpro, como por exemplo uma variação do estoque de Contas a Receber dos clientes públicos OGU (que representam a maior parte do faturamento), que acompanha a capacidade financeira dessas entidades.

A sazonalidade das receitas, fortemente influenciada pela execução orçamentária do Governo Federal, tem efeito direto na capacidade operacional da empresa ao longo do ano, tendo em vista que a maior parte da receita da empresa provém de contratos com entidades públicas. A sazonalidade, combinada com os efeitos dos indicadores macroeconômicos — como inflação, taxa de juros e restrições fiscais — pode comprometer a capacidade de investimento e custeio do Governo, impactando diretamente os negócios do SERPRO. A empresa, portanto, está sujeita a oscilações que exigem planejamento financeiro e estratégias de mitigação de riscos.

#### Agente Estratégico para o Estado Brasileiro

O SERPRO como agente estratégico de Governo, vem direcionando parte de seus fluxos financeiros na materialização de investimentos estratégicos, como a Nuvem de Governo, além de ser o fomentador tecnológico da Reforma Tributária no país. Como empresa pública de tecnologia, tem papel fundamental de impulsionar políticas públicas a fim de fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. As atividades realizadas pelo SERPRO são dirigidas ao Estado e à sociedade, e viabilizam a conexão entre Governo, empresas e cidadãos por meio de soluções tecnológicas. Ao realizar negócios com o Governo, a Empresa prioriza iniciativas que visam a modernização da Administração Pública, junto ao mercado privado, desenvolve serviços de excelência para que empresas de todos os tamanhos e segmentos da economia tenham informações íntegras, disponíveis e confiáveis, e soluções que tornem suas plataformas de negócio mais seguras e inteligentes. Esse posicionamento implica a realização de investimentos contínuos em infraestrutura tecnológica, ativos imobilizados e intangíveis, bem como a manutenção de elevados padrões de disponibilidade, segurança da informação e capacidade operacional.

A Empresa segue observando atentamente o cenário econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e a sua capacidade operacional. Os esforços estão voltados para a implementação de medidas e ações responsáveis de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros. Além disso, o SERPRO vem diversificando sua carteira de clientes, principalmente junto ao mercado privado, inclusive, internacional.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou quando aplicáveis pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A administração declara que as demonstrações representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da entidade nas datas dos Balanços, além de prover, em conformidade com os respectivos normativos, informações que

proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

### 2.2 Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras anuais de 2025, encerrado em 31 de dezembro, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 28 de janeiro de 2026.

### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, com variações impactando diretamente o resultado do exercício. Os passivos de arrendamento também foram mensurados pelo valor presente das obrigações de pagamento, em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto o resultado do exercício quanto os Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

#### 2.3.1 Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

### 2.4 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no período. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve-se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

#### 2.4.1 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4.2 Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas são apresentadas pelo valor líquido quando permitido pelas normas contábeis aplicáveis, especialmente quando há direito legal de compensação e intenção de quitar pelo valor líquido, conforme CPC 39.

### 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Para fins de publicação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é apresentada pelo método indireto. O Serpro apresenta também a DFC pelo método direto, conforme Nota Explicativa 4.3. No que se refere aos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos, os valores se referem a movimentação do imobilizado e do intangível, pagamentos de dividendos e arrendamentos, respectivamente.

### 2.6 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, durante determinado período. Foi elaborada a partir dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

### 2.7 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício é apresentada por função. Para efeito de evidenciação em notas explicativas, os seus valores serão informados detalhados por natureza.

### 2.8 Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas aos períodos anteriores foram reclassificadas. Tais reclassificações não são objeto de reapresentação de balanço, uma vez que, para a administração, não afetam a tomada de decisão empresarial. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo das demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

Em razão de melhorias implementadas no processamento de Custos, o CSP e as Despesas Operacionais foram reprocessadas, conforme descrição na Nota Explicativa 23.3. Os impactos estão demonstrados no quadro a seguir:

	Dez/2025	Dez/2024 Reclassificado	Dez/2024 Publicado	Reclassificação
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>4.739.080</b>	<b>3.925.711</b>	<b>3.925.711</b>	<b>0</b>
Custo dos serviços prestados	(2.424.083)	(2.033.467)	(2.261.507)	228.040
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.314.997</b>	<b>1.892.244</b>	<b>1.664.204</b>	<b>228.040</b>
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>	<b>(1.700.064)</b>	<b>(1.281.078)</b>	<b>(1.053.039)</b>	<b>(228.039)</b>
Despesas com vendas	(112.237)	(85.610)	(285.534)	199.924
Despesas gerais e administrativas	(1.586.812)	(1.213.944)	(785.981)	(427.963)
Perdas Líquidas com créditos a receber	3.911	40.340	40.340	0
Outras despesas e receitas operacionais	(4.926)	(21.864)	(21.864)	0
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>614.933</b>	<b>611.166</b>	<b>611.165</b>	<b>1</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>242.893</b>	<b>183.994</b>	<b>183.994</b>	<b>0</b>
Receitas financeiras	326.127	211.902	211.902	0
Despesas financeiras	(83.234)	(27.908)	(27.908)	0
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>857.826</b>	<b>795.160</b>	<b>795.159</b>	<b>1</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(102.758)</b>	<b>(110.002)</b>	<b>(110.002)</b>	<b>0</b>
Correntes	(116.745)	(17.817)	(17.817)	0
Diferidos	13.987	(92.185)	(92.185)	0
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>755.068</b>	<b>685.158</b>	<b>685.157</b>	<b>0</b>

Tratam-se, exclusivamente, de ajustes de apresentação e alocação entre grupos de despesas, com vistas a proporcionar maior aderência à essência econômica das transações, em conformidade com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

### 2.9 Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis relevantes e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras. É provável que haja diferenças entre os valores estimados e os resultados efetivamente ocorridos, por definição. As estimativas e julgamentos afetam as seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota Explicativa
PECLD	5.1
Redução ao valor recuperável	5.1.1
Depreciação/Amortização	9 e 10
Provisões Judiciais e Administrativas	19
Benefícios a Empregados	20
Arrendamento	21

### 2.10 - Arrendamento

Em 2025, o SERPRO celebrou contrato de arrendamento de ativos de tecnologia (superior a 12 meses), cujo objeto contempla a disponibilização de equipamentos de armazenamento e processamento de dados, destinados à modernização de sua infraestrutura, visando atender relevantes projetos nacionais.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a operação foi classificada como arrendamento, sendo reconhecida em outubro de 2025. Os ativos de direito de uso tiveram seu valor mensurado na ordem de R\$ 1.200,0 milhões a valor presente. O passivo de arrendamento no mesmo valor, foi mensurado pelo valor das parcelas contratuais futuras, descontadas à taxa incremental de financiamento estimada para o período.

A depreciação do ativo de direito de uso é reconhecida linearmente ao longo da vigência contratual, e os encargos financeiros do passivo foram apropriados ao resultado conforme o método do custo amortizado, observando-se o regime de competência.

A operação contribui para a modernização tecnológica e a continuidade das ações de suporte aos grandes projetos nacionais, como a Reforma Tributária.

## 3. Políticas contábeis e correção de erros

### 3.1 Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis adotadas pelo Serpro na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas ao longo desta Nota Explicativa, em conjunto com as notas específicas relacionadas a cada grupo de contas.

Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudanças de políticas contábeis, tampouco foram identificados erros materiais de períodos anteriores que demandassem reapresentação das demonstrações financeiras, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Eventuais reclassificações efetuadas tiveram como objetivo apenas aprimorar a apresentação e a comparabilidade das informações, não afetando o resultado do período, o patrimônio líquido ou os fluxos de caixa anteriormente divulgados.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras prontamente conversíveis e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Caixa/ Bancos	70.642	200.809
Aplicação financeira	2.452.855	1.723.767
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	<b>2.523.497</b>	<b>1.924.576</b>



MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



O saldo de R\$ 2.523,5 milhões foi obtido ao longo dos exercícios pela geração de caixa do negócio e está disponível para uso sem restrições de qualquer natureza com terceiros, como garantias bancárias e *covenants* em contratos.

#### 4.1 Bancos contas movimento

A variação observada, de R\$ 200,8 milhões para R\$ 70,6 milhões decorre, principalmente, de aplicação financeira e do consumo operacional dos saldos existentes no encerramento de 2024.

A maioria (99,97%) do valor de R\$ 70,6 milhões apresentado em dezembro de 2025 se refere aos saldos mantidos no exterior, na conta do Banco do Brasil em Nova York/EUA. A manutenção de tais saldos no exterior visa atender a projetos estratégicos que tenham compromissos firmados/atrelados em moeda estrangeira, devendo ser suficiente para a cobertura dos desembolsos de curto prazo. Os saldos incrementais da conta, são movimentados de acordo com os critérios internos definidos para proteção cambial.

Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a Empresa realiza a análise de sensibilidade para os saldos mantidos em moeda estrangeira, visando mensurar o impacto de variações nas taxas de câmbio sobre o resultado e o patrimônio líquido. Considerando o saldo médio ao longo de 2025, foram projetados cenários de valorização e desvalorização do Real frente ao Dólar Norte-Americano. Dado que tais ativos funcionam como uma proteção natural (*hedge* natural) para compromissos em moeda estrangeira, oscilações no câmbio geram variações compensatórias: uma valorização do dólar resulta em ganho cambial sobre o saldo em conta, enquanto uma desvalorização impacta negativamente o valor convertido em moeda nacional, sem, contudo, comprometer a capacidade de liquidação das obrigações atreladas à referida moeda.

Variação Cambial	Cotação (R\$/USD)	Saldo em R\$	Impacto no Resultado (R\$)
+1,0% (Desvalorização do Real)	5,5574	51.380,4	+508,5
+0,5% (Desvalorização do Real)	5,5299	51.126,1	+254,2
Cenário Base	5,5024	50.871,9	-
-0,5% (Valorização do Real)	5,4749	50.617,6	-254,3
-1,0% (Valorização do Real)	5,4474	50.363,4	-508,5

A cotação base corresponde à cotação de compra dólar p-tax publicada pelo BACEN na data do balanço. As variações percentuais foram aplicadas diretamente sobre essa cotação, mantendo constante o valor em moeda estrangeira.

#### 4.2 Aplicações financeiras

Descrição	BB Extramercado FAE Fundo Investimento Renda Fixa	CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	Saldo Acumulado
Saldo Inicial (31/12/24)	1.280.436	443.331	1.723.767
Aplicações	458.841	201.858	660.699
Resgates	(642.903)	(470.891)	(1.113.794)
Rendimento Líquido	44.074	9.818	53.892
<b>Saldo Final (31/03/25)</b>	<b>1.140.448</b>	<b>184.116</b>	<b>1.324.564</b>
Aplicações	279.071	108.836	387.907
Resgates	(322.085)	(266.117)	(588.202)
Rendimento Líquido	27.319	1.913	29.232
<b>Saldo Final (30/06/25)</b>	<b>1.124.753</b>	<b>28.748</b>	<b>1.153.501</b>
Aplicações	332.487	432.857	765.344
Resgates	(434.342)	(61.480)	(495.822)
Rendimento Líquido	36.640	6.388	43.028
<b>Saldo Final (30/09/25)</b>	<b>1.059.538</b>	<b>406.513</b>	<b>1.466.051</b>
Aplicações	646.372	885.306	1.531.678
Resgates	(422.616)	(170.975)	(593.591)
Rendimento Líquido	27.615	21.103	48.718
<b>Saldo Final (31/12/25)</b>	<b>1.310.909</b>	<b>1.141.947</b>	<b>2.452.856</b>
Rentabilidade nos últimos 12 meses	14,6699%	14,7055%	
Rentabilidade no ano	14,6699%	14,7055%	

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução CMN nº 4.986, de 17 de fevereiro de 2022 (aplicável às empresas públicas, as aplicações financeiras da Companhia observam limites prudenciais quanto à liquidez, concentração por emissor e composição de ativos de baixo risco), o saldo total está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. (BB). Os fundos extramercado destinados às empresas Públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela CEF ou BB.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC.

O acréscimo observado entre os meses de dezembro/2024 e dezembro/2025 se deu, principalmente, pelo significativo crescimento no faturamento da empresa através da atuação em novas áreas de negócio, inclusive em mercados internacionais.

#### 4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

Para fins de melhor apresentação e comparabilidade, determinados valores foram reclassificados entre os grupos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, sem impacto na movimentação líquida de caixa do período, como créditos tributários e recebimento de clientes.

	DEZ/2025	DEZ/2024
Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	4.535.847	3.222.475
Ressarcimento de pessoal requisitado	227.323	234.621
Rendimento de aplicações financeiras	215.573	141.467
Outros recebimentos	209.548	154.154
Tributos e encargos	(180.908)	(284.073)
Pessoal e encargos	(2.723.016)	(2.465.496)
Sentenças judiciais	(95.836)	(98.996)
Pagamentos a fornecedores	(785.834)	(549.622)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>1.402.697</b>	<b>354.530</b>
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(272.524)	(141.544)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(272.524)</b>	<b>(141.544)</b>
Atividades de financiamento		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(401.194)	(263.598)
Pagamento de passivo por arrendamento	(130.058)	0
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(531.252)</b>	<b>(263.598)</b>
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa	598.921	(50.612)
<b>Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.924.576</b>	<b>1.975.185</b>
<b>Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.523.497</b>	<b>1.924.573</b>

#### 5. Clientes

Os valores relacionados aos clientes não possuem componente significativo de financiamento, Créditos a receber decorrem de contratos com clientes governamentais e privados, com prazos compatíveis com a execução orçamentária e financeira desses entes, representam o valor acordado entre as partes com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente e, nos termos do CPC 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, assim, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Créditos a receber a faturar	211.921	173.894
Créditos a receber de clientes a vencer	518.445	224.433
Vencidos até 30 dias	32.274	15.706
Vencidos de 31 a 60 dias	12.479	169.416
Vencidos de 61 a 90 dias	10.262	156.706
Vencidos de 91 a 180 dias	12.901	79.806
Vencidos de 181 a 365 dias	9.217	13.578
Vencidos mais de 365 dias	69.125	74.120
<b>Créditos a receber</b>	<b>876.624</b>	<b>907.659</b>

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Perdas Incorridas	(42.529)	(29.462)
Perdas Estimadas	(33.224)	(52.626)
Redução ao valor recuperável de clientes	(14.715)	(14.260)
<b>Total</b>	<b>786.156</b>	<b>811.311</b>

A movimentação de créditos a receber, decorrentes de vendas a clientes, apresentou a seguinte movimentação ao longo do ano de 2025:

Movimentação de Clientes	Valor
Saldo em dezembro/2024	907.659
(+) Entradas de Créditos	1.032.233
(-) Baixas de Créditos	(749.402)
(-) Ajustes de Competência	(31.709)
<b>Saldo em março/2025</b>	<b>1.158.781</b>
(+) Entradas de Créditos	1.154.467
(-) Baixas de Créditos	(893.605)
(-) Ajustes de Competência	79.767
<b>Saldo em junho/2025</b>	<b>1.499.410</b>
(+) Entradas de Créditos	1.314.307
(-) Baixas de Créditos	(1.255.166)
(-) Ajustes de Competência	32.041
<b>Saldo em setembro/2025</b>	<b>1.590.592</b>
(+) Entradas de Créditos	1.590.180
(-) Baixas de Créditos	(2.261.712)
(-) Ajustes de Competência	(42.436)
<b>Saldo em dezembro/2025</b>	<b>876.624</b>

#### 5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

O cálculo considera, quando aplicável, a natureza governamental dos clientes, o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado para análise do comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes.

Movimentação	Estimada	Incorrida
Saldo em Dez/2024	52.626	29.462
Constituição	15.648	17.383
Reversão	(35.050)	(4.316)
<b>Saldo em Dez/2025</b>	<b>33.224</b>	<b>42.529</b>

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do exercício, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço deduzidos das perdas estimadas (R\$ 33,2 milhões) e das perdas incorridas (R\$ 42,5 milhões), perfazendo um total de R\$ 75,7 milhões.

#### 5.1.1 Redução ao valor recuperável de clientes

O valor de R\$ 14,7 milhões, que deve ser somado ao apresentado no item 5.1 para encontrar o valor total do PECLD de R\$ 80,4 milhões, decorre da redução de ativo relativo a multas e juros incidentes sobre faturas em atraso, parcialmente pagas. Como em regra decorrem de valores questionados pelos clientes, sobretudo do setor público, é efetuado registro de redução, dada a baixa probabilidade de recebimento.

#### 6. Créditos diversos

O saldo de R\$ 48,2 milhões representa, na sua maior parte, créditos decorrentes da folha de pagamento. São valores a receber concernentes, principalmente, ao adiantamento de férias e demais verbas de pessoal no importe de R\$ 20,6 milhões, além do registro de outros recebíveis, como por exemplo os boletos do Plano de Saúde PAS/Serpro emitidos para empregados/ex-empregados (R\$ 15,6 milhões) e adiantamentos a prestadores de serviços (R\$ 3,3 milhões). Esses créditos são realizáveis no curto prazo, correspondendo a valores de baixa complexidade e sem risco relevante de inadimplência.

#### 7. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se a pagamentos efetuados antecipadamente cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios subsequentes. Elas são mensuradas pelo valor de custo (desembolso) e apropriadas ao resultado do exercício mensalmente, de acordo com o regime de competência, à medida que os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios são transferidos. Em 2025 o Serpro registrou R\$ 50,8 milhões cujo consumo se dará ao longo dos próximos meses, sendo o principal objeto as subscrições oriundas dos contratos de tecnologia.

#### 8. Ativo mantido para venda

Refere-se a bens não inseridos no contexto operacional da empresa e que possuem venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração (CA). Os ativos mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda líquida, ou seja, já deduzida das despesas com a venda. Os ganhos e as perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Imóvel - Andaraí RJ	21.154	(1.023)	20.131

Há decisão de alienação de imóvel localizado no estado do Rio de Janeiro, com movimento firme de venda. O imóvel encontra-se desocupado, apenas com a manutenção mínima necessária para a conservação predial. Desse modo, houve a reclassificação do referido bem para a conta de Ativo Mantido para Venda. O menor valor apurado para o imóvel em Laudo Técnico de Avaliação foi de R\$ 36,4 milhões. Destaca-se que o Serpro continua com tratativas em andamento para viabilização da venda.



MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



## 9. Imobilizado

Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

	Edifícios		Terrenos		Obras em Andam.		Instalações		Bens Móveis		Arrendamento		Total	
	Ativo	Deprec.	Ativo	Ativo	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.
<b>Saldo dez/2024</b>	<b>142.415</b>	<b>(49.036)</b>	<b>54.158</b>	<b>18.996</b>	<b>152.593</b>	<b>(140.599)</b>	<b>1.480.572</b>	<b>(841.620)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.850.550</b>	<b>(1.033.072)</b>		
Adições	3.255			1.153	828		44.284				49.520			0
Baixas				(4.157)			(12.151)	11.296			(16.725)			11.713
Transferências/Ajuste							(38.691)				(38.691)			0
Depreciação		(440)				(384)		(49.456)			0			(50.280)
<b>Saldo mar/2025</b>	<b>145.670</b>	<b>(49.476)</b>	<b>54.158</b>	<b>15.992</b>	<b>153.421</b>	<b>(140.983)</b>	<b>1.474.014</b>	<b>(879.780)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.844.654</b>	<b>(1.071.639)</b>		
Adições				1.000			49.063				50.063			0
Baixas							(4.685)	4.325			(4.685)			4.325
Transferências/Ajuste							(455)	70			(455)			70
Depreciação		(447)				(398)		(51.428)			0			(52.273)
<b>Saldo jun/2025</b>	<b>145.670</b>	<b>(49.923)</b>	<b>54.158</b>	<b>16.992</b>	<b>153.421</b>	<b>(141.381)</b>	<b>1.517.937</b>	<b>(926.813)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.889.578</b>	<b>(1.119.517)</b>		
Adições				9.118			63.603		66.294		139.015			0
Baixas				(378)			(83.149)	82.176			(83.527)			82.176
Transferências/Ajuste	2.472			(3.939)	1.468			19			0			19
Depreciação		(447)				(398)		(53.041)			0			(53.887)
<b>Saldo set/2025</b>	<b>148.142</b>	<b>(50.370)</b>	<b>54.158</b>	<b>21.793</b>	<b>154.889</b>	<b>(141.779)</b>	<b>1.498.391</b>	<b>(897.659)</b>	<b>66.294</b>	<b>0</b>	<b>1.945.066</b>	<b>(1.091.209)</b>		
Adições				16.415			127.482		1.144.879		1.288.776			0
Baixas							(5.190)	5.070			(5.190)			5.070
Transferências/Ajuste				(2.508)	2.508			(35)	(18)		(18)			(35)
Depreciação		(455)				(456)		(56.836)		(87.900)	0			(145.646)
<b>Saldo dez/2025</b>	<b>148.142</b>	<b>(50.825)</b>	<b>54.158</b>	<b>35.700</b>	<b>157.397</b>	<b>(142.235)</b>	<b>1.620.683</b>	<b>(949.460)</b>	<b>1.211.155</b>	<b>(87.900)</b>	<b>3.228.634</b>	<b>(1.231.819)</b>		

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos estão apresentadas a seguir:

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	59
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	5
Veículos	10

## 10. Intangível

Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a softwares identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso dos softwares desenvolvidos internamente, representam os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Dez/2024	Entradas/Amortização	Saídas	Dez/2025
Softwares	784.201	23.081	(14.339)	792.943
Adquiridos	755.400	11.404	(10.399)	756.405
Desenvolvidos para uso interno	24.550	0	(1.627)	22.923
Em construção	1.938	7.160	0	9.098
Estoque interno	2.313	4.517	(2.313)	4.517
(Amortização acumulada e Perdas estimadas)	(704.811)	(28.233)	9.524	(723.520)
Softwares adquiridos	(695.622)	(25.856)	8.140	(713.338)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(8.625)	(2.377)	820	(10.182)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	(564)	0	564	0
<b>Valor Líquido</b>	<b>79.390</b>	<b>(5.153)</b>	<b>(4.814)</b>	<b>69.423</b>

Descrição	Vida útil definida
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	1 a 10 anos

## 11. Consignações

Refere-se às retenções efetuadas na folha de pagamento dos empregados e aos tributos retidos de fornecedores, cujos valores serão posteriormente repassados aos respectivos entes competentes.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Previdência social	26.902	17.821
Pensão alimentícia	46	46
IRRF	54.155	48.185
Tributos federais retidos	20.123	7.082
ISS	1.589	1.114
Plano de previdência e assistência médica	7	292
Entidades representativas de classes	1.025	1.061
Empréstimos, retenções e consignatários	2.471	5.532
<b>Total</b>	<b>106.318</b>	<b>81.133</b>

## 12. Obrigações a pagar

São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados: (1) Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente; (2) É reconhecido pelo custo amortizado e não se altera a forma anterior de reconhecimento. O objetivo é financiar as atividades operacionais e, em regra, são mantidas até o vencimento.

As contas mais representativas são Fornecedores no importe de R\$ 409,6 milhões (R\$ 391,3 milhões em dez/2024), resultado das operações comerciais do Serpro e as Obrigações Trabalhistas no importe de R\$ 470,6 milhões (R\$ 430,8 milhões em dez/2024), esta última detalhada na Nota Explicativa 12.

## 13. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Férias	283.190	248.218
Licença prêmio	184.311	178.865
13º salário	-	-
Provisão Acordo Coletivo de Trabalho	-	-
Programa Demissão Voluntária - PDV	4	4
Outras obrigações com pessoal	3.089	3.665
<b>Total</b>	<b>470.594</b>	<b>430.752</b>

A variação observada entre dez/2025 e dez/2024 (R\$ 39,8 milhões no total) nas rubricas ora destacadas se refere, principalmente, à constituição das provisões de férias (R\$ 35,4 milhões) e à provisão para licença prêmio (R\$ 90,2 milhões).

## 14. Participação nos lucros ou resultados

A variação do saldo é decorrente do pagamento a empregados e administradores, em junho de 2025, de valores referentes aos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados (PLR) 2024 e de Remuneração Variável de Administradores (RVA) 2024 e anteriores, respectivamente. Em 2025 foram constituídas provisões de R\$ 46,2 milhões para o pagamento de PLR e de R\$ 969 mil para o Pagamento de RVA, ambos referentes aos programas de 2025. A participação dos administradores atende ao disposto no Decreto nº 8.945/2016.

## 15. Dividendos e Juros sobre capital próprio

O saldo de R\$ 179,6 milhões representa a constituição dos juros sobre capital próprio – JSCP imputado a dividendos no período de janeiro a dezembro de 2025.

## 16. Créditos tributários – Ativo Circulante

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos à apuração mensal dos tributos que geram antecipação de valores; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços abatidos pelos tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Tributos Federais – IRPJ e CSLL	186.784	227.226
IR e CSLL a recuperar/compensar	262.860	215.033
IRRF a compensar	40.668	30.010
IRPJ a recolher	(47.554)	-
CSLL a recolher	(69.190)	(17.817)
<b>Tributos Municipais</b>	<b>4.992</b>	<b>8.237</b>
ISS a compensar	4.981	8.226
INSS a compensar	11	11
Tributos s/ serviços no exterior	5	-
<b>Total</b>	<b>191.781</b>	<b>235.463</b>

## 17. Tributos e encargos sociais – Passivo Circulante

Trata-se de tributos e encargos sociais sobre receita, folha (FGTS) e outros.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Passivo fiscal diferido	25.282	19.369
PASEP / COFINS a recolher	43.758	48.271
CPRB a recolher	25.179	4.817
FGTS	21.875	16.677
ISS a recolher	4.173	9.287
Outros tributos	68	39
<b>Total</b>	<b>120.335</b>	<b>98.460</b>

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Já os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

## 18. Obrigações tributárias – Passivo Não Circulante

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
PASEP/COFINS a recolher	-	216
ISS renegociado	67.943	59.430
<b>Total</b>	<b>67.943</b>	<b>59.646</b>

Do saldo apresentado, destaca-se o ISS renegociado, no importe de R\$ 67,9 milhões, referente ao parcelamento do referido imposto junto aos fiscos municipais. São os parcelamentos de débitos atualizados junto à Prefeitura de São Paulo, com pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária, ajuizada em 2019.

## 19. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Provisões Judiciais	491.045	376.216
Provisões Trabalhistas	449.184	336.044
Provisões Cíveis	41.513	39.848
Provisões Fiscais	348	324
Provisões administrativas	279.422	290.681
<b>Saldo</b>	<b>770.467</b>	<b>666.897</b>

### 19.1 Provisões administrativas

Os tributos de natureza indireta incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da Administração Pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, são registrados em provisões administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes. Estão classificadas no não circulante dada a incerteza quanto ao prazo de realização. Em caso de negociação com os clientes, os valores são realizados ou transferidos para o circulante, conforme prazos acordados. São registrados os valores relativos aos maiores clientes públicos cujos contratos não tenham sido repactuados. Os demais valores de clientes são reconhecidos à medida que são cobrados.



MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Provisões ISS imunidade	136.041	136.695
Provisões COFINS imunidade	118.137	126.452
Provisões ICMS imunidade	-	54
Provisões PIS/PASEP imunidade	25.244	27.480
<b>Total</b>	<b>279.422</b>	<b>290.681</b>

A diferença entre os períodos de dez/2025 e dez/2024, R\$ 11,3 milhões, refere-se à atualização dos saldos, considerando os faturamentos ocorridos no período, bem como as devoluções a clientes. Cumpre destacar que os valores referentes ao PIS/PASEP e COFINS são apurados com base no regime cumulativo. Permanecem no passivo administrativo os valores dos contratos efetivados com os maiores clientes públicos, uma vez que a negociação para liquidação é uma iniciativa do Serpro. Os valores de menor representatividade dos contratos firmados com os demais clientes públicos, ou ainda aqueles que não possuem mais relacionamento comercial com a empresa, serão reconhecidos à medida em que esses clientes efetuem a cobrança de valores junto ao Serpro.

## 19.2 Provisões Judiciais - trabalhistas, cíveis e fiscais

Refere-se a provisões decorrente de processos judiciais quando há uma obrigação presente resultante de evento passado, cuja liquidação provavelmente exigirá a saída de recursos econômicos e cujo valor pode ser estimado com confiabilidade, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação, sendo atualizadas conforme a evolução dos processos judiciais ou encargos financeiros incorridos. As provisões podem ser revertidas caso a estimativa de perda deixe de ser considerada provável, quando ocorrer um alongamento da expectativa de desembolso ou quando a obrigação for efetivamente liquidada. A contrapartida da provisão é registrada em "Resultado com Ações Judiciais" na demonstração do resultado.

Os processos judiciais são classificados em estratégicos e não estratégicos, conforme critérios de materialidade e relevância jurídica. São considerados estratégicos os processos com risco de sucumbência superior a R\$ 1,2 milhão na data da provisão ou que, por avaliação jurídica, envolvam matérias de natureza relevante. Os demais processos, com valores de risco geralmente inferiores a esse limite, são classificados como não estratégicos.

Tanto os processos estratégicos quanto os não estratégicos podem ser avaliados com risco de perda provável ou possível:

Processos estratégicos com risco provável: são provisionados individualmente, com base em estimativas confiáveis, e que estão em fase de execução. O risco é atribuído pelo advogado responsável, o reconhecimento contábil é realizado pela área de contabilidade, e a mensuração é conduzida pelo perito assistente, considerando os cálculos homologados, os valores incontroversos ou os cálculos do SERPRO com base nos pedidos do reclamante.

Processos não estratégicos com risco provável: são provisionados de forma massificada, por meio da aplicação da metodologia do ticket médio de pagamentos por tipo de pedido principal, calculado com base nos processos arquivados nos últimos cinco anos. Esse ticket médio é multiplicado pela quantidade de processos ativos no período em análise, resultando na estimativa de provisão a ser reconhecida.

Processos com risco possível: não impactam o valor da provisão reconhecida no balanço, mas são continuamente monitorados e divulgados em Nota Explicativa, conforme exigido pelas normas contábeis.

Com o reconhecimento do direito ao regime de precatórios, o SERPRO alterou a forma de liquidação de suas sentenças judiciais transitadas em julgado. Diferente do modelo anterior de execução imediata, o pagamento agora ocorre mediante requisição judicial, o que estende o prazo médio de desembolso e confere maior previsibilidade ao fluxo de caixa.

Os efeitos dessa transição tornaram-se perceptíveis no 4º trimestre de 2025, refletindo-se na ampliação dos prazos de vencimento dos passivos judiciais e na consequente adequação das estimativas.

Para a elaboração das estimativas são consideradas todas as informações disponíveis relativas aos processos judiciais em que a empresa é parte envolvida, tendo os processos as principais temáticas:

Trabalhista – em sua maioria, são ações de envolvendo empregados próprios ativos e inativos, com diversos objetos, sendo os mais recorrentes os que envolvem gratificação de função específica, reintegração, progressão funcional, desvio de cargo, gratificação de função de confiança.

Cível - são, principalmente, ações em que se discute reintegração, obrigação de pagar decorrentes de compromissos contratuais, reparação de danos.

Tributária - a empresa é parte em processos que envolvem tributos, atualmente em sua maioria tributos municipais, principalmente, ISS.

### 19.2.1. Movimentação dos processos: Cível, Trabalhista e Fiscais

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo da provisão 31/12/2024	40.172	336.044	376.216
Processos que entraram na provisão	1.904	17.436	19.340
Processos que saíram da provisão	0	(12.699)	(12.699)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	1.131	13.113	14.244
Redução nos processos anteriormente provisionados	(2.844)	(2.427)	(5.271)
Saldo em 31/03/2025	40.363	351.467	391.830
Processos que entraram na provisão	0	9.155	9.155
Processos que saíram da provisão	(1.517)	(1.910)	(3.427)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	835	37.209	38.044
Redução nos processos anteriormente provisionados	(25.890)	(12.949)	(38.839)
Saldo em 30/06/2025	13.789	382.972	396.760
Processos que entraram na provisão	0	30.285	30.285
Processos que saíram da provisão	0	(22.737)	(22.737)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	0	60.559	60.559
Redução nos processos anteriormente provisionados	(218)	(15.817)	(16.035)

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo em 30/09/2025	13.570	435.262	448.833
Processos que entraram na provisão	0	13.190	13.190
Processos que saíram da provisão	0	(31.844)	(31.844)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	28.291	44.050	72.341
Redução nos processos anteriormente provisionados	0	(11.475)	(11.475)
Saldo em 31/12/2025	41.861	449.184	491.045

A movimentação dos processos impactou negativamente no resultado em R\$ 42,2 milhões no 4º trimestre de 2025, quando comparado ao 3º trimestre de 2025. Vale salientar que a maioria quantitativa dos processos na empresa é de natureza trabalhista e representa mais de 90% do passivo provisionado.

A administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Os valores referentes aos processos fiscais foram somados aos cíveis por serem valores imateriais.

### 19.2.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsada. Dessa forma, e seguindo o CPC 25 (item 53), foi contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados. Como o fundamento do reembolso é legal e a Administração Pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da estrita legalidade, julga-se que o reembolso é devido e praticamente certo.

Tipo de ação	Dez/2025	Dez/2024
Sem expectativa de reembolso	343.459	253.886
Com expectativa de reembolso	147.586	122.331
<b>Saldo da provisão</b>	<b>491.045</b>	<b>376.217</b>

### 19.2.3. Processos de riscos de perda possíveis e Passivo Contingente

Foram verificados como possíveis processos cíveis, trabalhistas e tributário, estratégicos e não estratégicos. O total de possíveis monta 360 processos, correspondendo a R\$ 262,3 milhões, sendo 30 processos classificados como estratégicos e 330 processos classificados como não estratégico, correspondendo a R\$ 251,5 milhões e R\$ 10,7 milhões, respectivamente.

Risco Processual Possível	Dez/2025		Dez/2024	
	Qte.	Valor	Qte.	Valor
Processos Cíveis	329	16.274	257	16.763
Processos Trabalhistas	25	220.759	9	152.330
Processos Tributários	6	25.257	1	24.499
<b>Total</b>	<b>360</b>	<b>262.290</b>	<b>267</b>	<b>193.592</b>

### 19.2.4. Precatórios

No segundo semestre de 2025, o SERPRO implementou formalmente o regime de precatórios para o cumprimento de suas obrigações judiciais, amparado por decisões unânimes do STF que reconhecem a natureza de sua atuação pública. Esta mudança visa garantir maior previsibilidade financeira e conformidade com o rito orçamentário da Fazenda Pública.

Conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal (ADPFs 275, 387, 1090), o SERPRO submeteu-se ao regime de precatórios (Art. 100 da CF), aplicável a empresas públicas prestadoras de serviços em regime de exclusividade. A operacionalização efetiva iniciou-se em 01/09/2025, com a substituição de depósitos judiciais e pagamentos imediatos pela sistemática da Fazenda Pública.

Sob este regime, condenações de até 60 salários mínimos são liquidadas via RPV em até 60 dias. Valores excedentes seguem o rito dos precatórios, com prazos de pagamento vinculados à data de expedição (EC 136/2025): títulos expedidos até 1º de fevereiro são incluídos no orçamento do exercício subsequente; após essa data, no orçamento posterior. Durante o período de espera, os valores são atualizados pelo IPCA-E.

Com o reconhecimento do direito ao regime de precatórios, o SERPRO alterou a forma de liquidação de suas sentenças judiciais transitadas em julgado. Diferente do modelo anterior de execução imediata, o pagamento agora ocorre mediante requisição judicial e inclusão no orçamento empresarial, o que estende o prazo médio de desembolso e confere maior previsibilidade ao fluxo de caixa.

Os efeitos dessa transição tornaram-se perceptíveis, refletindo-se nos passivos judiciais, no Balanço Patrimonial. A empresa mantém provisões para honrar tais compromissos conforme a ordem cronológica e os limites constitucionais, garantindo a conformidade com as decisões do Poder Judiciário.

### 19.2.5. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A Administração realiza monitoramento contínuo dos processos judiciais e administrativos, com o objetivo de assegurar que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecimento como provisão e a estimativa confiável dos valores envolvidos sejam analisadas e revisadas periodicamente.

Esses processos são, por natureza, contingentes, ou seja, sua resolução depende da ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Em geral, tais eventos não estão sob controle da Companhia, o que reforça a necessidade de julgamento criterioso por parte da Administração. O ambiente jurídico em que esses processos se desenvolvem envolve incertezas que exigem o exercício de estimativas e julgamentos significativos quanto aos potenciais desfechos e seus respectivos impactos financeiros.

### 19.3. Depósitos judiciais e recursais

Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta bancária à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Depósitos judiciais e recursais	374.619	419.436
Ações fiscais	1.543	184
<b>Total</b>	<b>376.162</b>	<b>419.620</b>

Neste grupo, estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes à garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Os valores são mantidos em contas específicas, conforme determinação judicial. No Serpro, os depósitos se concentram nas instituições estatais Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil.

Ao longo do ano o grupo de depósitos judiciais apresentou a seguinte movimentação, considerando as entradas (Depósitos) e as saídas (Levantamentos):

Movimentação	Valor
Saldo em dez/24	389.071
(+) Depósitos no Período	67.674
(+) Atualização Monetária	18.714
(-) Levantamentos	(130.228)
Retorno ao Serpro	(67.816)
Destinado a Terceiros	(62.412)
(+/-) Transferência entre contas	2.070
<b>Saldo em dez/25</b>	<b>347.301</b>

Além dos depósitos judiciais tributários, cíveis, trabalhistas a empresa contratou R\$ 4,8 milhões de seguro de garantia para a cobertura de processos judiciais como alternativa aos depósitos judiciais. O saldo pode chegar até R\$ 300,0 milhões, caso necessário.

### 20. Benefícios a empregados

#### 20.1 – Benefícios oferecidos

##### 20.1.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

O Serpro oferece como benefício pós-emprego aos empregados a possibilidade de previdência complementar, que é administrada pela entidade fechada de previdência complementar SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Os dois planos atualmente ativos são PS-I e PS-II, como apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido (BD)	Plano saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável (CV)	Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de pós-concessão

##### 20.1.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	2.200	1.856
<b>Total</b>	<b>15.544</b>	<b>15.200</b>

O valor de R\$ 13,3 milhões decorre de ação de cobrança (Processo 0012357-70.2016.401.3400). O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo tal pagamento, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária", as quais foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União à época. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.



MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



### 20.1.2 Assistência à Saúde

É oferecida pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, por meio do Plano de Assistência à Saúde PAS/SERPRO. Instituído em 1975, o PAS/Serpro é um plano de saúde exclusivo para os empregados. Tem abrangência nacional e atua na modalidade de autogestão, com atividades executadas por prestadores diretamente credenciados e por meio de convênio de reciprocidade de rede com outra operadora.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Utilização Plano de Saúde	362.884	328.739
Despesas Administrativas	41.113	44.134
<b>Total</b>	<b>403.997</b>	<b>372.873</b>

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Participação dos Empregados	244.300	222.973
Participação Empresa	159.697	149.900
<b>Total</b>	<b>403.997</b>	<b>372.873</b>

### 20.1.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características
PLUXEE	Empregados: R\$ 1.230,72 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2024/2025 Dirigentes: R\$ 997,64, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais-SEST

### 20.1.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico INPAO Dental, mediante adesão voluntária.

## 20.2 Avaliação Atuarial

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pelo CPC 33 como benefícios pós-emprego, por serem devidos ao empregado após o término da sua fase laborativa. Visto que o SERPRO adota as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aderentes ao *International Accounting Standards Board (IASB)*, ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego. Considera-se a apuração dos valores de passivo esperados para a contabilização das provisões.

O valor do passivo reflete, fundamentalmente, o cálculo da avaliação atuarial anual realizada ao fim de 2025, sobre os benefícios oferecidos aos empregados: Programas Previdenciários, Plano de Saúde PAS/Serpro e Programas de Desligamento. Os saldos apurados, no encerramento do exercício, está apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Programas Previdenciários	-	-
Plano de Assistência à Saúde	280.425	234.475
Programa de Desligamento	18.441	9.538
<b>Total</b>	<b>298.866</b>	<b>244.013</b>

### 20.2.1 Programas Previdenciários

O Serpro oferece aos seus empregados a possibilidade de adesão no plano de previdência complementar. Os planos são administrados pela EFPC Fundo Multipatrocinado SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado: <https://serpros.com.br/>.

#### 20.2.1.1 Plano PS-I Benefício Definido (BD)

O PS-I é um plano de benefícios previdenciários constituído no âmbito de entidade fechada de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 01/04/2013, sob amparo legal, esse plano foi saldado, o que manteve os benefícios já concedidos e suas reversões regulamentares nos níveis anteriormente pactuados, enquanto para os colaboradores ainda ativos passou a ser garantido o benefício proporcional até então capitalizado. Os benefícios instituídos são:

- Suplementação de Aposentadoria por Idade;
- Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementação de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Aposentadoria ao Ex-Combatente;
- Suplementação de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementação de Auxílio-Doença;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Auxílio-Reclusão.

O PS-I oferece, ainda, Pecúlio por Morte aos Beneficiários de Participantes Patrocinados, Autopatrocinados e Participantes Assistidos. As suplementações são concedidas sob forma de renda mensal, adicionada de Abono Anual.

#### 20.2.1.2 Plano PS-II Contribuição Variável (CV)

É um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, que possui características de contribuição definida na fase de acumulação e de benefício definido na fase pós concessão. Os benefícios de risco também são entendidos como definidos nos casos de morte e invalidez de ativos. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, em conjunto com a Empresa, recursos para usufruir futuramente em rendas de aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes, beneficiários e designados, os seguintes benefícios de previdência complementar:

- Aos participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual;
- Aos beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual; e
- Aos designados: pecúlio por morte.

### 20.2.2 Avaliação Atuarial dos Programas Previdenciários

#### 20.2.2.1 Hipóteses técnicas e financeiras

De acordo com a legislação aplicável à estimação de obrigações de benefícios pós-emprego, especialmente os Pronunciamentos nº 26 e 33 do CPC e as normas do IFRS – International Financial Reporting Standards, adotou-se o método da UCP – Unidade de Crédito Projetada, considerando-se como período de aquisição de direitos, aquele determinado pela diferença entre as idades de entrada e de aposentadoria na Empresa.

#### 20.2.2.2 Premissas utilizadas na avaliação atuarial

As premissas utilizadas na avaliação atuarial foram as seguintes:

a) Taxa de Juros a Longo Prazo: Para determinar a taxa de juros de longo prazo para os benefícios pós-emprego do SERPRO, adotamos as taxas de mercado fornecidas pelos títulos do governo federal nos leilões mais recentes, especificamente para um portfólio teórico de NTN-B (Notas do Tesouro Nacional - Série B com juros semestrais) identificado como IMA-B pela ANBIMA em 31 de dezembro de 2025, comparado ao fluxo de caixa das obrigações de longo prazo sob a metodologia chamada "Duração". A Duração de Macaulay é definida como o prazo médio ponderado das operações por fluxos de caixa e foi aplicada conforme a seguir:

Plano	Duration	Dez/2025
Plano PS-I	6,25 anos	7,71% a.a.
Plano PS-II	7,83 anos	7,47% a.a.
Plano PAS/SERPRO	12,03 anos	7,24% a.a.
Programa de Desligamento	2,35 anos	8,30% a.a.

b) Inflação: De acordo com o Boletim Focus de 12/12/2025, pela Mediana – Método Agregado, a expectativa de inflação para o ano de 2026 é de 4,1%.

c) Taxa Real de Evolução dos Custos Médicos:

c.1) HCCTR – *Health Care Cost Trend Rate*

A premissa HCCTR, no Brasil chamada de "inflação médica", apresentada pelo IESS – Instituto de Estudos da Saúde Suplementar. Avaliando o histórico de reajustes aplicados nos últimos 5 anos para o SERPRO, foi utilizada a taxa real de 3,00% a.a. como HCCTR.

c.2) *Aging Factor* de 3,84% a.a.

d) Taxa de rotatividade: A rotatividade foi considerada nula para o Plano PS-I e de 1%, para todas as idades até 65 anos, para o Plano PS-II.

e) Fator de capacidade para benefícios e salários: O fator de capacidade é utilizado para medir a perda real do poder de compra de salários e benefícios em função da inflação anual. Na avaliação, foi utilizado o fator de 98,55%.

### 20.2.3 Resultado da avaliação atuarial

#### 20.2.3.1 Avaliação atuarial – Plano PS-I

Descrição	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Obrigações no início do exercício	3.383.932	2.933.253	2.961.167
Custo do serviço corrente	0	0	0
Contribuições de participantes ativos	2.438	2.368	0
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	315.242	361.532	340.333
(Ganhos)/Perdas atuariais	(515.702)	(77.680)	0
(-) Benefícios pagos no ano	(252.657)	(258.305)	(316.718)
<b>Obrigações no final do exercício</b>	<b>2.933.253</b>	<b>2.961.168</b>	<b>2.984.782</b>

Descrição	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	2.865.686	2.941.864	3.016.636
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	266.524	364.583	348.921
Contribuições normais e extraordinárias patronais	26.884	28.032	29.182
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	2.438	2.368	2.466
(-) Benefícios pagos	(252.657)	(258.305)	(316.718)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	32.988	(61.906)	0
<b>Ativos financeiros no final do exercício</b>	<b>2.941.863</b>	<b>3.016.636</b>	<b>3.080.487</b>
(Déficit)/Superávit apurado	8.611	55.469	95.704
(-) <i>Asset Ceiling</i>	(8.611)	(55.469)	(95.704)
(-) Contrato de dívida já reconhecido	0	0	0
<b>(Passivo) a ser reconhecido ao final do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Pela regra do teto de ativo (*Asset Ceiling*) não é permitido o reconhecimento do *superávit* apurado no plano. Sendo assim, a tabela acima busca evidenciar a movimentação ocorrida no exercício de 2025, sem impactos contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das obrigações atuariais do plano totalizou R\$ 2,9 bilhões, enquanto o valor justo dos ativos garantidores do plano, mensurados a valor de mercado, atingiu R\$ 3,0 bilhões, resultando em superávit atuarial bruto de R\$ 55,4 milhões. Em função da aplicação do limite de reconhecimento de ativo (*asset ceiling*), conforme requerido pelo CPC 33, não foi reconhecido ativo líquido no balanço patrimonial.

#### Sensibilidade da obrigação atuarial

A taxa de juros utilizada para apurar a obrigação atuarial tem o potencial de impactar significativamente os saldos, cuja análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Descrição	Total da Obrigação	31/12/2025
Real	2.961.167	-
Aumento (1%)	2.664.755	-10%
Redução (1%)	3.293.825	11%

#### 20.2.3.2 Avaliação atuarial – Plano PS-II

Descrição	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Obrigações no início do exercício	1.716.481	1.381.206	1.479.957
Custo do serviço corrente	1.795	1.928	2.676
Contribuições de participantes ativos	3.187	1.397	1.492
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	157.528	168.792	167.635
(Ganhos)/Perdas atuariais	(353.553)	84.630	0
(-) Benefícios pagos no ano	(144.232)	(157.996)	(142.059)
<b>Obrigações no final do exercício</b>	<b>1.381.206</b>	<b>1.479.957</b>	<b>1.509.701</b>

Descrição	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	2.125.174	2.271.387	2.233.309
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	205.921	283.291	257.315
Contribuições normais e extraordinárias patronais	3.303	1.396	1.491
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	3.187	1.397	1.492
(-) Benefícios pagos	(144.232)	(157.996)	(176.768)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	78.035	(166.166)	0
<b>Ativos financeiros no final do exercício</b>	<b>2.271.388</b>	<b>2.233.309</b>	<b>2.316.839</b>
(Déficit)/Superávit apurado	890.181	753.352	807.139
(-) <i>Asset Ceiling</i>	(889.990)	(753.352)	(807.139)
(-) Contrato de dívida já reconhecido	(191)	0	0
<b>(Passivo) a ser reconhecido ao final do exercício</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Pela regra do teto de ativo (*Asset Ceiling*) não é permitido o reconhecimento do *superávit* apurado no plano. Sendo assim, a tabela acima busca evidenciar a movimentação ocorrida no exercício de 2025, sem impactos contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das obrigações atuariais do plano totalizava R\$ 1,5 bilhão, enquanto o valor justo dos ativos garantidores do plano, mensurados a valor de mercado, atingiu R\$ 2,2 bilhões, resultando em superávit atuarial bruto de R\$ 753,3 milhões. Em função da aplicação do limite de reconhecimento de ativo (*asset ceiling*), conforme requerido pelo CPC 33, não foi reconhecido ativo líquido no balanço patrimonial.

#### Sensibilidade da obrigação atuarial

A taxa de juros utilizada para apurar a obrigação atuarial tem o potencial de impactar significativamente os saldos, cuja análise de sensibilidade está apresentada a seguir:



MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Descrição	Total da Obrigação	31/12/2025
Real	1.479.957	-
Aumento (1%)	1.331.814	-10%
Redução (1%)	1.646.216	11%

#### 20.2.3.3 Programa de Assistência à Saúde – PAS / SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de Autogestão oferecido exclusivamente aos colaboradores e ex-empregados do SERPRO, além de dependentes e agregados por eles designados. Os beneficiários deste Plano são divididos em dois grupos, a saber:

Grupo I - Empregados ativos: empregados em efetivo exercício na Empresa, desde que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como seus dependentes, assegurando as limitações previstas em Regulamento. O custeio do Grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (cujas contribuições são estabelecidas de acordo com a Referência Salarial do empregado) quanto dos próprios empregados, que contribuem com um valor fixo mensal (diferenciado por faixa etária) mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

Grupo II - Empregados inativos/agregados: os empregados ativos serão transferidos do Grupo I ao Grupo II quando do desligamento sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho, em razão de licença sem remuneração. Os agregados também serão incluídos no Plano de acordo com as limitações previstas em Regulamento. Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas tão somente dos próprios beneficiários do grupo e pelo empregado responsável pelo agregado vinculado. Os valores, assim como o grupo anterior, são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

A base de dados utilizada no cálculo atuarial está posicionada em setembro de 2025 e a data-base atuarial é de 31/12/2025.

Descrição	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Obrigações no início do exercício	167.388	234.476	280.425
Custo do serviço corrente	7.389	2.369	3.910
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	15.529	28.821	31.780
(Ganhos)/Perdas atuariais	44.170	14.759	0
(-) Benefícios pagos no ano	0	0	(7.248)
Obrigações no final do exercício	234.476	280.425	308.867
Ativos financeiros no final do exercício	0	0	0
(Déficit)/Superávit apurado	(234.476)	(280.425)	(308.866)

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das obrigações atuariais totalizava R\$ 280,4 milhões. O Plano não possui Ativos.

#### Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

A taxa de juros utilizada para apurar a obrigação atuarial tem o potencial de impactar significativamente os saldos, cuja análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Descrição	Total da Obrigação	31/12/2025
Real	280.425	0%
Aumento (1%)	252.103	-10%
Redução (1%)	311.916	11%

#### Sensibilidade da taxa de inflação médica sobre as obrigações calculadas

A taxa de inflação médica também é utilizada para apurar a obrigação atuarial e tem o potencial de impactar significativamente os saldos, cuja análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Descrição	Total da Obrigação	31/12/2025
Real	280.425	0%
Aumento (1%)	314.421	12%
Redução (1%)	249.621	-11%

#### Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2025, houve aumento no Passivo Atuarial do Plano de Assistência à Saúde - PAS/ SERPRO, no montante total de R\$ 45,9 mi (de R\$234,5 milhões em 2024 para R\$ 280,4 milhões em 2025). O impacto em Outros Resultados Abrangentes foi no total de R\$ 44,2 milhões, reduzindo o Patrimônio Líquido.

#### Despesas a serem reconhecidas em 2026

Para o PAS/SERPRO, a estimativa de custo do serviço corrente, somada ao custo dos juros sobre as obrigações atuariais, totaliza R\$ 35,7 milhões ao longo do próximo exercício.

#### 20.2.3.4 Programas de Desligamento

O Plano de Demissão Voluntária (PDV), denominado Programa Novos Horizontes, configura-se como uma iniciativa destinada a ajustar o quadro de pessoal do Serpro. Este programa, fundamentado na adesão voluntária, combina incentivos financeiros e sociais para assegurar que o desligamento ocorra de forma estruturada e com suporte adequado.

Os benefícios sociais asseguram que o empregado tenha suporte durante a transição. O incentivo relacionado ao plano de saúde assegura a participação da empresa no custeio por até cinco anos ou até o empregado completar 75 anos de idade, o que ocorrer primeiro.

Após o término do custeio pela empresa, o empregado pode permanecer no plano assumindo integralmente o custo das mensalidades. Dependentes podem permanecer no plano pelo mesmo período ou até perderem a condição de dependência, conforme regulamento vigente.

O incentivo social relacionado ao tíquete alimentação prevê o pagamento de até 60 meses do valor correspondente à participação da empresa, conforme o salário do empregado.

Descrição	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Obrigações no início do exercício	0	9.538	18.441
Custo do serviço corrente	0	0	0
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	0	940	1.615
(Ganhos)/Perdas atuariais	9.538	14.027	0
(-) Benefícios pagos no ano	0	(6.064)	(5.517)
Obrigações no final do exercício	9.538	18.441	14.539
Ativos financeiros no final do exercício	0	0	0
(Déficit)/Superávit apurado	(9.538)	(18.441)	(14.540)

A Companhia mantém provisão atuarial para cobertura de compromissos decorrentes de programas de desligamento voluntário.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente das obrigações associadas ao PDV totalizava R\$ 18,4 milhões. Durante o exercício, a movimentação da obrigação refletiu:

- perdas atuariais reconhecidas em ORA de R\$ 14,0 milhões;
- juros atuariais líquidos de R\$ 939 mil.

#### Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

A taxa de desconto é utilizada para apurar a obrigação atuarial e tem o potencial de impactar significativamente os saldos, cuja análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Descrição	Total da Obrigação	31/12/2025
Real	18.441	0
Aumento (1%)	18.221	-1,19%
Redução (1%)	18.667	1,23%

#### Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2025, houve aumento no Passivo Atuarial dos Programas de Desligamento, no montante total de R\$ 8,9 mi (de R\$9,5 milhões em 2024 para R\$ 18,4 milhões em 2025). O impacto em Outros Resultados Abrangentes foi no total de R\$ 8,9 milhões, reduzindo o Patrimônio Líquido.

#### Despesas a serem reconhecidas em 2026

Para 2026, estima-se custo líquido de juros sobre a obrigação no montante de R\$ 1,6 milhão, valor que corresponde também à despesa projetada a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente.

#### 21. Arrendamento

##### 21.1 Natureza dos Contratos de Arrendamento

O Serpro possui contratos de arrendamento relacionados à sua infraestrutura de tecnologia, que incluem o direito de uso de servidores, unidades de processamento e serviços em regime *on-premise*. Estes contratos, firmados em moeda estrangeira (dólar norte-americano), possuem prazos que variam de 5 a 7 anos e foram celebrados em diferentes períodos ao longo de 2025.

A classificação destes instrumentos como arrendamentos foi resultado de uma análise técnica detalhada, que concluiu que os contratos transferem ao Serpro o direito de controlar o uso de ativos identificados por um período determinado, em troca de contraprestação. O Serpro possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso dos ativos e de direcionar sua utilização ao longo do prazo contratual.

##### 21.2 Prática Contábil

O Serpro adotou o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos e IFRS 16, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor do passivo de arrendamento reconhecido. Subsequentemente, é depreciado linearmente ao longo do prazo do arrendamento. Por ser um item não monetário, o ativo de direito de uso não é remensurado pela variação cambial.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados pela taxa incremental (IBR), uma vez que a taxa implícita nos contratos não é prontamente determinável. A IBR é apurada com base em dados observáveis de mercado para operações de prazo e moeda similares.

O passivo de arrendamento é subsequentemente acrescido dos juros e deduzido dos pagamentos efetuados. Por ser um passivo monetário em moeda estrangeira, seu saldo é remensurado anualmente pela taxa de câmbio de fechamento, com os efeitos da variação cambial reconhecidos no resultado financeiro.

A Entidade não possui contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses ou de ativos de baixo valor, não aplicando, portanto, as exceções de reconhecimento previstas no CPC 06 (R2).

Os pagamentos de arrendamento incluem apenas as contraprestações pelo direito de uso do ativo. Pagamentos por serviços, manutenção e outras contraprestações variáveis não são incluídos no passivo de arrendamento e são reconhecidos como despesa no resultado quando incorridos.

##### 21.2 Composição e Movimentação dos Saldos

Durante o exercício de 2025, o Serpro celebrou três contratos de arrendamento em início em janeiro, fevereiro e agosto. As tabelas a seguir demonstram a movimentação consolidada e a composição dos saldos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025:

Ativo de Direito de Uso		2025
Descrição		
Saldo em 31/12/2024		0
Adições		1.211.155
(-)Depreciação		-87.900
Saldo em 31/12/2025		1.123.255

Passivo de Arrendamento		2025
Descrição		
Saldo em 31/12/2024		-
Adições iniciais		1.446.510
Encargos a apropriar – iniciais		(235.355)
Valor Inicial Reconhecido		1.211.155
Pagamentos		(131.763)
Encargos Incorridos		2.430
Variações cambiais*		853
Saldo Antes da Remensuração		1.082.675
Remensuração		6.475
Saldo em 31/12/2025		1.089.150
Curto prazo		315.958
Longo prazo		773.192

\*Variações cambiais são registradas quando do pagamento no resultado e não afetam o saldo do passivo.

Em 31 de dezembro de 2025 o valor presente do saldo de arrendamento do Serpro corresponde a R\$1,089 bilhões a valor presente. O saldo por tipo de contrato está evidenciado no quadro abaixo:

#### Passivo de Arrendamento - Equipamentos de TI

Início	Prazo Remanescente (Meses)	Taxa de Desconto (% a.a.)	Principal Valor Presente	Encargos a Apropriar	Valor Presente Líquido
Janeiro/2025	49	6,62%	20.469	(3.577)	16.892
Fevereiro/2025	74	6,77%	136.590	(27.127)	109.463
Agosto/2025	80	5,95%	1.166.178	(203.383)	962.795
			1.323.237	(234.087)	1.089.150

A tabela a seguir apresenta a análise de maturidade dos passivos de arrendamento, com base nos pagamentos contratuais nominais (não descontados) em 31 de dezembro de 2025:

Vencimento	Fluxo Nominal (R\$)
2026	185.363
2027	190.927
2028	193.836
2029	198.153
2030 em diante	554.958
Total	1.323.237

#### 21.3 Risco Cambial

O passivo de arrendamento está denominado em dólar norte-americano, expondo o Serpro ao risco de variação cambial. A empresa mantém contratos e saldos em contas em moeda estrangeira, o que fornece um hedge natural, além disso monitora continuamente sua exposição cambial líquida e, em 31 de dezembro de 2025, com os dados existentes (relatório Focus apontava estabilidade para a cotação de R\$ 5,50 para o dólar).

Durante o exercício de 2025, o Serpro registrou variação cambial negativa no passivo de arrendamento de R\$ 6,4 milhões por motivo de remensuração no final do exercício, e quando dos pagamentos, na quantia realizada, o valor de R\$ 850 mil (aumento), refletindo as flutuações da taxa de câmbio durante o período. Conforme CPC 06 (R2), o ativo de direito de uso, por ser um item não monetário, não é remensurado pela variação cambial.



MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



### 21.3.1 Análise de Sensibilidade Cambial

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade do passivo de arrendamento a variações na taxa de câmbio do dólar norte-americano. A análise considera uma taxa de câmbio média de R\$ 5,5024/USD em 31 de dezembro de 2025:

Variação Cambial	Taxa de Câmbio (R\$/USD)	Impacto no Passivo (R\$)	Variação (%)
+1,0% (Desvalorização do Real)	5,5574	1.108.860	+1,81%
+0,5% (Desvalorização do Real)	5,5299	1.099.062	+0,91%
Cenário Base	5,5024	1.089.150	-
-0,5% (Valorização do Real)	5,4749	1.077.485	-1,07%
-1,0% (Valorização do Real)	5,4474	1.065.951	-2,13%

Com base nas simulações realizadas, estima-se que uma variação de 1% na taxa de câmbio resulte em uma variação média entre +1,8% e -2,1% no saldo do passivo de arrendamento. As variações cambiais não realizadas são reconhecidas no resultado do período, sem efeito imediato sobre o caixa.

### 22. Patrimônio líquido

A variação positiva de R\$ 335,1 milhões do Patrimônio Líquido ocorreu pelos seguintes fatos: a transferência da Reserva de Dividendos Adicionais para o Passivo ainda no mês de março (referente ao exercício de 2024), totalizando R\$ 228,5 milhões a menor no Patrimônio Líquido; o resultado do período de 2025 totalizando R\$ 755,1 milhões, com impacto positivo no Patrimônio Líquido; e a transferência de R\$ 179,6 milhões para o passivo referente a Dividendos do exercício de 2025, com impacto negativo no Patrimônio Líquido.

#### 22.1 Capital social

O capital social do SERPRO manteve-se em R\$ 1.786,2 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões).

#### 22.2 Reservas

##### 22.2.1 Reservas de Reavaliação

	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.165	43.035	(15.323)	90.877
Reversão de alienação	-	-	-	-
Realização de reserva por depreciação	(1.304)	-	-	(1.304)
Atualização Imposto de Diferido	-	-	144	144
Saldo em 31 de dezembro de 2025	61.861	43.035	(15.179)	89.717

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 89,7 milhões, líquidas dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização.

##### 22.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros para expansão, conforme tópicos a seguir.

###### 22.2.2.1 Reserva Legal

O valor destinado para reserva legal no encerramento do exercício de 2025 foi de R\$ 37,7 milhões, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, compondo um saldo final de R\$ 200,5 milhões.

###### 22.2.2.2 Reserva Retenção de Lucros

O saldo constituído no encerramento de 2025 dessa reserva montou o valor de R\$ 971,8 milhões, considerando a retenção no ano de R\$538,8 milhões. Os valores serão destinados ao reforço tecnológico das operações.

###### 22.2.3 Dividendos e Destinação

Os dividendos mínimos para 2025 totalizaram R\$ 179,6 milhões, cuja memória e demais informações da Destinação do resultado constam no quadro a seguir.

Descrição	2025	2024
(a) Lucro Líquido do Exercício (LLE)	755.068	685.156
(b) Absorção dos prejuízos [art189]	0	0
(c) Participação estatutária [art190]	0	0
(d) LLE após Participações Estatutárias = (a)-(b)-(c)	755.068	685.156
(e) Reserva Legal = (d) x 5% [art193]	37.753	34.258
(f) Realização da Reserva de Reavaliação (Política de Dividendos)	1.160	2.049
(g) Ajustes de Exercícios Anteriores (AEA)	0	0
(h) LLE após Reserva Legal e AEA = (d) - (e) + (f) +/- (g)	718.475	652.947
(i) JCP/ Dividendos Mínimos obrigatórios (h) x 25%	179.619	163.237
(j) Saldo Remanescente a distribuir = (h) - (i)	538.856	489.710
(k) Reserva de Dividendos Adicionais Proposto/Requerido [art202]	0	228.532
(l) Reserva de Retenção de Lucros (j - k) [art196]	538.856	261.178

A destinação do resultado está em consonância com o Estatuto Social e com a Política de Dividendos.

##### 22.2.4 Outros resultados abrangentes

Em Outros Resultados Abrangentes estão registrados ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, e, principalmente, da remensuração do passivo atuarial com o Plano PS-I, com o Plano de Saúde - PAS/SERPRO e mais recentemente com o Programa de Desligamento (PDV), líquidos dos tributos diferidos. A variação (de R\$ 26,6 em dez/24 para R\$ 14,8 em dez/25) reflete o aumento do saldo do Passivo do Programa de Desligamento e do Plano PAS Serpro, de modo a melhor representar a avaliação.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Programas Previdenciários	206.504	206.504
Tributos Diferidos sobre Programas Previdenciários	(29.882)	(29.795)
Plano de Assistência à Saúde	(179.570)	(164.811)
Tributos Diferidos sobre Assist. à Saúde	25.984	23.780
Programa de Desligamento	(7.964)	(9.538)
Tributos Diferidos sobre Programa de Desligamento	1.152	1.376
Outros	(1.405)	(885)
Total	14.819	26.631

### 23. Resultado do exercício

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Receita Bruta	5.391.012	4.458.139
(-) Deduções	(651.932)	(532.428)
Receita operacional líquida	4.739.080	3.925.710
Custo dos serviços prestados	(2.424.083)	(2.033.467)
Lucro bruto	2.314.997	1.892.243
Despesas operacionais	(1.700.064)	(1.281.079)
Resultado financeiro	242.893	183.994
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	857.826	795.158
Tributos sobre o lucro	(102.758)	(110.002)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	755.068	685.156

#### 23.1 Receita bruta

Nos termos do CPC 47, o SERPRO adota o critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço é prestado. Dessa forma, são contabilizadas, além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se mensalmente a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

#### 23.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Descrição (obrigação de desempenho)	Dez/2025	Dez/2024
Hospedagem de Aplicações	2.959.785	2.776.920
Desenvolvimento e Manutenção de Software	367.526	265.816
Atendimento a Ambientes de Rede Local	146.027	134.940
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	116.156	113.243
Gestão de Margem Consignável	119.814	109.685
Serpro MultiCloud	370.446	102.150
Datavalid	104.856	88.536

Descrição (obrigação de desempenho)	Dez/2025	Dez/2024
Consulta Online Senatran	90.431	86.666
Consulta CPF	90.905	82.177
Radar - Sistema de Gestão de Infrações de Trânsito	85.337	78.258
Demais Obrigações de Desempenho	939.727	619.748
Total	5.391.010	4.458.139

#### 23.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

O Serpro atende clientes públicos, tanto os que participam do Orçamento Geral da União (OGU) quanto as entidades desvinculadas do OGU, além de entidades do setor privado e pessoas físicas. Embora a carteira de clientes públicos seja predominante, em razão das características institucionais definidas na Lei de Criação, ao longo dos últimos anos o Serpro tem ampliado a carteira de clientes privados.

Até dezembro de 2025, a receita bruta com os 05 maiores clientes públicos (OGU e Não OGU) alcançou R\$ 3.640,8 milhões, ante os R\$ 2.890,6 milhões no mesmo período do ano de 2024, com destaque para a Receita Federal e o Ministério da Gestão e da Inovação, conforme destacado a seguir:

Cliente Público	Dez/2025	Dez/2024
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.985.324	1.683.526
MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	996.862	697.077
Caixa Econômica Federal	284.345	149.592
Secretaria do Tesouro Nacional	180.530	174.948
Ministério dos Transportes	193.746	185.495
Total 5 maiores clientes Públicos	3.640.807	2.890.638

Até o mês de dezembro de 2025, a receita bruta com os 05 maiores clientes privados alcançou R\$ 133,8 milhões, ante os R\$ 96,9 milhões no mesmo período do ano de 2024, com destaque para a Valid Soluções SA e a Brasil Bolsa Balcão B3, conforme destacado a seguir:

Cliente Privado	Dez/2025	Dez/2024
Valid Soluções SA	41.370	36.870
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	36.114	34.384
Conselho Curador Honorários Advocáticos	22.444	10.227
Serasa SA	17.998	2.980
Acesso Digital Tecnologia	15.912	12.476
Total 5 maiores clientes Privados	133.838	96.937

Cumprir destacar que o Serpro presta serviços também para o mercado internacional, atualmente com consultorias e processamento de dados. A receita bruta com os 05 maiores clientes somou R\$ 24,8 milhões, frente aos R\$ 3,2 milhões em 2024, com destaque para o Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação das Finanças Públicas de Angola e a Incode Technologies dos Estados Unidos da América, conforme destacado a seguir:

Cliente Internacional	Dez/25	Dez/24
Serviço de Tec da Informação FP - Angola	12.698	0
Incode Technologies Inc.	7.240	116
Radiance Sea Hong Kong Limited	2.188	992
Sum and Substance Ltd	1.566	1.871
Jumio Corporation	1.116	237
Total 5 maiores clientes Internacionais	24.808	3.216

#### 23.2 Receita líquida

A receita líquida apresentou um acréscimo de R\$813,4 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, acompanhando a variação da Receita Bruta.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Receita bruta	5.391.012	4.458.139
Deduções da Receita	(651.932)	(532.428)
(-) ISS	(56.236)	(59.498)
(-) PIS / PASEP	(41.724)	(39.513)
(-) COFINS	(192.390)	(182.038)
(-) ICMS	(29)	(14)
(-) CPRB	(174.754)	(166.762)
(-) Descontos concedidos	(1.861)	(3.003)
(-) Vendas canceladas	(184.938)	(81.600)
Receita operacional líquida	4.739.080	3.925.710

Quanto aos elementos que formaram a Receita Líquida, destacam-se: a redução da CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, em função da reoneração gradual da folha de pagamento; o aumento das Vendas Canceladas, motivado por correção de procedimentos internos na ferramenta de ERP que processa o faturamento.

#### 23.3 Custos e despesas totais

No exercício de 2025, foi realizada uma atualização no critério de direcionamento dos gastos por função, com reflexo na classificação contábil entre custos e despesas. Tal atualização decorre de uma mudança de estimativa contábil, resultante de uma compreensão mais precisa da natureza e finalidade dos subprocessos envolvidos na execução das atividades da entidade.

A evolução no modelo adotado permitiu aprimorar a alocação dos gastos às respectivas funções, considerando sua vinculação direta às entregas realizadas. Com isso: (i) A classificação como Custo dos Serviços Prestados (CSP) passou a considerar de forma simultânea a natureza externa do serviço e a classificação funcional do subprocesso; (ii) Foi promovida uma reavaliação da natureza funcional de alguns subprocessos, com base em critérios técnicos atualizados. Como resultado, 22 subprocessos foram reclassificados de custo para despesa, e 2 de despesa para custo, refletindo melhor a essência econômica das transações.

Essa alteração não representa mudança de política contábil nem correção de erro, mas de um aprimoramento na aplicação dos critérios técnicos de alocação funcional, decorrente da evolução natural dos critérios de estimativa utilizados na classificação funcional dos gastos, conforme permitido pelas normas contábeis aplicáveis.

A fim de tornar transparente o efeito das referidas melhorias, apresenta-se nos quadros comparativos tanto o modelo atualizado quanto o custo publicado anteriormente.



MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

### 23.3.1 Composição dos custos dos serviços prestados

Descrição	Dez/2025	Dez/2024 Reclassificado	Dez/2024 Publicado	Reclassificações
Despesas de Pessoal	(1.479.513)	(1.302.559)	(1.415.803)	113.244
Depreciação/Amortização	(156.700)	(142.038)	(188.173)	46.135
Locação	(169.751)	(163.218)	(197.261)	34.043
Manutenção	(129.042)	(130.831)	(153.077)	22.246
Comunicação	(14.740)	(16.399)	(16.747)	348
Serviços Profissionais	(208.608)	(61.534)	(57.676)	(3.858)
Serviços Públicos	(14.164)	(17.946)	(21.666)	3.720
Créditos a Receber	-	0	-	0
Operações Tributárias	(15.433)	6.137	6.210	(73)
Créditos Tributários	105.563	541.025	541.025	0
Despesas Tributárias	(120.996)	(534.888)	(534.815)	(73)
Materiais	(1.563)	(1.488)	(2.034)	546
Gastos com Viagens	(5.544)	(5.075)	(15.971)	10.896
Ação Educacional	(1.193)	(1.282)	0	(1.282)
Publicidade	(7)	(13)	0	(13)
Resultado com ações Judiciais	0	0	0	0
Exploração de Serviços	(232.045)	(198.936)	(199.307)	371
Outros custos	4.220	1.715	(2)	1.717
<b>Totais</b>	<b>(2.424.083)</b>	<b>(2.033.467)</b>	<b>(2.261.507)</b>	<b>228.040</b>

### 23.3.2. Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas por natureza

#### 23.3.2.1 Despesas com vendas

Descrição	Dez/2025	Dez/2024 Reclassificado	Dez/2024 Publicado	Reclassificações
Despesas de Pessoal	(94.995)	(71.046)	(241.711)	170.665
Depreciação/Amortização	(435)	(388)	(1.504)	1.116
Locação	(220)	(310)	(706)	396
Manutenção	(2.097)	(1.875)	(6.975)	5.100
Comunicação	(78)	(66)	(156)	90
Serviços Profissionais	(1.201)	(1.115)	(9.810)	8.695
Serviços Públicos	(380)	(730)	(3.397)	2.667
Créditos a Receber	-	0	0	0
Operações Tributárias	(1)	(19)	(116)	97
Créditos Tributários	0	0	0	0
Despesas Tributárias	(1)	(19)	(116)	97
Materiais	(154)	(38)	(108)	70
Gastos com Viagens	(2.006)	(2.020)	0	(2.020)
Ação Educacional	(109)	(98)	0	(98)
Publicidade	(8.451)	(6.276)	0	(6.276)
Resultado com ações Judiciais	0	0	0	0
Exploração de Serviços	0	0	0	0
Outras despesas	(2.110)	(1.629)	(21.051)	19.422
<b>Totais</b>	<b>(112.237)</b>	<b>(85.610)</b>	<b>(285.534)</b>	<b>199.924</b>

#### 23.3.2.2 Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	Dez/2025	Set/2024 Reclassificado	Dez/2024 Publicado	Reclassificações
Despesas de Pessoal	(1.014.449)	(884.336)	(600.426)	(283.910)
Depreciação/Amortização	(173.056)	(84.811)	(37.559)	(47.252)
Locação	(33.599)	(40.076)	(5.636)	(34.440)
Manutenção	(46.257)	(40.500)	(13.153)	(27.347)
Comunicação	(1.485)	(1.658)	(1.221)	(437)
Serviços Profissionais	(85.815)	(69.994)	(47.808)	(22.186)
Serviços Públicos	(13.454)	(9.857)	(3.471)	(6.386)
Créditos a Receber	-	0	0	0
Operações Tributárias	(16.500)	(5.839)	(5.814)	(25)
Créditos Tributários	0	0	0	0
Despesas Tributárias	(16.500)	(5.839)	(5.814)	(25)
Materiais	(983)	(887)	(271)	(616)
Gastos com Viagens	(9.156)	(13.702)	0	(13.702)
Ação Educacional	(6.504)	(7.677)	0	(7.677)
Publicidade	(3.141)	(1.697)	0	(1.697)
Resultado com ações Judiciais	(186.696)	(58.557)	(58.557)	0
Exploração de Serviços	(1.043)	(371)	0	(371)
Outras despesas	5.326	6.018	(12.065)	18.083
<b>Totais</b>	<b>(1.586.812)</b>	<b>(1.213.944)</b>	<b>(785.981)</b>	<b>(427.963)</b>

#### 23.3.2.3 Ganhos/Perdas Líquidas e Outras despesas e receitas operacionais

Descrição	Perdas Líquidas		Outras despesas e receitas operacionais	
	Dez/2025	Dez/2024	Dez/2025	Dez/2024
Despesas de Pessoal	0	0	0	0
Depreciação/Amortização	0	0	0	0
Locação	0	0	0	0
Manutenção	0	0	0	0
Comunicação	0	0	0	0
Serviços Profissionais	0	0	0	0
Serviços Públicos	0	0	0	0
Créditos a Receber	3.911	40.340	0	0
Operações Tributárias	0	0	0	0
Créditos Tributários	0	0	0	0
Despesas Tributárias	0	0	0	0
Materiais	0	0	0	0
Gastos com Viagens	0	0	0	0
Ação Educacional	0	0	0	0
Publicidade	0	0	0	0
Resultado com ações Judiciais	0	0	0	0
Exploração de Serviços	0	0	0	0
Outras despesas	0	0	(4.926)	(21.864)
<b>Totais</b>	<b>3.911</b>	<b>40.340</b>	<b>(4.926)</b>	<b>(21.864)</b>

### 23.3.3 Gasto total

O quadro abaixo apresenta os custos dos serviços prestados somados às despesas operacionais, apresentado de forma comparativa.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024 Reclassificado	Set/2024 Publicado	Reclassificações
Despesas de Pessoal	(2.588.957)	(2.257.940)	(2.257.940)	0
Depreciação/Amortização	(330.191)	(227.236)	(227.236)	0
Locação	(203.570)	(203.603)	(203.603)	0
Manutenção	(177.396)	(173.205)	(173.205)	0
Comunicação	(16.303)	(18.124)	(18.124)	0
Serviços Profissionais	(295.624)	(132.643)	(115.294)	(17.349)
Serviços Públicos	(27.998)	(28.534)	(28.534)	0
Créditos a Receber	3.911	40.340	40.340	0
Operações Tributárias	(31.934)	280	280	0
Créditos Tributários	105.563	541.025	541.025	0
Despesas Tributárias	(137.497)	(540.745)	(540.745)	0
Materiais	(2.700)	(2.413)	(2.413)	0
Gastos com Viagens	(16.706)	(20.797)	(15.971)	(4.826)
Ação Educacional	(7.806)	(9.057)	0	(9.057)
Publicidade	(11.599)	(7.986)	0	(7.986)
Resultado com ações Judiciais	(186.696)	(58.557)	(58.557)	0
Exploração de Serviços	(233.088)	(199.307)	(199.307)	0
Outros	2.510	(15.763)	(54.982)	39.219
<b>Totais</b>	<b>(4.124.147)</b>	<b>(3.314.545)</b>	<b>(3.314.546)</b>	<b>0</b>

A estrutura de gastos do SERPRO de R\$ 4.124,1 milhões foi composta de 58,8% (R\$ 2.424,1 milhões) de custos e 41,2% (R\$ 1.700,0 milhões) de despesas. Houve ampliação de R\$ 809,6 milhões do gasto total (24,4%), na base comparativa, frente ao mesmo período do ano anterior.

Das despesas apresentadas, destacam-se:

Despesas com pessoal, aumento de R\$ 331,0 milhões (14,7%): Os gastos com pessoal e benefícios totalizaram R\$ 2.589,0 milhões até dezembro de 2025. A variação reflete tanto fatores estruturais da folha quanto efeitos conjunturais. O CSP respondeu por R\$ 1.479,5 milhões, com alta de 13,6% (+R\$ 176,9 milhões), enquanto as despesas de pessoal não diretamente relacionadas à prestação de serviços somaram R\$ 1.109,4 milhões, crescendo 16,1% (+R\$ 154,0 milhões). Entre os principais vetores de elevação destacam-se os novos empregados (+R\$ 56,5 milhões), e o crescimento vegetativo da folha (+R\$ 112,2 milhões, resultante de anuênios, promoções e reajustes anteriores). Também houve impacto da incorporação de gratificações (+R\$ 25,6 milhões) e dos incentivos ao PDV (+R\$ 18,3 milhões). Nos encargos sociais, observou-se um avanço de 53,2% (+R\$ 117,1 milhões), impulsionado principalmente pela contribuição ao INSS (+122,2%, ou +R\$ 103,4 milhões), refletindo a reoneração e o aumento do contingente de empregados.

Serviços Profissionais, aumento de R\$ 163,0 milhões (122,9%): O crescimento foi impulsionado pelos gastos de Nuvem e Tecnologias (+R\$149,9 milhões), com destaque para os contratos voltados à modernização tecnológica e suporte operacional visando o atendimento de negócios, com destaque para a Nuvem Soberana. Os cinco principais serviços que compõem o grupo "Serviços Profissionais" estão apresentados a seguir.

Descrição	Dez/25	Dez/24
Nuvem e Tecnologias (Parcerias)	(180.347)	(30.465)
Despesas Operacionais Cassi	(24.877)	(25.184)
Consultoria de TI	(21.760)	(17.247)
Serv. Vigilância e Segurança	(19.484)	(18.682)
Serv. de Limpeza	(11.172)	(10.063)
Demais Serviços Contratados	(37.983)	(31.002)
<b>Total</b>	<b>(295.623)</b>	<b>(132.643)</b>

Depreciação e Amortização, aumento de R\$ 102,9 milhões (45,3%): A depreciação dos equipamentos de TI arrendados contribuiu para o aumento dos saldos em R\$ 87,9 milhões em 2025 (o saldo em 2024 era zero), enquanto os R\$ 15,0 milhões restantes de variação referem-se ao crescimento da depreciação decorrente da atualização do parque tecnológico.

Ações Judiciais, aumento de R\$ 128,1 milhões frente aos do exercício anterior: O aumento observado decorre da conjuntura jurídica que, no ano anterior, foi favorável ao Serpro com a reversão de provisões judiciais. Em 2024 houve uma reversão de R\$ 86,2 milhões, decorrente da mudança no critério de aplicação de juros sobre o valor de processos trabalhistas em decisões favoráveis ao Serpro.

Por fim, observa-se assimetria no crescimento das estruturas de gasto, com os Custos dos Serviços Prestados avançando 19,2%, enquanto as Despesas cresceram em ritmo superior (32,7%), puxadas principalmente pelas Despesas Administrativas (+30,7%) e pelas Despesas com Vendas (+31,1%). No campo administrativo, destacam-se os efeitos do reconhecimento das medidas compensatórias (+181,1%) e de despesas associadas a programas internos, fatores que contribuíram para a elevação das rubricas de pessoal e custeio. Já nas despesas com vendas, o movimento reflete maior direcionamento de recursos para suporte comercial e operacional, além da ampliação de atividades relacionadas à expansão dos serviços.

#### 23.4 Resultado Financeiro

	Dez/2025	Dez/2024
<b>Receitas Financeiras</b>		
Juros sobre aplicações financeiras	215.573	141.467
Atualização sobre créditos tributários	24.320	11.004
Multas e juros de clientes	33.268	29.594
Atualização de depósitos judiciais (alvarás)	18.714	12.619
Atualização de créditos junto à EFPC	7.587	8.120
Variações cambiais de arrendamentos	14.548	-
Outras receitas financeiras	12.117	9.098
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<b>326.127</b>	<b>211.902</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Atualização de dividendos	9.425	6.657
Juros e atualizações monetárias (PAT-SP)	9.451	10.104
Variações cambiais	8.125	1.162
Descontos concedidos a clientes	32.575	8.276
Juros e variações cambiais de arrendamentos	22.601	-
Outras despesas financeiras	1.057	1.709
<b>Total das Despesas Financeiras</b>	<b>83.234</b>	<b>27.908</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>242.893</b>	<b>183.994</b>

A variação da receita financeira decorreu, principalmente, do aumento dos juros sobre as aplicações financeiras, pela manutenção de recursos em contas de rendimento para cobrir as necessidades de caixa futuras. Quanto à variação da despesa financeira, destaca-se a atualização dos dividendos (obrigatório e adicional) até a data do efetivo pagamento, bem como o aumento das variações cambiais ocorridas no período.

#### 23.5 Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.

No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.



MINISTÉRIO DA FAZENDA



23.5.1 Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
IRPJ e CSLL correntes	(116.745)	(17.817)
IRPJ e CSLL diferidas	13.987	(92.185)
<b>Total</b>	<b>(102.758)</b>	<b>(110.002)</b>

23.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	857.826	795.158
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(291.661)	(270.354)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	174.916	252.537
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	121.090	129.144
Juros sobre capital próprio	(32.518)	174.146
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	61.070	52.350
Outras adições e exclusões	21.342	(79.414)
Incentivos Fiscais – Inovação Tecnológica	(2.085)	(28.345)
Incentivos Fiscais – PAT e Licença Maternidade	3.798	4.656
2.219	-	-
<b>(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)</b>	<b>(116.745)</b>	<b>(17.817)</b>
Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal	-	-
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	13.987	(92.185)
<b>(d) Total dos Tributos Diferidos</b>	<b>13.987</b>	<b>(92.185)</b>
<b>(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)</b>	<b>(102.758)</b>	<b>(110.002)</b>
<b>Alíquota efetiva (Total / Lucro)</b>	<b>-11,98%</b>	<b>-13,83%</b>

A alteração da alíquota efetiva de 2024 para 2025 decorre, principalmente, dos reflexos nas diferenças temporárias ajustadas, detalhadas no quadro a seguir:

Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	Dez/2025	Dez/2024
Provisão Ativa Receita a Faturar	(32.114)	(7.738)
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	89.573	(19.025)
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	(11.354)	(107.226)
Passivo atuarial	41.668	44.405
Provisões sobre imunidade tributárias	(2.745)	(414.386)
Provisões sobre Medidas Compensatórias	17.174	(41.071)
Demais provisões passivas	(6.561)	32.847
<b>Total</b>	<b>95.641</b>	<b>(512.194)</b>
<b>IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões temporárias</b>	<b>(32.518)</b>	<b>174.146</b>

23.5.3 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Dez/2025	%	Dez/2024	%
Receita Operacional Líquida	4.739.080		3.925.710	
(+/-) Receita operacional líquida a faturar	(32.114)		(7.738)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	4.706.966		3.917.972	
Receita líquida atribuída ao setor público	3.677.037	78,1190	3.067.248	78,2866
Receita líquida atribuída ao setor privado	1.029.929	21,8810	850.724	21,7134
Descrição	Dez/2025	Dez/2024		
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	857.826	795.158		
Adições/Exclusões	(237.799)	(135.304)		
Tributos com exigibilidade suspensa	8.513	33.802		
Realização de Reserva de Reavaliação	1.304	1.344		
Ajuste art 58 da Lei nº 12973/14	133	169		
Outras Despesas e Receita art 187 Lei nº 6404/76	4.892	21.812		
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(252.641)	(192.431)		
<b>Lucro Líquido ajustado a atribuir</b>	<b>620.027</b>	<b>% 659.854</b>	<b>%</b>	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	484.359	78,1190	516.577	78,2866
Lucro atribuído ao Setor Privado	135.668	21,8810	143.277	21,7134
<b>IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público</b>	<b>121.090</b>		<b>129.144</b>	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 328,9 milhões), que corresponde à exclusão de R\$ 121,1 milhões do IRPJ corrente.

23.5.4 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2024	DRE	PL	Dez/2025
(a) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	163.155	23.410	2.133	188.698
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	54.282	16.773		71.055
Passivo atuarial	5.412	6.059	1.894	13.365
Provisões sobre imunidade tributárias	44.923	(267)		44.656
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	14.691	(1.600)		13.091
Provisões trabalhistas	25.807	863		26.670
Medidas compensatórias	12.196	2.520		14.716
Outras provisões	5.844	(938)	239	5.145
<b>(b) Passivo fiscal diferido – Não Circulante</b>	<b>(72.896)</b>	<b>(9.423)</b>	<b>0</b>	<b>(82.319)</b>
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(22.295)	(4.712)		(27.007)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(17.650)	(3.706)		(21.356)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(15.323)	144		(15.179)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(17.628)	(1.149)		(18.777)
<b>(c) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)</b>	<b>90.259</b>	<b>13.987</b>	<b>2.133</b>	<b>106.379</b>

Os tributos diferidos foram reconhecidos com a aplicação das alíquotas nominais da contribuição social (9%) e do imposto de renda (25%) sobre as diferenças tributárias temporárias dedutíveis e tributáveis, conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. O saldo líquido de R\$ 106,4 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 188,7 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 82,3 milhões). O crédito relativo às provisões sobre imunidade tributárias foi constituído sobre o ISS, PASEP/COFINS a devolver aos clientes e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões.

O IRPJ diferido passou, a partir de dezembro de 2021, a ser constituído sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo equivalência com o tributo corrente provisionado.

23.5.5 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	857.826	857.826	0
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(291.661)	(291.661)	-
<b>(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>	<b>174.916</b>	<b>35.902</b>	<b>139.014</b>
Incentivos fiscais	2.219	5.637	(3.418)
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	30.265	30.265	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	121.090	-	121.090
AFD sobre Prejuízo Fiscal não constituído	21.342	-	21.342
<b>(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)</b>	<b>(116.745)</b>	<b>(255.759)</b>	<b>139.014</b>

Sem a aplicação da Imunidade tributária, a despesa aumentaria em R\$ 139,0 milhões, considerando o acréscimo do lucro atribuído ao setor público.

Nos termos do ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, sobre como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 -Tributos sobre o lucro, a empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

24. Partes relacionadas

Conforme política específica sobre o tema, Partes Relacionadas são as pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro, sendo consideradas: (i) a União, as empresas estatais e as pessoas físicas e jurídicas que possuem influência significativa; (ii) ex pessoal-chave da administração, inativo ou aposentado do Serpro, desde que tenham comprovada influência significativa; (iii) qualquer pessoa física ou jurídica que tenha controle ou poder de voto sobre o Serpro, individual ou em conjunto, direta ou indiretamente, caracterizando influência significativa; (iv) pessoal-chave da administração do Serpro – Fundo Multipatrocinado que esteja incumbido de manter plano de benefício pós-emprego dos empregados do Serpro; e (v) membros da família ou próximos da família da pessoa em condição de Parte Relacionada. Considera-se União para fins de transação com partes relacionadas os órgãos do Poder Executivo, seja da Administração Federal Direta ou Indireta.

24.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC

A EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que definem a NBC TG 05, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pela Patrocinadora SERPRO e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

24.1.1 Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - Balanço

Operação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Letras Tesouro Santa Catarina		129.766		
Retenções e repasses			7	
Contribuições Paritárias			2.200	
Ações de Cobrança			13.344	
<b>Total</b>		<b>129.766</b>	<b>15.551</b>	

O valor de R\$ 129,8 milhões no Ativo Não Circulante (faz parte do grupo Créditos Realizáveis a Longo Prazo) refere-se à parte que cabe ao SERPRO sobre o Precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500, resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023). É importante destacar que a titularidade do precatório pertence ao SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499%, conforme previsto em contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). O crédito atualizado do precatório até 31/12/2025 é de R\$ 313,1 milhões, dos quais 3% são destinados a pagamento de honorários advocatícios. A posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é a 640ª posição, no final de dezembro de 2025.

24.1.2 – Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - DRE

Operação	Despesas / Receitas até dez/2025
Contribuições à EFPC	(153.289)
Atualização Monetária – Letras Financeiras de Santa Catarina	7.587
<b>Total</b>	<b>(145.702)</b>

24.1.3 Composição dos Conselhos e Diretoria da Entidade

Descrição	Indicação	Eleição
Conselho Deliberativo (CDE)	Presidente Kleber Pereira dos Santos	x
	Conselheiro Paulo Mendonça Júnior	x
	Conselheiro Felipe Porto Padilha	x
	Conselheiro Joyce Neyara Santos Lobo	x
	Conselheiro Maurício Vasconcellos Saraiva	x
Conselho Fiscal (COF)	Conselheiro Marco Aurélio Sobrosa Friedl	x
	Presidente Ana Maria Mallmann Costi	x
	Conselheiro Tiago Corrêa de Araujo	
	Conselheiro Guaracy Augusto Ribeiro da Silva	x
	Conselheiro Fernanda Pereira da Rosa Gomes	x

Descrição	Participante/ Beneficiário	Eleição
Diretoria Executiva (DE)	Diretor-Presidente Edilene dos Reis Rocha Araújo	x
	Diretor Seguridade Alexandre José Valadares Jordão	x
	Diretor Investimento Leonardo Dias Baptista Gomes	x

Conforme estabelecido no Estatuto Social, o Conselho Deliberativo da EFPC é composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pela Patrocinadora SERPRO e os demais escolhidos pelos participantes e assistidos, por meio de eleição direta. O Conselho Fiscal, composto de 4 (quatro) membros, também apresenta composição paritária, sendo 2 (dois) indicados pela Patrocinadora e os demais eleitos. A Diretoria Executiva, órgão de administração geral da EFPC SERPROS, é composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos 2 (dois) participantes devem ser ou receber benefício da EFPC SERPROS.

24.2 Transações com a União

No Serpro, conforme política específica, as transações com partes relacionadas abrangem as operações com a União e com as demais empresas estatais.

24.2.1 – Operações de venda

O Serpro mantém contratos de prestação de serviços com entidades do Setor Público Federal, cujo faturamento até o 4º Trimestre de 2025 somou R\$ 4.083,7 milhões. A relação dos 10 maiores, que representam 91,8% do total, está apresentada a seguir, com destaque para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério de Gestão, Inovação e Serviços Públicos.

	Receita Bruta 4º Tri 2025	Receita Bruta 4º Tri 2024	Δ %	Receita Bruta Anual 2025	Receita Bruta Anual 2024	Δ %
Secretaria da Receita Federal do Brasil	462.270	428.505	7,9%	1.784.734	1.683.526	6,0%
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	327.181	256.323	27,6%	996.101	697.077	42,9%
Caixa Econômica Federal	121.614	42.396	186,9%	283.217	149.647	89,3%
Ministério dos Transportes	51.785	65.176	-20,5%	193.612	185.495	4,4%
Secretaria do Tesouro Nacional	59.624	50.104	19,0%	180.530	174.948	3,2%
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	46.176	42.532	8,6%	178.379	167.524	6,5%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	28.764	9.360	207,3%	88.554	53.940	64,2%
Ministério da Saúde	17.100	2.048	735,1%	32.932	13.006	153,2%
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	4.075	6.376	-36,1%	32.632	26.581	22,8%
Dnit-Departamento Nacional de Infraest.	3.193	8.455	-62,2%	28.876	32.429	-11,0%
Demais Clientes	80.376	64.626	24,4%	284.125	284.315	-0,1%
<b>Total</b>	<b>1.202.158</b>	<b>975.901</b>		<b>4.083.692</b>	<b>3.468.488</b>	



MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



	Valores em aberto 2025	Valores em aberto de anos anteriores	Valores em aberto TOTAL
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	299.892	5.528	305.420
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	30.233	57	30.290
Caixa Econômica Federal	19.732	13	19.745
Secretaria da Receita Federal do Brasil	13.016	0	13.016
Ministério da Justiça e Segurança Pública	9.746	2.556	12.302
Ministério da Saúde	12.236	10	12.246
Departamento Nacional de Infraestrutura	3.223	1.596	4.819
Ministério da Agricultura e Pecuária	3.720	174	3.894
Empresa de Tecn e Informações da Previdência	3.377	0	3.377
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	2.199	94	2.293
Demais clientes	20.501	4.589	25.090
<b>Total</b>	<b>417.875</b>	<b>14.617</b>	<b>432.492</b>

Quanto aos valores em aberto, apresentados no quadro anterior, estes estão distribuídos conforme a seguir, separados pela idade dos créditos a receber:

Descrição	dez/25	%
Créditos a receber de clientes a vencer	393.135	91%
Vencidos até 30 dias	14.975	3%
Vencidos de 31 a 60 dias	968	0%
Vencidos de 61 a 90 dias	3.024	1%
Vencidos de 91 a 180 dias	7.467	2%
Vencidos de 181 a 365 dias	3.690	1%
Vencidos mais de 365 dias	9.233	2%
<b>Total</b>	<b>432.492</b>	<b>100%</b>

#### 24.2.2 – Operações Financeiras: Aplicações e Depósitos Judiciais

O Serpro mantém no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), duas instituições financeiras vinculadas à Administração Pública Federal, o excedente de caixa no importe de R\$ 2.523,5 milhões (Nota 4) e os depósitos judiciais e recursais efetuados a pedido da justiça alcançaram o montante de R\$ 373,0 milhões (Nota 19.3).

#### 24.2.3 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas – Balanço Patrimonial

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como por outras obrigações correlatas. Os pagamentos realizados ordinariamente são reconhecidos como direito a receber dos cessionários, como créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento (NR).

Já os valores de ressarcimento relativos às sentenças judiciais e processos trabalhistas são reconhecidos no ativo, considerando o que preconiza o Parecer GQ nº 56, emitido em 1995 pela AGU.

Ao final de dezembro de 2025, o SERPRO contava com 1.281 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Fazenda.

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Ressarcimento - Folha de pagamento	50.708	54.322
Ressarcimento - Sentenças judiciais	4.595	52
<b>Total Circulante</b>	<b>55.303</b>	<b>54.374</b>

Descrição	Dez/2025	Dez/2024
Ressarcimento - Sentenças judiciais	143.139	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas	147.586	122.331
<b>Total Não Circulante</b>	<b>290.725</b>	<b>277.973</b>

No circulante o saldo de maior destaque (R\$ 50,7 milhões em 2025) é referente às Notas de Ressarcimento (NR) emitidas contra órgãos da administração pública federal pelas obrigações mensais. Já no ativo não circulante constam saldos a receber relacionados às sentenças judiciais de PSEs, em que o Serpro desembolsou recursos para tais pagamentos e, posteriormente, emitiu NRs contra os órgãos de atuação desses PSEs.

#### 24.2.3.1 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas - Resultado

O Serpro emite Notas de Ressarcimento (NR) para reaver gastos com a folha de pagamento de empregados que se encontram cedidos a órgãos da Administração Pública. Até o encerramento de 2025 foram emitidos R\$ 225,5 milhões em NRs, cujos 10 órgãos em maior volume financeiro (96,8% do total) encontram-se elencados a seguir:

	Valor Anual 2025	Valor Anual 2024	Δ %
Secretaria da Receita Federal do Brasil	143.317	152.232	-5,9%
Minist da Fazenda	28.163	27.236	3,4%
Advocacia-Geral da União	16.088	17.592	-8,5%
Minist Gestão Inovação Serv Públicos	16.051	17.631	-9,0%
Presidência da República	5.793	6.647	-12,9%
Minist do Trabalho e Emprego	4.840	5.419	-10,7%
Minist Desenvolvimento e Assistência Social	1.025	918	11,7%
Centro Gestor de Proteção à Amazônia	1.018	1.079	-5,6%
Minist Planejamento e Orçamento	987	812	21,6%
Ministério Público da União	928	1.518	-38,9%
Demais Cessionários	7.248	12.230	-40,7%
<b>Total</b>	<b>225.458</b>	<b>243.314</b>	

#### 24.2.4 – Medidas Compensatórias

As Medidas Compensatórias são valores que o Serpro devolve a alguns clientes, decorrentes da exploração de serviços pelo Serpro, por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados. Os valores devolvidos no período estão apresentados a seguir:

	Valor Anual 2025	Valor Anual 2024	Δ %
Secretaria da Receita Federal do Brasil	134.707	107.986	24,7%
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	48.310	82.923	-41,7%
Ministério dos Transportes	32.896	24.883	32,2%
<b>Total</b>	<b>215.913</b>	<b>215.792</b>	<b>0,056%</b>

#### 24.2.5 – Compartilhamento de Espaços

O Serpro aperfeiçoa continuamente a gestão dos espaços físicos, inclusive com o compartilhamento de espaços com órgãos da Administração Pública. Durante todo o ano de 2025 foram recuperados R\$ 10,2 milhões, cujos 05 principais órgãos estão destacados na lista a seguir:

	Valor Anual 2025	Valor Anual 2024	Δ %
Instit Bras de Geografia e Estatística	2.326	0	-
Defensoria Pública da União	1.562	463	237,4%
Agência Nacional de Transportes Terrestres	1.474	1.619	-9,0%
Instituto Nacional do Seguro Social	1.311	1.226	6,9%
Instut Bras do Meio Ambiente	818	834	-2,0%
Demais Clientes	2.660	2.562	3,8%
<b>Total</b>	<b>10.151</b>	<b>6.704</b>	

#### 24.2.6 – Imunidade Tributária

A empresa mantém R\$ 279,4 milhões registrados no passivo, referentes aos benefícios da imunidade tributária sobre os tributos ISS e PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta. O regime adotado para PIS-PASEP/COFINS é o cumulativo. Como a aplicação da imunidade incidiu sobre os clientes públicos e como é mantido no passivo o saldo dos clientes com maior representatividade (nota 19.1), o saldo total passivo se refere a partes relacionadas. Cumpre ressaltar que a Administração pretende realizar os valores por negociação específica com cada cliente, levando em consideração, sobretudo, os valores a receber junto a cada órgão, por meio de encontro de contas, haja vista os valores em aberto.

#### 25. Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº 30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fins de transparência, as informações que se seguem.

#### 25.1 Remunerações

Os valores pagos até o encerramento de 2025 a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal, assim como comitês, constam nos detalhamentos a seguir.

#### 25.1.1 Valores pagos

Remuneração	Dez/2025
Empregados	1.823.601
Diretores	3.694
Conselho de Administração	290
Conselho Fiscal	173
Comitê de Auditoria	218
<b>Soma Global</b>	<b>1.827.976</b>

#### 25.1.2 - Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor-Presidente

A remuneração média dos diretores do SERPRO no trimestre, incluindo gratificações e benefícios, foi de R\$ 58.097,49. O valor computa, além das rubricas salariais, os valores com benefícios (alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e previdência complementar). A maior remuneração no trimestre foi de R\$ 64.891,69 e a menor foi de R\$ 56.873,30, também considerando vantagens e benefícios. O honorário fixo reajustado ao longo de 2025, sem gratificações e benefícios, é de R\$ 51.430,39 para o Diretor Presidente e de R\$ 45.258,75 para os demais diretores.

#### 25.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, de administração e dos membros do Comitê de Auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, no total de R\$ 4.998,55/mês para cada Conselheiro. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria são no valor de R\$ 6.260,49/mês para cada membro.

#### 25.1.4 Remuneração dos empregados

As remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, varia de R\$ 2.487,94 a R\$ 74.393,25. A média salarial para esses cargos é de R\$ 17.314,26. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 7.708,74 e R\$ 68.327,74 e média de R\$ 25.981,60. A média salarial de todos os empregados da empresa é de R\$ 18.466,75.

#### 25.2 Empregados

Descrição	Dez 2025
Número de empregados	7.337
Quadro Interno	6.056
Quadro Externo	1.281

#### 25.3 Benefícios

Descrição	Dez 2025
Assistência Médica	127.129
Assistência Odontológica	625
Auxílio Alimentação	95
Auxílio Creche	5.736
Auxílio Filhos Especiais	6.057
Previdência Complementar	153.289
Auxílio Transporte	37
<b>Soma Global</b>	<b>292.968</b>

#### 26. Cobertura de seguros

Seguradora Contratada	Sompo Seguros S.A.	KOVOR Seguradora SA	em milhares de R\$	
			Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A	Generali Brasil Seguros
Ativo	Responsabilidade Civil Profissional	Responsabilidade Civil D&O	Vida	Patrimonial
Tipo de Cobertura	Serviço de cobertura de seguro de responsabilidade civil referente às atividades de certificação digital do SERPRO.	Responsabilidade civil na modalidade D&O (Directors and Officers), abrangendo sinistros reclamados durante o período de vigência da apólice.	Cobertura Securitária aos sinistros motivados por morte, acidente, invalidez permanente ou parcial para o grupo segurável de empregados do Serpro (630) e estagiários (20).	Cobertura contra incêndio, explosão, queda de raio, desmoronamento, danos elétricos e coberturas acessórias para os imóveis e conteúdos (equipamentos, mobiliário e materiais).
Valor anual contrato	23	90	32	412
Valor total assegurado	1.000	10.000	20/vida (morte ou invalidez); 4/estagiário (despesas médicas)	500.000

#### 27. Condições específicas do Serpro

Dadas as características especiais do SERPRO, sobretudo: (i) sua constituição por capital 100% público, tendo por acionista unicamente a União desde a sua criação (Lei nº 4.516 de 1º de dezembro de 1964), (ii) sua vocação prevista no Estatuto Social para atendimento às demandas tecnológicas, nos campos de sua atuação, de órgãos públicos, especialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e (iii) a construção de soluções digitais capazes de aproximar o cidadão do Estado, observável nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, percebe-se que a Empresa desenvolve atividades essenciais ao funcionamento do Estado, diferenciando-se, portanto, de outras organizações.

### 27.1 Contratações pelo poder público

O SERPRO possui dispositivos legais que contribuem para sua participação na construção de soluções tecnológicas para o poder público. A própria Lei nº 5.615 de 13 de outubro de 1970, que dispõe sobre o SERPRO, estabelece que:

Art. 2º É dispensada a licitação para a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO pela União, por intermédio dos respectivos órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, relacionados com as atividades de sua especialização.

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não constitui óbice a que todos os órgãos e entidades da administração pública venham a contratar serviços com o Serpro, mediante prévia licitação ou contratação direta que observe as normas gerais de licitações e contratos.

(...)

Art. 2º-B. É o Serpro autorizado a aplicar a disponibilidade de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades, desde que garantida a disponibilidade de recursos necessários aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

Além disso, o respaldo nas leis de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/21) faz com que o SERPRO seja contratado pelo setor público de forma dispensável, conforme os seguintes dispositivos:

Lei 8.666/93

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

(...)

XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;

Lei 14.133/21

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

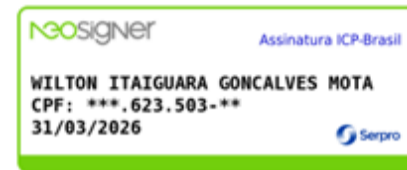
Assim, em atendimento ao disposto no Art. 8º, § 2º, II da Lei 13.303/2016, divulga-se abaixo o resultado consolidado das operações efetuadas a partir de contratos objeto de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, ou seja, relativas aos contratos firmados com o setor público.

	Geral	Setor Público
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>4.739.080</b>	<b>3.677.037</b>
Custo dos serviços prestados	(2.424.083)	(2.185.890)
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.314.997</b>	<b>1.491.147</b>
Despesas/Receitas operacionais	(1.700.064)	(1.533.014)
Despesas com vendas	(112.237)	(101.209)
Despesas gerais e administrativas	(1.586.812)	(1.430.890)
Ganhos/Perdas Líquidas	3.911	3.527
Outras despesas e receitas operacionais	(4.926)	(4.442)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>614.933</b>	<b>(41.867)</b>
Resultado financeiro	242.893	177.986
Receitas financeiras	326.127	253.041
Despesas financeiras	(83.234)	(75.055)
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>857.826</b>	<b>136.119</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(102.758)</b>	<b>(19.752)</b>
Correntes	(116.745)	(19.244)
Diferidos	13.987	(508)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>755.068</b>	<b>116.367</b>

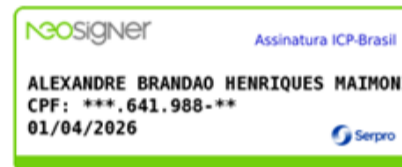
### 27.2 Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658, assegurou ao Serpro o direito à imunidade tributária prevista no art. 150, IV, a, da Constituição Federal, concluindo que a Empresa Pública preenche os requisitos necessários para gozar dos benefícios, não só com relação aos impostos federais, situação já prevista na citada lei federal, mas também com relação aos impostos estaduais (objeto da referida ACO). O expediente é aplicável somente sobre o patrimônio, os bens e os serviços utilizados na prestação de serviços públicos, devendo o SERPRO tributar regularmente as atividades destinadas às empresas de direito privado.

A imunidade tributária aplicada ao Serpro gera um diferencial em relação às empresas do setor privado, que não gozam da característica.



**Wilton Itaguara Goncalves Mota**  
Diretor-Presidente  
Diretor de Infraestrutura interino



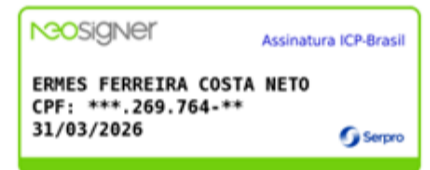
**Alexandre Brandao Henriques Maimoni**  
Diretor de Pessoas e Assuntos Jurídicos



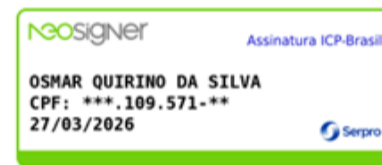
**André Picoli Agatte**  
Diretor de Novos Negócios e Inteligência de TI



**Ariadne de Santa Teresa Lopes Fonseca**  
Diretoria de Negócios Econômico-fazendários



**Ermes Ferreira Costa Neto**  
Diretor de Negócios Governamentais



**Osmar Quirino da Silva**  
Diretor de Administração e Finanças



**Vitor Patrocínio Sacramento**  
Contador – CRC MG-098786/O-3

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Conselheiros e Administradores do

**Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro**

Brasília – DF

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço Federal de Processamento de Dados (“Serpro”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serpro em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Serpro, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Serpro, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Serpro. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações dos valores adicionados foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria do Serpro é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Serpro continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Serpro são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude



MINISTÉRIO DA  
FAZENDA



é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Serpro;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Serpro. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Serpro a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive

as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 12 de março de 2026.

TATICCA Auditores Independentes S.S.  
CRC/SP-032267/O-1



FERNANDO MACHADO  
DOS SANTOS: 00396120903  
Assinado digitalmente por  
FERNANDO MACHADO DOS SANTOS:00396120903  
Razão: Eu estou aprovando este documento  
Localização: Blumenau (SC)  
Data: 2026.03.20 10:27:31-03'00"

Fernando Machado dos Santos  
Sócio – Contador CRC/SC-043302/O

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Assuntos: Relatório da Administração; Demonstrações Financeiras; Orçamento de Capital; e Destinação de Resultados, com Distribuição de Dividendos e Retenção de Lucros com base em justificativa em Orçamento de Capital.**

O Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, no exercício das atribuições legais e estatutárias, conferidas pelos incisos II, III e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/1976 e incisos II e V do art. 32 do Estatuto Social do SERPRO, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Orçamento de Capital e a Proposta de Destinação dos Resultados e Distribuição de Dividendos, todos referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025.

Baseou-se em avaliações preliminares, a saber:

i) Relatório do Comitê de Auditoria do Serpro, de 04.03.2026, com a conclusão transcrita a seguir para registro: *“conforme as informações contábeis do exercício de 2025 baseadas no demonstrativo financeiro e orçamentário anual apresentadas pela Superintendência de Controladoria e considerando as manifestações da Auditoria Independente - Tática Auditores Independentes SS e da Consultoria Atuarial - Assistants, o Comitê de Auditoria, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, não encontrou nenhum indício de que as demonstrações financeiras não representem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Serpro, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e ratifica que estão adequadas e livres de distorções relevantes.”;* e

ii) Relatório da Auditoria Independente - Tática Auditores e Consultores, que não apresentou quaisquer ressalvas ou ênfases, e expressou a opinião transcrita a seguir para registro: *“Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço Federal de Processamento de Dados (‘Serpro’) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serpro em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).”*

Considerando a Política de Dividendos do SERPRO vigente (Deliberação GR-037/2024), o Conselho Fiscal examinou e registrou ciência em relação à proposta de destinação do lucro líquido do exercício, de R\$ 755.068.419,28 (setecentos e cinquenta e cinco milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos), contemplada nas referidas demonstrações financeiras, conforme a seguinte discriminação:

- Destinar à Reserva Legal, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e do Estatuto Social, o valor de R\$ 37.753.420,96 (trinta e sete milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte reais e noventa e seis centavos);
- Imputar os Juros sobre Capital Próprio ao dividendo mínimo obrigatório até o limite da TJLP, e apurar o dividendo mínimo no valor de R\$ 179.618.712,52 (cento e setenta e nove milhões, seiscentos e dezoito mil, setecentos e doze reais e cinquenta e dois centavos), nos termos da Lei nº 9.249/1995, da IN RFB nº

1.700/2017, alterada pela IN RFB nº 2.281/2025, e do Estatuto Social. A realização da reserva de reavaliação, no importe de R\$ 1.159.851,76 (um milhão, cento e cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos) foi incluída integralmente na base de cálculo dos dividendos;

- Não há, para o exercício de 2025, a proposição pelo Serpro ou a requisição formal pelo acionista de distribuição de Dividendos Adicionais;
- Constituir a reserva de retenção para investimentos no montante de R\$ 538.856.137,56 (quinhentos e trinta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos), com base em justificativa em orçamento de capital anexada à proposta.

O Conselho Fiscal entende que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Orçamento de Capital e a Proposta de Destinação dos Resultados do exercício encontram-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária prevista para ser realizada em 23 de abril de 2026, na forma dos incisos I e II do art. 12 do Estatuto Social.

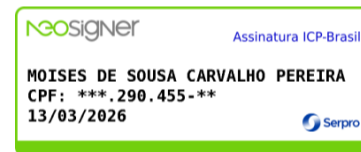
Brasília, 13 de março de 2026.



GUSTAVO ANDRADE MANRIQUE  
Presidente do Conselho Fiscal



ALEXANDRE REBELO FERREIRA  
Conselheiro Fiscal



MOISES DE SOUSA CARVALHO PEREIRA  
Conselheiro Fiscal

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Assuntos: Relatório da Administração; Demonstrações Financeiras; Orçamento de Capital; e Destinação de Resultados, com Distribuição de Dividendos e Retenção de Lucros com base em justificativa em Orçamento de Capital.**

O Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelo inciso V do Artigo nº 142 da Lei nº 6.404/1976 e incisos, VII, XIV, XV, XX do artigo nº 19 do Estatuto Social do SERPRO, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras; o Orçamento de Capital e a Proposta de Destinação dos Resultados e Distribuição de Dividendos, todos referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025.

Baseou-se em avaliações precursoras, a saber:

i) Relatório do Comitê de Auditoria do Serpro, de 4 de março de 2026, com a conclusão transcrita a seguir para registro: *“conforme as informações contábeis do exercício de 2025 baseadas no demonstrativo financeiro e orçamentário anual apresentadas pela Superintendência de Controladoria e considerando as manifestações da Auditoria Independente - Tática Auditores Independentes SS e da Consultoria Atuarial - Assistants, o Comitê de Auditoria, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, não encontrou nenhum indício de que as demonstrações financeiras não representem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Serpro, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e ratifica que estão adequadas e livres de distorções relevantes.”;*

ii) Relatório da Auditoria Independente - Tática Auditores e Consultores, que não apresentou quaisquer ressalvas ou ênfases, e expressou a opinião transcrita a seguir para registro: *“Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço Federal de Processamento de Dados (‘SERPRO’) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serpro em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).”*

Considerando a Política de Dividendos do SERPRO vigente (Deliberação GR-037/2024), o Conselho Fiscal examinou e registrou ciência em relação à proposta de destinação do lucro líquido do exercício, de R\$ 755.068.419,28 (setecentos e cinquenta e cinco milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos), contempladas nas referidas demonstrações financeiras, conforme a seguinte discriminação:

- Destinar à Reserva Legal, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e do Estatuto Social, o valor de R\$ 37.753.420,96 (trinta e sete milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte reais e noventa e seis centavos);
- Imputar os Juros Sobre Capital Próprio ao dividendo mínimo obrigatório até o limite da TJLP, e apurar o dividendo mínimo no valor de R\$ 179.618.712,52 (cento e setenta e nove milhões, seiscentos e dezoito mil, setecentos e doze reais e cinquenta e dois centavos), nos termos da Lei nº 9.249/1995, da IN RFB nº 1.700/2017, alterada pela IN RFB 2.281/2025, e do Estatuto Social. A realização da reserva de reavaliação, no importe de R\$ 1.159.851,76 (um milhão, cento e cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos) foi incluída integralmente na base de cálculo dos dividendos.
- Não há, para o exercício de 2025, a Proposição pelo Serpro ou a requisição formal pelo acionista, de distribuição de Dividendos Adicionais;

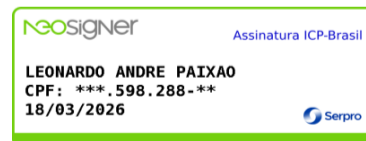
- Constituição da reserva de retenção para investimentos no montante de R\$ 538.856.137,56 (quinhentos e trinta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos), com base em justificativa em orçamento de capital anexada à proposta.

O Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente ao Relatório da Administração, às Demonstrações Financeiras, o Orçamento de Capital e à Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2025, e com a Retenção de Lucro para Investimentos, com justificativa em Orçamento de Capital, bem como ao envio para apreciação da Assembleia Geral Ordinária prevista para ser realizada em 23 de abril de 2026, na forma dos incisos I, II, VI e X do artigo 12º do Estatuto Social.

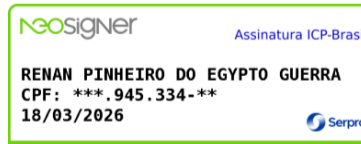
Brasília, 12 de março de 2026.



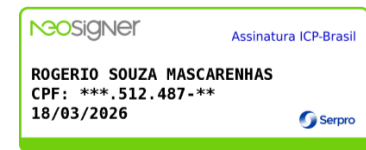
FERNANDO FERREIRA  
Presidente do Conselho de Administração



LEONARDO ANDRÉ PAIXÃO  
Conselheiro Independente



RENAN PINHEIRO DO EGYPTO GUERRA  
Conselheiro



ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS  
Conselheiro

